

TEORIA POLÍTICA E PENSAMENTO HETERODOXO

Escritos reunidos 2006-2012

JOSÉ CARLOS MENDONÇA

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	03
APRESENTAÇÃO.....	05
O QUE SE PASSA NA VENEZUELA?.....	12
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA CONCEPÇÃO DOS COMUNISTAS DE CONSELHOS	16
SUJEITO HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO NO PENSAMENTO DO JOVEM TROTSKY: CORTE EPISTEMOLÓGICO E AUTORRENEGAÇÃO.....	26
NOTAS SOBRE O ESTADO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE RUY MAURO MARINI.....	40
PARTIDOS POLÍTICOS: DA VISÃO DOS CLÁSSICOS AOS DESAFIOS DA (PÓS?) MODERNIDADE.....	54
JOSEPH DIETZGEN: A EPISTEMOLOGIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....	70
UMA CRÍTICA SEMINAL AO KEYNESIANISMO.....	91
PREFÁCIO AO LIVRO “ROSA LUXEMBURGO E A AUTOGESTÃO SOCIAL”.....	97
PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA DO LIVRO “OS SOCIALISTAS REVOLUCIONÁRIOS DE ESQUERDA NA REVOLUÇÃO RUSSA: UMA LUTA MAL CONHECIDA”.....	100

PREFÁCIO

Existem alguns tipos tradicionais do senso comum para se referir a determinadas posturas diante do mundo: o “pessimista” e o “otimista”, e ainda aquele que seria diferenciado dos anteriores, pois “realista”. Traduzindo para o campo político da esquerda, poderíamos identificar, dentro de uma série de variações possíveis, algumas posições correntes: o pessimista diz: “é impossível lutar de forma autônoma”, o otimista diz: “a América Latina vive o socialismo do Século XXI”, e o realista endossa a frente ampla que já agrega os três: “a luta dos trabalhadores se dá nos sindicatos!”.

Diante do pensamento e textos – e da trajetória política – de José Carlos Mendonça, é necessário então resgatar outro tipo: aquele que tem *coragem*. Na sua trajetória política, uma série de rupturas à esquerda, que muitas vezes nos deixam isolados e diante de um necessário vazio político; nos seus textos, uma busca incessante de leituras e reflexões teóricas que fundamentam e sustentam cada uma das rupturas anteriores/seguintes. Tal dialética entre vida e pensamento é a marca de basicamente todos os textos a seguir: uma determinada concepção de mundo se desdobra em uma determinada posição política no mundo. O que não impede que se reproduzam contradições entre forma e conteúdo, como alerta o próprio autor na sua Apresentação: “ainda preso aos quadros gerais da visão ortodoxa do marxismo, mas pretendendo preenchê-los com uma dinâmica social prática para a qual eles não foram feitos [...]”.

É emblemático que para um avanço crítico diante da ortodoxia marxista - que culminou para o autor no marxismo heterodoxo e na concepção política/econômica dos *conselhos* (ver texto 2) – José Carlos tenha empenhado uma tarefa de leitura que passa por edições mexicanas, argentinas, espanholas, holandesas, portuguesas, inglesas, estadunidenses, etc. (além do corpo-a-corpo com o caso da Venezuela – texto 1). Assim, para a ampliação do horizonte teórico e político, é necessário um gesto – *internacionalista* - de ampliar o olhar e nos deslocar para lugares e lutas também distantes de nós mesmos, seja no espaço ou no tempo histórico.

É a partir desta ampliação de horizonte que José Carlos resgata textos então recalcados pela esquerda tradicional, já que o próprio marxismo em grande escala se transformara em ideologia legitimadora do capitalismo de Estado, que passam pelo “filósofo do proletariado” Joseph Dietzgen, um dos pioneiros na tarefa de rearticular politicamente anarquistas e marxistas; até dois textos do “Jovem Trótski”, abandonados pelo trotskismo oficial, passando ainda pelos “Socialistas revolucionários

de esquerda” da Revolução Russa, todos devidamente escamoteados, e reprimidos no último caso, pela esquerda bolchevique. Ou seja, o percurso do autor desfaz a imagem do marxismo como um clássico absoluto e nos apresenta teóricos e trincheiras em experiências históricas que demonstram posições que tencionam a criação de *órgãos próprios da classe*, rejeitando a herança de formas dominantes, que seriam pretensamente transformadas pela esquerda tradicional (e/ou contemporânea) via ativismo sindical/eleitoral.

Desta forma, o pensamento de José Carlos não expõe os “limites” da representação dos partidos e dos sindicatos, mas justamente a incapacidade estrutural – que independe no seu funcionamento da vontade e ação dos sujeitos que as compõe - e consequentemente política destas formas recuperadas serem as responsáveis por representar qualquer processo radical de transformação social e suas lutas.

Que a coragem *organizada e autônoma* se dissemine.

Neto Ghizzi.
Setembro de 2013.

APRESENTAÇÃO

A decisão de publicar “A ideologia do socialismo jurídico”, meu primeiro livro, expressou um ponto de viragem. Escrito em 2005 e publicado em 2007, revelou as primeiras e insuficientes rupturas com um modelo de interpretação da realidade - e da prática dela derivada - que se fundamentava no chamado “marxismo ortodoxo” ou “marxismo das forças produtivas” em um esforço de contraposição e substituição pelo “marxismo das relações sociais” ou “marxismo heterodoxo”.¹

Ainda preso aos quadros gerais da visão ortodoxa do marxismo, mas pretendendo preenchê-los com uma dinâmica social prática para a qual eles não foram feitos, restava evidente que, daquele momento do meu pensamento, pelo menos duas contradições sérias se destacavam: a que opõe uma perspectiva onde o plano fundamental é ocupado pelas trocas de mercadorias a outra perspectiva onde o plano fundamental é ocupado pela ação de uma mercadoria absolutamente distinta de qualquer outra, a força

¹ Na obra “Economia dos conflitos sociais” de João Bernardo, tais definições encontram-se desenvolvidas. Por **marxismo das forças produtivas** entende-se a vertente que se apoia nas teses de Marx que privilegiam o mercado na definição do capitalismo, e assimilam-se, portanto, capitalismo, mercado livre-concorrencial e arbitrariedade econômica. Por sua vez, o sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, mesmo que nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção. Ou seja: as forças produtivas seriam o fator da ruptura e da transformação. O desenvolvimento gradual das forças produtivas sustentaria o declínio deste modo de produção e a passagem ao seguinte. Desse modo, o marxismo das forças produtivas não considera a questão da mais-valia. Isto significa que transformações internas do capitalismo são consideradas como se fossem formas de passagem a outro modo de produção. Trata-se de uma das ideologias da reorganização e do desenvolvimento do poder capitalista. Segundo Bernardo, as decisões do poder são o único critério pelo qual se pode aferir uma ortodoxia. Por **marxismo das relações de produção** entende-se a vertente que se apoia nas teses de Marx que atribuem à mais-valia o lugar central. O que significa que o modo de produção capitalista é primordialmente um modo de exploração cujo fundamento se encontra em determinadas relações sociais. Desse modo, são as relações sociais que explicam as forças produtivas que, por essa perspectiva, não podem ser consideradas neutras ou cujo desenvolvimento seja autônomo. Ora, com tal centralidade, é apenas no nível das relações sociais de produção que se pode analisar a questão da passagem ao modo de produção seguinte. O que significa que apenas por meio dos explorados em luta se pode chegar a um novo modo de produção, dado que são eles os agentes dessa passagem. E Bernardo conclui: *Esta corrente tem inspirado todos os que, no campo do marxismo, assumem uma posição de crítica às instituições do poder. Concentrar a atenção nas relações de produção significa averiguar, em cada caso, se a exploração existe e quais são as suas formas. Por isso esta corrente não identifica o socialismo com quaisquer sistemas de organização e de planificação que retirem aos trabalhadores o controle sobre os processos de trabalho e sobre a organização global da economia. [...] Por isso, por ser hostil a todas as formas de capitalismo, e não menos aquelas cuja organização e desenvolvimento têm sido concebidos mediante teses marxistas, esta corrente constitui o marxismo heterodoxo. Se é a vitória no poder que permite em cada caso definir a ortodoxia, então os críticos do poder não podem senão ser heterodoxos. É este o único sentido das palavras.*

de trabalho; e também a contradição entre uma dinâmica histórica determinada pelo crescimento evolutivo das forças produtivas e outra dinâmica histórica decorrente do conflito interno das relações sociais de produção.

Esta “prisão” mental fez com que aquele livro não analisasse as formas práticas de organização das experiências de luta do proletariado como modo de negação do direito independentemente de tal negação estar, ou vir a estar, formalizada.

Essa digressão sobre alguns dos limites profundos de meu primeiro escrito foi necessária para situar o terreno que se abriu desde então para que a viragem ao marxismo heterodoxo pudesse se consolidar, pois contradições dessa natureza não durariam indefinidamente dado que apontam para caminhos opostos e inconciliáveis por corresponderem a projetos sociais antagônicos.

Portanto, os escritos aqui reunidos expressam reflexões e vivências sobre o período que se abriu imediatamente após a viragem, abrangendo um intervalo de sete anos compreendido entre o início de 2006 e o final de 2012.

O primeiro texto resulta de “impressões de viagem” recolhidas pela dupla de autores durante dez dias pelo interior e pela capital da Venezuela em janeiro de 2006 por ocasião da realização do Fórum Social das Américas na cidade de Caracas, e foi concebido a partir de contatos com pessoas e organizações sempre no sentido de captar o que se passava naquele momento no país vizinho e ao mesmo tempo poder emitir um juízo próprio acerca do fenômeno do chavismo e contribuir para desvendar o que seria a autoproclamada “Revolução Bolivariana”.

Escrito em parceria com Vanilde de Faria Gerônimo, a Vanika, amiga e parceira de lutas e militância organizada desde que tive a felicidade de tê-la como colega de trabalho no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi publicado pela primeira vez na edição de n. 67, maio de 2006, do jornal “Circulação” do SINTUFSC, o sindicato dos trabalhadores daquela instituição, pois não tínhamos dúvidas de que seu maior contributo seria o de fornecer análise e esclarecimentos às (os) trabalhadoras (es) e estudantes.

Em 2007, a problemática da articulação entre formas de luta, formas de consciência e formas de organização e seus desdobramentos teóricos, tema que se tornou uma constante em minhas preocupações, resultou na produção de dois escritos.

“Organização política na concepção dos comunistas de conselhos”, segundo texto desta seleção, foi originalmente uma comunicação escrita a quatro mãos com o querido amigo e, à época, colega de mestrado, Taiguara

Belo de Oliveira e que foi apresentada no 5º Colóquio Internacional Marx e Engels do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp e posteriormente publicada na Revista *Enfrentamento* – n. 03, jul./dez. 2007, p. 11-16, teve como objetivo apresentar os elementos teóricos centrais da concepção de organização política nos comunistas de conselhos, referenciado na obra de Rosa Luxemburg,² Anton Pannekoek e Karl Korsch. O elemento de atualidade consiste em que, pela perspectiva da concepção formulada por tais militantes pensadores, torna-se possível tecer rigorosas críticas sobre o significado da existência de instituições que, ainda hoje são designadas por conselhos e em nada mantém o conteúdo emancipatório de outrora, pois no entendimento daqueles, a superação do capitalismo, a ser protagonizada pelo proletariado – como classe que não pode ser segmentada ou substituída pelo partido - deve originar-se nas formas organizativas de novo tipo, geradas pela sua autoatividade consciente.

O outro texto redigido em 2007 foi “Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade”, que aqui nesta coletânea é o quinto texto, foi publicado na Revista “Em Tese”, v. 4 n. 2 (2), janeiro-julho/2008 e, ao partir do fato inegável de que a crise da modernidade no plano da política colocou em questão todo o arsenal da política moderna, procurou examinar a crise das organizações partidárias. Contextualiza historicamente a evolução dos partidos políticos modernos no que diz respeito ao tratamento teórico dado por Karl Marx e Max Weber acerca do que são e que funções esse tipo de organização cumpre e apresenta alguns dos principais pontos da crise que apontam para o seu desaparecimento, os condicionamentos atuais e as distintas possibilidades de futuro tanto para o partido marxiano, como também para o partido conforme teorizado por Weber.

No ano de 2009, o problema do Estado, sempre presente embora ainda não tratado diretamente pela perspectiva do marxismo heterodoxo, foi o centro do quarto texto intitulado “Notas sobre o Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini” publicado pela Revista “História & Luta de Classes”, v. 7, p. 38-44, 2009.

Trata-se de escrito que objetivou apontar e analisar criticamente o lugar ocupado pelo Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini, um dos principais expoentes da chamada “teoria da dependência”. Sob o estilo de breves notas, a concepção e o dimensionamento dado ao Estado por Marini são tratados na perspectiva de relacionar a apreensão mariniana desta temática nas suas diversificadas interconexões com outros campos da vida social, sem priorizar o esforço por extrair um conceito geral a ser

² Rosa já havia sido assassinada quando, em 1920, surge a corrente política dos Comunistas de Conselhos, mas, pelo menos em parte, pode ser considerada uma de suas precursoras.

aplicado ao conjunto destas mesmas relações. Assim, no pensamento de Marini, o Estado é relacionado a três aspectos.

No primeiro deles – que articula o Estado com a economia – é exposto os termos em que Marini compreende a democracia enquanto forma de organização política na qual a cidadania dispõe sobre a economia e a sustentação que faz de um modelo de democracia participativa onde as camadas populares possam dirigir e controlar o Estado de modo direto e permanente.

Na segunda relação, do Estado frente aos regimes políticos do capitalismo na região da América Latina (ditaduras militares), desenvolve o conceito de “Estado de Contrainsurgência”, com o qual procura explicar a necessidade de aplicar à luta política um enquadramento militar pelas classes dominantes internas e externas dos países da região para a realização de seus interesses. Tal formulação e o uso que dela fez Marini são problematizados e confrontados com as conclusões a que chegou João Bernardo em seus estudos sobre o fascismo.

Em terceiro lugar é analisado como Marini relaciona o Estado com o socialismo tomando como ponto de partida suas preocupações concretas e seu posicionamento no debate “Reforma *versus* Revolução” e como ponto de chegada sua concepção teórica de socialismo, no interior da qual o Estado assume a feição de um “Estado de Transição” em termos análogos aos teorizados por Lênin para o contexto da Rússia de princípios do século XX. A seguir é apresentada a crítica de Anton Pannekoek a tal modelo, baseada em uma interpretação distinta das formulações de Marx acerca da problemática da transição.

A constatação geral é que, mesmo que tenha sido abordado constantemente e, por vezes, com originalidade, o tema do Estado na obra de Marini não rompeu com as influências que sofreu, em particular com os referenciais de um marxismo de tipo bolchevique e que o pensamento mariniiano nesta temática se limitou a renovar, ao invés de ultrapassar, a vertente ortodoxa. Aqui se encontra o ponto mais frágil deste aspecto específico de seu pensamento: a incapacidade de pensar e conceber a substituição desse modelo de Estado político, mesmo diante de impasses teóricos e práticos insolúveis em que se enredaram as formas estatais concebidas e efetivadas de acordo com o bolchevismo.

O terceiro texto se intitula “Sujeito histórico e organização no pensamento do jovem Trotsky: corte epistemológico e autorrenegação”, expressou o desfecho de uma longa busca. Por mais de uma década procurei, em vão, encontrar “Relatório da delegação siberiana” e “Nossas tarefas políticas”, dois livros de Trotsky escritos em 1904, junto a seus seguidores e invariavelmente sempre obtive como resposta o

desconhecimento e até negativas de que Trotsky alguma vez tivesse escrito tais trabalhos. Quando finalmente consegui ter acesso aos dois livros e pude lê-los, entendi as razões de tanto ocultamento e ignorância...

Neste escrito meus objetivos foram expor este momento do itinerário intelectual de Trotsky, enfocando as formas como concebeu a organização política do proletariado no contexto do debate no interior da social-democracia russa de princípios do século XX; analisar o modo como se articulava em seu pensamento as relações entre classe e partido, formas de luta e formas de organização, espontaneidade e consciência proletárias, em uma fase fortemente marcada pela crítica ao bolchevismo.

E foi uma felicidade constatar que as ideias centrais daqueles dois textos conservaram o frescor da atualidade ao identificar a existência de elementos de crítica política e cautelas metodológicas ainda plenamente atuais para o século XXI, mesmo que no seu tempo se mantiveram marginalizados durante todo o processo da Revolução Russa, e para além dele, e que poucos anos mais tarde tenham sido radicalmente negadas pelo próprio Trotsky e pelo conjunto da tradição política que ele inaugurou.

Em função de ter sido um trabalho apresentado em eventos acadêmicos de âmbito nacional e internacional, cada evento com suas respectivas exigências de espaço e formatação, existem várias versões. Escolhemos para integrar esta seleção, por ser a mais completa, a versão publicada na Revista “Em Tese”, v. 7 – n. 1 / 2 – jan-dez/2010.

Ao longo desses anos de reflexão intra e extra-acadêmica amadureci a clareza da conexão entre opções metodológicas e epistemológicas e opções políticas. Por outras palavras, compreendi que esta relação não é livre de condicionamentos, pois nem toda vertente epistemológica se presta para certas estratégias políticas, e por vezes são incompatíveis.

Desse modo, fui levado a pesquisar as fontes do materialismo histórico-dialético na tradição marxista. Mas qual vertente seria adequada ao marxismo heterodoxo? o mecanicismo à moda de Kautsky e o neokantismo do austromarxismo eram pedagógicos exemplos de opções metodológicas que serviam de fundamento para correntes políticas do marxismo ortodoxo, por esse motivo estavam descartadas de início. Influenciado por Pannekoek, não tive dúvidas de que deveria seguir a senda aberta pela escola holandesa do marxismo e assim cheguei a Joseph Dietzgen.

O sexto texto, elaborado inicialmente sob a forma de Comunicação, intitula-se “Joseph Dietzgen: a epistemologia do materialismo histórico-dialético” e foi publicado nos Anais do IV Seminário Nacional de Ciência Política: Teoria e Metodologia em Debate, realizado em 2011 na cidade de Porto Alegre.

Trata-se de escrito pensado para abordar as contribuições de Joseph Dietzgen para o materialismo histórico-dialético. Para tanto, após breve apresentação de sua trajetória biográfica, adotei como procedimento acompanhar o itinerário intelectual deste autor por meio da análise de textos e obras selecionadas, apoiando-me supletivamente em especialistas comentadores.

Foi apresentada sinteticamente a concepção Dietzgeniana em aspectos considerados relevantes em termos de teoria do conhecimento, ao mesmo tempo analisaram-se as abordagens de Dietzgen com ênfase no modo pelo qual se articularam no conjunto de suas elaborações temas como consciência, objetividade, subjetividade, pensamento e matéria.

O leitor também encontrará um esforço para captar a forma específica pela qual Dietzgen em suas formulações apresentou conexões diretas ou indiretas com as Ciências Sociais, além de elementos para uma avaliação de suas contribuições para os dias de hoje.

A motivação para o sétimo texto que integra esta reunião de textos surgiu da necessidade de inserir no debate sobre os rumos do capitalismo que se desenvolve no Brasil uma obra que até o momento ainda não foi publicada em terras brasileiras e que permanece central para o entendimento desse modo de produção: “Marx e Keynes” de Paul Mattick. Trata-se da resenha àquela obra, originalmente escrita por Mattick em inglês em 1969, intitulada “Uma crítica seminal ao keynesianismo” e publicada pelo n.7 da Revista “Em Debate” no primeiro semestre de 2012.

Em um escrito tão curto, o objetivo foi o de estimular que se conheça a apreciação de Mattick da economia capitalista, em harmonia com as teses do Marx das relações sociais de produção, e fornecer pistas para possibilitar analisar a realidade de processos como a crise mundial de 2008 tendo por ferramenta um autor referência do marxismo heterodoxo. Inclusive, como o leitor verá, considere importante dar relevância a aspectos de sua trajetória pessoal para, além do mero conhecimento, proceder a uma análise econômica devidamente contextualizada e informada historicamente.

Dois prefácios encerram este livro.

O primeiro, atendendo com prazer a convite feito pelo amigo Nildo Viana para apresentar o seu livro intitulado “Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social”, procurei realçar tanto a iniciativa de ampliar a divulgação de obras da/e sobre a revolucionária internacionalista, quanto certas linhas interpretativas do autor que operam este realce em muitos pontos do pensamento luxemburguano, sem deixar de apontar aspectos que permanecem controversos nos escritos de Rosa.

O segundo é a apresentação à edição brasileira do livro “Os Socialistas-Revolucionários de Esquerda na Revolução Russa” publicado pela Editoria Em Debate no final de 2012.

Obra inédita em língua portuguesa e que teve um percurso épico, tendo ficado “esquecida” por mais de 65 anos, é um autêntico manancial para se conhecer “o outro lado” da Revolução Russa em seus primórdios e compreender como o processo de eliminação de revolucionários ocorreu desde os primeiros meses, lançando as bases para as práticas do período Stálin.

As traduções das citações contidas nestes trabalhos são de autoria do autor, salvo se mencionado o tradutor.

José Carlos Mendonça.
Agosto de 2013.

O QUE SE PASSA NA VENEZUELA?

Em parceria com Vanilde de Faria Gerônimo

Ruas entupidas de vendedores ambulantes, mendigos e indigentes; trânsito caótico e com avenidas deterioradas revelando pouco ou nenhum planejamento viário; altos índices de prostituição infantil e juvenil e de criminalidade - só para se ter uma ideia: em 2005 houve 10.000 assassinatos sendo que a cada fim de semana morrem 100 pessoas assassinadas no país -; grande número de crianças de rua (as que moram nas ruas de Caracas foram especialmente recolhidas para que não fossem vistas pelos participantes estrangeiros do FSA - Fórum Social das Américas); desnutrição de boa parte dos setores mais empobrecidos.

Nada diferente de qualquer país da periferia do capitalismo.

No entanto, se divulga ao mundo que está em curso na Venezuela, desde 1998, uma “revolução” em favor das massas excluídas e que pela propaganda do governo chavista tal processo estaria reduzindo os níveis de pobreza e desemprego os quais, por sua vez, deveriam refletir na melhoria geral do nível de vida da população.

Divulga-se igualmente que a “esquerda” está com o governo e a “direita” está na oposição; também se assiste no campo teórico e das ideias a justificativa do processo bolivariano como sendo a expressão concreta de um tal “socialismo do século XXI”, expressão contemporânea do “velho” socialismo científico, logo algo pretensamente novo no panorama da esquerda tão acusada de estar agarrada a dogmas “ultrapassados”.

Vejam os mais de perto cada um destes argumentos da propaganda que faz o Estado Venezuelano em geral e os chavistas e seus apoiadores em particular.

Uma revolução *sui generis*?

Ao compararmos o mesmo transcurso de tempo que já dura o processo bolivariano com idêntico prazo de outras revoluções socialistas ocorridas no século XX (Rússia, China e até Cuba) chegaremos forçosamente à conclusão de que, em todos eles e sob condições muito mais adversas, sete anos provocaram profundas alterações nas condições de vida de russos, chineses e cubanos. Muito diferente do que constatamos em relação às condições de vida da população trabalhadora da Venezuela.

Mas, se for correto que contra fatos não há argumentos, o mesmo não ocorre com relação à justificativa ideológica. O chavismo embora seja muito pobre em intelectuais orgânicos nacionais, conta com uma plêiade

de não-venezuelanos disposta a mostrar que o chamado “socialismo do século XXI” não é um embuste.

James Petras, Alan Woods, Heinz Dieterich, Marta Harnecker e até Meszaros, cada qual a seu modo, em maior ou menor grau e de seu respectivo ângulo de perspectiva, são alguns dos nomes que podemos lembrar.

Tomaremos aqui apenas o caso da chilena Marta Harnecker que produziu uma compilação de textos com o eloqüente título de “Venezuela una Revolucion *Sui generis*” onde depois de fazer todas justificativas para o militarismo (“única estrutura que se encontra expandida em todo o território nacional à exceção da Igreja Católica”), para a necessidade de se “conquistar o maior número de empresários com uma política especial de créditos, para que possam colocar suas potencialidades produtivas a serviço do desenvolvimento endógeno que o governo busca implementar” conclui que – já que os avanços sociais são lentos – o mais importante que o chavismo faz é “ir criando o sujeito revolucionário tanto a partir dos setores marginalizados quanto dos trabalhadores” (HARNECKER, 2004, p. 65-66).

Ou seja: a velha colaboração de classes do século XIX sob nova apresentação; um poder sem sujeito revolucionário e que busca forjar como protagonista social no lugar do proletariado o lumpensinato.

Quem não está com chavez é imperialista?

Quanto ao propalado argumento de que a esquerda está com o governo e a oposição é de direita, é o tipo do argumento que distorce o real por simplificá-lo, e por isto mesmo forma uma falsa imagem da realidade atual da Venezuela.

Em primeiro lugar, “esquerda” e “direita” são manifestações no âmbito da política de movimentos que ocorrem na base econômica da sociedade. E na base da sociedade estão classes sociais cujos interesses a política expressa. Assim sendo, a política é expressão da luta travada entre as classes por seus interesses na sociedade.

Observamos que existem proletários e capitalistas (pequenos, médios e grandes) tanto com o governo quanto contra ele. Se assim é com as classes sociais, inevitavelmente o será com aquilo que é expressão das classes: as forças políticas.

Ora, se o governo de Chavez divide proletariado, burguesia e pequena burguesia o que existe é uma situação de **polarização social** muito mais complexa do que um maniqueísmo dual dos tempos da guerra fria.

Existem partidos, grupos e correntes de esquerda e de direita com o governo Chavez e igualmente partidos, grupos e correntes de esquerda e de direita contra o governo de Chavez. Afirmar isto não significa desconhecer que no movimento de oposição - que reúne amplas massas contra o governo - inexistia uma clara hegemonia das forças políticas ligadas ao imperialismo estadunidense.

Mas existe um terceiro campo de partidos, sindicatos, grupos e correntes que – embora com diminuta força social se comparado com o governo e a oposição sob hegemonia dos EUA e sem estar unificado ou mesmo articulado – que guarda a devida distância de ambos os campos.

A principal debilidade deste campo consiste na sua incapacidade até o momento de romper com esta polarização interburguesa, em se unificar e encetar ações e lutas com independência de classe. O que reflete a debilidade do próprio proletariado venezuelano.

Chavismo e anti chavismo são iguais?

Se, de um ponto de vista comunista, o governo chavista é um governo burguês como qualquer outro, pois se sustenta na extração de mais-valia do proletariado venezuelano, o mesmo não se sucede se analisarmos pela perspectiva das tarefas históricas que ele realiza.

A começar pelos setores sociais que dão sustentação aos lados em disputa, constatamos que o governo bolivariano promove a ascensão social de uma nova pequena burguesia e patrocina a inclusão no aparelho de Estado dos setores da burguesia que foram excluídos pelos governos anteriores.

Também procura angariar o apoio das massas empobrecidas não proletárias por meio de instrumentos de controle ideológico como as missões e os chamados círculos bolivarianos. Este processo tem permitido que o chavismo venha tomando de assalto as instituições do Estado Capitalista desde as mudanças radicais que provocou no ordenamento jurídico do país com a nova constituição.

A chamada oposição por sua vez se sustenta nas oligarquias tradicionais que sempre ocuparam os postos do aparelho de Estado e jamais levaram a cabo as tarefas da revolução burguesa na Venezuela.

É aqui que reside a diferença fundamental entre chavismo e anti-chavismo: o governo bolivariano tem realizado as tarefas históricas da revolução burguesa que propiciam as condições para a existência futura da revolução socialista rumo ao comunismo.

O despertar de amplas camadas da população para a luta política, a eliminação do analfabetismo, a ampliação do saneamento básico, a criação

de infra-estruturas, a construção de habitações e escolas, reforma agrária, etc.. são medidas clássicas que foram tomadas por uma burguesia que ascendia de modo revolucionário por toda a Europa.

São medidas que os revolucionários proletários as apóiam no sentido de reconhecer seu caráter progressivo para o desenvolvimento da humanidade. Daí a chamar isto de “socialismo” e integrar o campo político das camadas burguesas e pequeno-burguesas que promovem tais medidas vai um abismo.

E mais, o papel das forças autenticamente comunistas não é se arvorar a construir capitalismo, apoiando a exploração da classe, a formação de pequenos capitalistas no campo. Tampouco incutir numa massa desprovida de suas necessidades mais básicas o orgulho em ser pobre, como se o objetivo fosse promover a igualdade na precariedade e na carência.³

Outro ponto que merece distinção é a existência ou não das liberdades democráticas burguesas. Presenciamos uma massiva manifestação de rua da oposição anti-chavista hegemônica pelo imperialismo estadunidense tomar o centro de Caracas pelo tempo que quis sem ser molestada.

Este fato, que exemplifica uma manifestação concreta de liberdade democrática, não nos torna chavistas, mas faz com que - na impossibilidade de uma revolução proletária no curto prazo - os proletários conscientes se manifestem contrários ao retorno de uma oposição sabidamente golpista e fascista.

Como bem sintetizou *Ciro*, um engenheiro pós-graduado desempregado que ganha a vida como motorista de excursão, que fazia acirradas e apropriadas críticas à revolução bolivariana (que segundo nos disse também é conhecida lá como “*revolución de los pendejos*” ou revolução dos bobos) e constatava a falta de alternativas de poder, ao ser questionado se era preferível retornar aos tempos em que a atual oposição era governo, respondeu: “prefiro que este louco continue a retornar os elementos que já provaram que são maus.”

Referência

HARNECKER, Marta, *Venezuela una revolucion sui generis* Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=8959> dezembro de 2004, p. 65-66. Acesso em: 10 fev 2006.

³ Não ter complexos de inferioridade em função de uma situação financeira e material ruim é muito diferente de encarar a pobreza como uma virtude.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA CONCEPÇÃO DOS COMUNISTAS DE CONSELHOS

Em parceria com Taiguara Belo de Oliveira

Introdução

Já não é novidade para ninguém que os organismos de luta da esquerda tradicional, seja ela reformista ou revolucionária, atravessam uma crise, talvez terminal, de representatividade frente à base “representada”. A credibilidade em partidos políticos e sindicatos vem persistentemente apresentando uma trajetória descendente, em função da comprovada incapacidade de ambos em evitar a burocratização e conseqüente degeneração das lutas emancipatórias, mesmo que no passado tenham cumprido um papel de relevo para conquistas sociais e políticas dos trabalhadores.

Para além desta questão atual, se nos preocupamos com a substituição do capitalismo por uma sociedade sem classes - onde as relações entre os indivíduos na produção sejam igualitárias e sem as polaridades perenes vigentes (trabalho intelectual/manual; cidade/campo; dirigentes/dirigidos) – é forçoso reconhecer que a efetivação da máxima marxiana “a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores” implica o desenvolvimento de ações autônomas de massas que exigem formas de organização distintas das consagradas pelo bolchevismo.

Para os bolcheviques, orientados pela concepção de Lênin, importava organizar partidariamente os indivíduos politicamente ativos do proletariado, ou seja, sua vanguarda, agrupando-os no partido juntamente com intelectuais. A este organismo ficavam atribuídas as tarefas de conquista e exercício do poder de Estado, enquanto a classe reservava-se o papel passivo circunscrito ao âmbito econômico. Por esta acepção a ideia de práxis política fica resignada à ação de dirigentes, a quem a classe deveria seguir e subordinar-se.

Daí a importância – dentro ainda de uma perspectiva marxista de ultrapassagem do capitalismo - em se retomar a reflexão de alguns pensadores revolucionários que, ao enfocarem o tema da organização por conselhos, restituem à classe em luta atributos de existência e capacidade de atividade política próprias, furtadas pela interpretação da esquerda oficial abrangida pela tradição leninista⁴.

⁴ Incluem-se aqui as vertentes stalinistas, trotskistas, maoistas, etc.

O modelo dos conselhos fora algo, reiteradas vezes, vivenciado pelos trabalhadores nos processos revolucionários. Desde a Comuna de Paris, em 1871, se sucederam diversas experiências práticas, dentre as quais destacam-se: Rússia em 1905 e 1917, Alemanha, Hungria e Itália em 1918-20, China em 1966-67, França em 1968, Itália em 1968, Portugal em 1974-75 e Polônia em 1980-81. Estas formas institucionais constituíram exemplos concretos de poder autônomo dos trabalhadores em luta e aspirou tanto à conquista do poder quanto à direção da atividade produtiva após - e na hipótese - da conquista. Segundo Gombin (1972, p. 106), a teoria dos conselhos operários “propõe um *conteúdo* para o socialismo (a vida econômica, social e política gerida pela organização de conselhos) [...] propõe um modelo de organização revolucionária do proletariado.”

Em todas as experiências em que surgira, os conselhos apresentaram um núcleo constante de características: participação direta dos trabalhadores em assembleias onde decidem eles próprios os rumos e as táticas a serem empregadas, não remuneração para cargos delegados - cujos mandatos podem ser revogados a qualquer tempo - além da constante rotatividade das funções. Nestas ocasiões, as relações hierárquicas típicas das estruturas políticas e econômicas capitalistas eram reconvertidas em relações horizontais de solidariedade.

Não se trata, claro está, de transpor automaticamente para a atualidade as experiências dos conflitos do século XX, mas observar princípios essenciais que permeiam as teses conselhistas: a) o sujeito histórico insubstituível da superação do capitalismo é o proletariado e b) a passagem para o comunismo não pode ser resumida à tomada do poder de Estado pelo partido político pretensamente representante da classe, visto que tal passagem somente pode ser erigida por obra da auto-atividade dos trabalhadores que, por meio da sua gestão direta, redimensionam o conjunto das relações sociais.

Este debate sobre a organização proletária figura como um dos maiores dilemas da esquerda: por um lado, a necessidade de criação de um instrumento de luta que viabilize alcançar um determinado propósito (libertar os trabalhadores da exploração capitalista) e, por outro, a fetichização da forma criada, ou seja, o processo pelo qual a organização torna-se a própria finalidade. Tal ocorre quando a máquina burocrática do partido - funcionários, militantes e ideólogos profissionais - passa a perseguir sua auto-sustentação no poder. Os “Revolucionários do período inicial tornam-se funcionários.” (TRAGTENBERG, 1991).

Incidindo neste ponto, os comunistas de conselhos salientam os aspectos contrarrevolucionários de instituições tradicionais como partidos e sindicatos. Na base da concepção conselhistas está a aposta de que no

desenvolvimento ulterior das lutas, embora surgidas espontaneamente por motivações econômicas, os conselhos possam se consolidar e passar a questionar a divisão do trabalho, a hierarquia das fábricas, o direcionamento da produção, etc. Isto significaria a superação necessária da dicotomia entre espontaneísmo e organização e, principalmente, entre luta econômica e luta política.

A forma-partido na concepção conselhistas

Para uma apreensão geral do lugar que a forma-partido ocupa na teoria do comunismo de conselhos pode-se partir da leitura dos escritos de Anton Pannekoek e Karl Korsch, dois dos principais expoentes dessa corrente. Antes, porém, será necessário deter-se naquela que pode ser considerada a precursora do conselhismo: Rosa Luxemburg. Autora e ativista revolucionária que talvez seja quem mais concentrou em sua obra a tensão resultante das relações entre organização/espontaneidade, vanguarda/massas, classe/partido e, desse modo, tenha rasgado horizontes para a consolidação de tal vertente.

Já em 1904, polemizando com Lênin nas *Questões de Organização da Social Democracia Russa*, Rosa Luxemburg (1991) postula: “Organização, esclarecimento e luta não são aqui momentos separados [...] são apenas diferentes aspectos do mesmo processo.” Em seu entendimento, a tendência ultracentralista de Lênin admitia o princípio da intervenção direta, disciplinada e decisiva das autoridades centrais em todos os âmbitos e manifestações locais do partido. Lênin estaria a subestimar a capacidade de organização autônoma e direta das massas e, com isso, cindia a atividade conspirativa de uma minoria da vida cotidiana das massas. A concepção burocrática de partido leninista desliga as pessoas encarregadas de funções políticas especiais do solo real da luta de classes elementar e reduz os membros ativos da organização a simples executores das vontades de “uma dúzia de espíritos superiores”.

Na apreciação da revolucionária polonesa, a vivacidade da organização partidária deve se localizar no seio da ação espontânea das massas e não no produto teórico da cabeça genial de um dirigente. Dessa maneira, o partido cumpriria tarefas de manutenção, fomento e avaliação constantes das formas históricas sempre renovadas das lutas empreendidas pelas massas, e não prescreveria receitas prontas e detalhadas dos rumos a serem trilhados. Concentrar poderes na direção partidária seria fortalecer, perigosamente, o conservadorismo inerente à direção de qualquer partido e obstar o livre desenvolvimento das atividades políticas da classe. Coordenação e unificação serão os princípios da organização partidária,

caso contrário “Os meios viram-se contra os fins”. Portanto, era indispensável que o partido abrisse caminhos para que o movimento operário encetasse suas experiências por si mesmo e maturasse a sua disposição revolucionária a partir de seus próprios erros, “infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor ‘comitê central.’” (LUXEMBURG, 1991, p.58-59).

Em *A Revolução Russa*, escrita no ano de 1918, a autora, ao mesmo tempo em que reconhece a perspicácia e a coragem revolucionárias do partido bolchevique por sua capacidade de mobilizar as massas e levá-las às últimas consequências, expõe suas desavenças em relação às medidas políticas que haveriam abafado e impedido o alargamento dos espaços públicos. Da perspectiva luxemburguista, a dissolução da Assembleia Constituinte, o cerceamento da liberdade de imprensa, do direito de associação e reunião e de outras liberdades democráticas obstruiu qualquer tipo de fonte de experiência política e teria interrompido a revolução ascendente.

Os desdobramentos burocráticos da revolução de 1917 teriam evidenciado a insuficiência dos pressupostos de Lênin e Trotsky, para quem a revolução socialista consistiria na mera execução de um programa revolucionário pré-concebido, a ser aplicado energicamente pelo partido. Para ela, programas políticos guardariam apenas as diretrizes balizadoras, sem a capacidade de indicar quais as melhores medidas práticas a serem tomadas em todos os domínios da revolução social. O socialismo concebido por Rosa é um produto histórico nascido na própria “escola da experiência”, impossível de ser outorgado ou decretado.

Em novembro de 1918, pouco antes de ser assassinada, ao analisar os últimos acontecimentos da conjuntura alemã, suas proposições sobre os conselhos de operários e soldados como força política revolucionária ganham toda força, expressas no programa que redigiu intitulado *O que quer a Liga Spartakus?* (1991) Ali, a autora radicaliza sua defesa do socialismo enquanto obra das massas populares no momento em que evoluem da luta cotidiana e deixam de ser massa governada e passam, por si mesmas, a edificarem sua vida política e econômica, numa “autodeterminação consciente e livre”.

Para tanto, caberia à classe substituir todos os órgãos herdados da dominação burguesa – parlamentos, administrações municipais – pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Rosa, dessa maneira, demonstra não crer no caráter transformador que parlamentos e assembleias nacionais pretensamente teriam de instituir por decretos o fim da sociedade capitalista. Antes, é necessário confiar à classe

trabalhadora todos os postos e funções, ou seja, a totalidade do poder político.

No entanto, no tocante ao caráter do partido, Rosa tomará posição pelo partido de massas como se depreende desta passagem:

Aliás, é completamente errado pensar ser do interesse do movimento operário repelir o afluxo em massa dos elementos dispersos em consequência da progressiva dissolução da sociedade burguesa. A proposição segundo a qual a socialdemocracia representa os interesses de classe do proletariado e, por conseguinte, o conjunto dos interesses progressistas da sociedade e de todas as vítimas oprimidas pela ordem social burguesa não é para ser meramente interpretada no sentido de que no programa da socialdemocracia todos esses interesses estão idealmente sintetizados. Esta proposição torna-se verdadeira através do processo de desenvolvimento histórico, em virtude do qual a socialdemocracia, também como *partido político*, gradualmente se torna o abrigo dos elementos mais variados e mais insatisfeitos da sociedade, transformando-se realmente no partido do povo contra uma ínfima minoria da burguesia dominante (LUXEMBURG, 1991, p. 56).

Esta defesa de um partido policlassista, no programa e em sua composição, impede que Rosa possa encaixar-se plenamente na corrente conselhistista e a afasta de um campo comum de entendimentos, por exemplo, com aquele que foi talvez o teórico mais rigoroso do comunismo de conselhos: Anton Pannekoek (1873-1960).

Holandês de nascimento e tendo militado até a primeira guerra na socialdemocracia alemã, Pannekoek expressou um núcleo de concepções acerca da relação partido/classe que a reorientava por completo. O partido, enquanto organização erigida em torno de ideias políticas específicas, deixa de ser **direção** para transformar-se em **instrumento da ação** da classe, agrupamento em torno de interesses comuns. Seu pensamento sobre a forma-partido era derivado das três teses intelectuais que conformavam a base das suas formulações: a concepção materialista da história que coloca a luta de classes como o agente da evolução social; a luta de classes travada de modo consciente, e a ação das massas revolucionarizadas em luta pela gestão dos meios de produção.

A forma-partido entendida como organização-processo está nos antípodas da organização de tipo bolchevique ou socialdemocrata, institucionalizada de modo perene e dotada de complexos mecanismos e órgãos de direção e transmissão. Se à classe como um todo compete fazer a revolução ao partido caberia então:

[...] encontrar e indicar pelo estudo e discussão o melhor caminho de ação para a classe operária. No entanto, esta educação não deve ser dirigida somente aos membros do grupo ou partido mas sim à massa da classe operária. É ela que deve decidir nas suas reuniões de fábrica e nos

Conselhos, qual a melhor maneira de agir. Mas para que decidam da melhor maneira possível devem ser esclarecidos por opiniões bem ponderadas e vindas do maior número de lados possível. [...] ir ao encontro dos operários, por exemplo, por meio de panfletos populares que esclareçam os trabalhadores explicando as principais mudanças da sociedade, e a necessidade de uma direção dos operários por eles mesmos, em todas as suas ações como em todo o trabalho produtivo futuro (PANNEKOEK, 2007a).

A par destas considerações, nota-se que a concepção de organização política em Pannekoek diverge radicalmente da de Lênin, a qual supõe a necessidade constante da classe operária ser dirigida por uma minoria. Para o primeiro, os partidos podem até assumir uma função importante numa fase preliminar. Contudo, à medida que os conflitos e as lutas se intensificam, devem ser ultrapassados pelos objetivos avançados do proletariado. Manter a classe num nível inferior significaria, na prática, mantê-la sob controle e repressão.

O bolchevismo, por sua vez, instituiu um modelo de partido organizado por princípios de eficácia, nos moldes da divisão de trabalho capitalista, isto é, acentuando o distanciamento entre concepção e execução das tarefas revolucionárias. Em outras palavras, quando o Partido Comunista - PC apregoa sua ascensão ao poder e sua centralidade no processo revolucionário, relega à classe o papel secundário e passivo de segui-lo e apoia-lo. Residiria aqui a base para o surgimento de uma nova classe dominante – burocratas ou gestores – emergir e perpetuar os fundamentos das relações capitalistas. “O capitalismo de mercado” – diz-nos Pannekoek – “se transforma em capitalismo de Estado.” (PANNEKOEK, 2007c).

Outra marca característica da forma-partido para o comunista de conselhos é o antiparlamentarismo em oposição de princípio à tática dos PCs de ingressar nos parlamentos - diante da impossibilidade imediata de ultrapassagem do capitalismo – para pelo menos transformá-los em órgãos de oposição. De acordo com esta tática, o parlamento se transforma em arena privilegiada de disputas entre classes antagônicas e promover pequenas reformas e ampliar direitos tornam-se as finalidades práticas do partido. Por consequência, em nome da necessidade de formar maioria parlamentar, os PCs estão obrigados à realização de alianças com outros partidos da ordem, o que os leva, invariavelmente, ao abandono dos interesses reais dos trabalhadores e à perseguição de interesses próprios.

Do estudo das eclosões revolucionárias na Rússia de 1905 e 1917 e das que, em menor escala, ocorreram na Alemanha em 1918, é que o conselhistas holandês extrai os princípios organizativos da ação revolucionária autônoma do proletariado, os *soviets* ou “Conselhos

Operários”. Estes devem servir – e isso é importante frisar - tanto à tomada do poder político e social pelos trabalhadores, quanto à direção do trabalho produtivo depois da conquista. Impossíveis de serem previamente definidas em detalhes, estas organizações - produzidas historicamente no seio dos conflitos de classe mais importantes sob diferentes denominações - figuram como o modelo mais apropriado à classe em luta, a verdadeira alavanca da revolução. Pannekoek, em largos traços, refere-se a uma organização onde cada qual participa ativamente da ação e da direção, uma instituição que ao não reservar lugar para dirigentes profissionais impossibilita a autonomização dos comitês/comissões, eleitas para funções executivas pelos conselhos, em relação ao conjunto da classe.

Na sua perspectiva, os conselhos operários não devem ser gerados por iniciativas de grupos revolucionários, mas sim pelas manifestações espontâneas motivadas pela solidariedade e paixão entre os trabalhadores. “A revolução proletária” – alerta Pannekoek – “exige também que o conjunto da classe operária saia da sua situação de dependência e ignorância para ascender à independência e construir um mundo novo” (PANNEKOEK, 2007b). Somente por esta maneira é possível empreender uma organização sem enredar-se nas armadilhas das regras burocráticas. Isto significa que uma organização autônoma e revolucionária só pode resultar da árdua aprendizagem obtida na escola dos processos de luta.

Em grandes processos revolucionários, a nova classe ascendente carece criar suas próprias formas institucionais. As quais, originariamente surgidas como organismos ilegais dentro da ordem capitalista, robustecem sua estrutura e funções, na medida em que a revolução cresce, até substituírem por completo os antigos órgãos políticos estatais e os de administração da produção. A organização fundamentada nos conselhos representa apenas os trabalhadores e não confere direito de voto ao cidadão em geral, como no parlamentarismo. Assim entendida, é a autêntica realização da ditadura do proletariado, como teorizada por Marx e Engels.

Por fim, coube ao alemão Karl Korsch (1886-1961) fornecer a base filosófica à concepção organizativa conselhistas pela negação da concepção leninista. Segundo ele, a “ortodoxia” - que engloba a socialdemocracia de Kautsky e o bolchevismo de Lênin – constituiria a legitimação ideológica da paralisação e fracassos do movimento operário. Assim, empenha-se numa formulação teórica que privilegia a ação espontânea e autônoma da classe enquanto relativiza o papel da vanguarda.

Em primeiro lugar, subverte o conceito de vanguarda no plano da teoria. Pois entende que ao se supor a consciência portadora da

necessidade histórica enquanto algo independente e exterior à classe, resultante de uma teoria exógena (alheia à práxis por apenas contemplar empiricamente o mundo objetivo) e acabada (que se pretende portadora da chave dos destinos universais), o bolchevismo faz do marxismo uma pura ideologia, de onde emergiria inevitavelmente um poder burocrático.

Em segundo lugar, no plano da prática política critica a linha adotada por Lênin, e atribui a ele a pretensão de atingir os objetivos de uma revolução proletária valendo-se de formas políticas (sejam partidárias, de poder ou estatais) que anteriormente foram eficientes para atingir objetivos de uma revolução burguesa. Ou seja, enquadra esta doutrina nos termos de uma teoria e prática jacobinas⁵.

(in) Conclusões: forma-partido e conselhos hoje

João Bernardo (1991) fornece-nos um quadro teórico válido para entendermos a maneira pela qual estas formas institucionais, originariamente criadas num sentido de luta contestatória, tornam-se mecanismos da própria continuidade da dominação capitalista. Por esta via de compreensão, a sucessão de formas variadas de existência do capitalismo processa-se não apenas por modalidades repressivas, mas, sobretudo, por ciclos de absorção dos conflitos. Este processo de assimilação, tênue e sofisticado, não se resume à cooptação pessoal de antigos integrantes e dirigentes “traidores” da causa proletária. Em sua sagacidade, tal processo é capaz de integrar na estrutura capitalista as próprias instituições de lutas autônomas que historicamente o proletariado em luta cria. Resultam, neste sentido, do próprio processo de degeneração dos órgãos de deliberação livremente gerados. Isto quer dizer que as organizações continuam a existir formal e nominalmente, porém, com o conteúdo das práticas sociais plenamente desfiguradas.

Parece-nos que é justamente isto que ocorre hoje com algumas instituições, cujos nomes vemos encher as bocas dos paladinos da “democracia participativa”. Se no âmbito administrativo do Estado elas aparecem sob insígnias do orçamento participativo, conselhos gestores, conselhos municipais, estaduais ou nacionais de políticas setoriais, etc.; no âmbito empresarial encontramos-las nos Círculos de Controle de Qualidade, na legalização das comissões de fábrica, na cogestão, etc; sem falar nas ONGs, nos cooperativismos e nas economias solidárias. Os partidos e os sindicatos por sua vez, assimilados de longa data, cumprem uma dupla função neste quadro de integração capitalista: agentes apoloéticos destas

⁵ Para uma exposição das diversas dimensões da contribuição teórica de Korsch, ver SUBIRATS (1973) e KORSCH (1977).

instituições e, simultaneamente, peças componentes de seu funcionamento. Representam hoje, para a história das lutas derrotadas, não a tragédia e sim a farsa.

Do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores, tal qual a máxima de Marx exposta no início do texto, os critérios a serem observados devem ser: Quais os princípios organizacionais que regem estas novas instituições? Temos aí – ainda que tendencialmente - relações sociais igualitárias, horizontais e coletivistas capazes de subverterem o caráter hierárquico das estruturas capitalistas? Com efeito, qualquer resposta que identifique na concretude das instituições citadas alguma similitude, para além das nomenclaturas, faria Rosa, Pannekoek e Korsch revirarem-se em seus túmulos.

Referências

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LUXEMBURG, Rosa. “O que quer a Liga Spartakus?”. In: *A revolução russa; introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. “Questões de organização da social democracia russa”. In: *A revolução russa; introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PANNEKOEK, Anton. “Carta à Socialisme ou Barbarie”. Disponível em <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/ma000049.pdf>. Acesso em 28 maio 2007a.

_____. *Os conselhos Operários*. Disponível em http://www.terravista.pt/ilhadomel/1188/os_conselhos_operarios.htm. Acesso em 20 maio 2007b.

_____. *Partido e Classe*. Disponível em <http://www.geocities.com/autonomiabvr/partido.html?20074>. Acesso em 04 fevereiro 2007c.

SUBIRATS, Eduardo et. al. *Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época*. Barcelona: Anagrama, 1973.

TRAGTENBERG, Maurício. “Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos”. In: LOUREIRO, Isabel Maria & VIGEVANI, Tullo (orgs.). *Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação*. São Paulo: FUNDUNESP, 1991, p. 37-47

SUJEITO HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO NO PENSAMENTO DO JOVEM TROTSKY: CORTE EPISTEMOLÓGICO E AUTORRENEGAÇÃO

Introdução

Este artigo procura apresentar como o revolucionário russo Lev Davidovich Bronstein/Trotsky (1879-1940) concebia em sua juventude o sujeito histórico da transformação social em articulação com a temática das formas de organização política de intencionalidade antissistêmica do proletariado no contexto do debate no interior da social-democracia russa de princípios do século XX. Para tanto, fundamenta-se em dois escritos anteriores a 1905, “Relatório da delegação siberiana” (RDS) e “Nossas tarefas políticas” (NTP), ambos de 1904.

Analisar os escritos produzidos por Trotsky durante os anos 1903/04, momento de seu percurso intelectual que se diferencia do restante de sua trajetória, requer um registro preliminar especial. Após ter sido alvo, durante décadas, de uma imensa rede de falsificações empreendida pelo stalinismo, que tentou ocultar e distorcer o papel de Trotsky no período que antecedeu à Revolução Russa de 1917, o próprio Trotsky, no tocante a este curto período de sua vida, adotou uma atitude de ocultamento que contribuiu para que as novas gerações de estudiosos e ativistas desconhecêssem suas posições anteriores à sua adesão ao bolchevismo/leninismo, opondo-se, até o final de sua vida, à republicação e tradução destes textos para outros idiomas.

Trata-se de obras conectadas. O RDS, publicado originalmente no início de 1904, foi justificado por seu autor como uma prestação de contas de sua participação na qualidade de um dos dois delegados pela “União Siberiana” ao II Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POS DR) realizado em julho de 1903 – congresso conhecido por ter sido palco da cisão entre “minoritários” e “majoritários” (mencheviques e bolcheviques) – NTP, publicada originalmente em agosto de 1904, desenvolve os mesmos temas de forma mais aprofundada.

Enquanto os elementos teóricos contidos no RDS são pouco mais que mencionados – o que torna este escrito em termos históricos mais um contraponto “factual” à versão, amplamente difundida, de Lênin sobre o II Congresso (Lênin, 1978) - NTP constitui-se efetivamente em uma resposta ao nível das concepções à teoria leninista de organização partidária e uma síntese dos pontos de vista de Trotsky sobre como estruturar o partido.

O movimento operário e socialista russo: contexto do autor e suas obras

Pela periodização de Authier (2002), o movimento operário na Rússia no momento em que se realiza o II Congresso do POSDR contava com uma história de dez anos e havia atravessado três fases cronologicamente próximas. A fase inicial “econômica” (chamada pejorativamente de “economicista” pelo jornal da social-democracia russa *Iskra* “centelha” em função da ideologia que tal período gerou em parcela da militância social-democrata: o “economicismo”), durante a segunda metade dos anos 1890, caracterizado pela ação do proletariado por suas reivindicações materiais sob a forma de greves; uma segunda fase “política” a partir dos 1898-1901 com lutas estudantis, manifestações operárias e revoltas camponesas contra o tzarismo na Rússia e na Ucrânia; uma terceira fase de “síntese” iniciada em 1903 que combinou greves econômicas e manifestações políticas em uma onda de greves insurrecionais no sul da Rússia, vítima da crise industrial e do desemprego, reveladora do antagonismo global do proletariado russo ao regime existente sob todos seus aspectos, antecedendo as revoluções de 1905 e 1917.⁶

Este surgimento do proletariado na cena pública da política russa na virada do século XX, constituiu-se no elemento socialmente novo que realizou, anos depois, aquilo que o movimento democrático russo esperava a tempos: a derrubada da autocracia.

Tal movimento apresentou duas características principais: aparecimento espontâneo (tanto por ter se iniciado independentemente de dirigentes ou chefes, quanto no sentido marxiano e luxemburguiano de estar determinado pelo conjunto das relações sociais, pela situação que o proletariado ocupa no conjunto das relações sociais fundamentais da sociedade moderna, e por uma conjuntura particular que, durante um dado período, lhe proporciona a ocasião de intervir na cena) e constituição de suas organizações revolucionárias *no interior* e *para* as lutas (as organizações constituídas no curso das lutas anteriores, que não desapareceram devido a terem se institucionalizado, se fortalecem graças ao movimento, mas cumprem um papel conservador em seu interior). Além disso,

O que caracteriza o novo período (isto é, o surgimento do processo social e político que leva diretamente à revolução de 1905 e depois à de 1917) é, por um lado, o grande número de organizações proletárias aparecidas

⁶ Sobre a revolução de 1905 consultar: TROTSKY, 2006 e LUXEMBURG, 1977. Sobre a revolução de 1917, na perspectiva epistemológica adotada neste trabalho consultar: AGUADO, 1976.

espontaneamente em escala local no curso das lutas locais e, por outro, o abandono por parte destas organizações da ideologia populista pelo marxismo. (AUTHIER, 2002, p.16).

Sobre a introdução do marxismo na Rússia - creditada ao grupo “Libertação do Trabalho” fundado em 1883 no exterior pelos ex-populistas Plekhanov, Zazulich, Axelrod, Deutsch, dentre outros - Trotsky, na introdução de NTP, desenvolve a tese de que sua penetração como teoria cumpriu um papel ambíguo. Por um lado, por ser a expressão mais concentrada e desenvolvida de teoria proletária, foi a teoria que o proletariado russo devia adotar. Por outro, para a intelectualidade foi a ideologia da modernidade, o pensamento que lhe assegurava que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia era inevitável e desembocaria na derrocada da autocracia e na “europeização” da Rússia (Trotsky, 1975, p. 24-37). Isto significou também que, na Rússia, a intelectualidade aderiu ao marxismo antes que o proletariado, favorecendo a concepção de Kautsky e Lênin segundo a qual a consciência destes últimos deve ser neles inculcada “de fora” pelos primeiros (Lênin, 1979, p. 30-31).

Em relação ao POSDR, os aspectos organizativos centrais do contexto que desemboca no II Congresso são: sua fundação no I Congresso em 1898 foi fruto de uma tendência geral existente naquele momento no proletariado russo à organização, tendência que resultava diretamente da multiplicação e da acentuação das lutas operárias cujos antecedentes diretos têm origem em dezembro de 1895 a partir do agrupamento de cerca de vinte círculos operários em torno da “União de luta para a libertação da classe operária” fundada na cidade de São Petersburgo que continha dentre seus integrantes Lênin, Martov e Potressov. A conjuntura de ascenso das lutas favorece o nascimento e o fortalecimento de outras organizações que, mesmo com a repressão policial czarista, asseguram a continuidade de suas respectivas existências.

Remonta também aos primórdios das organizações revolucionárias russas a marca das lutas internas e de tendências que as acompanhou. No âmbito da social-democracia russa, no período de 1898 a 1903, a principal luta se dá entre “economicistas” e “iskristas”.⁷ Os primeiros entendiam que a primazia devia ser dada à luta por melhores condições materiais de vida do proletariado, esperar até que o proletariado fosse revolucionário e que, *por enquanto*, os socialdemocratas deviam, de um lado, organizar lutas sindicais, do outro, participar com a oposição liberal na luta contra o absolutismo; os “iskristas” concediam primazia à “luta política”, aliada a uma concepção ultracentralista da organização, coroada pela tese já referida

⁷ Referência aos que se aglutinavam em torno do jornal *Iskra* (Centelha), o qual, até outubro de 1903, constituiu-se em embrião do futuro leninismo.

de levar a consciência de classe aos proletários “de fora”, ou seja, a tarefa dos intelectuais revolucionários seria levar a consciência socialista, política, ao proletariado. Isto significava que naquela época (antes da revolução burguesa), eles deviam tomar a direção política desta classe e fazê-la entrar na luta geral contra o tzarismo. “Luta política” significava luta antifeudal, luta burguesa. Sem dúvida necessária, porém estranha ao movimento revolucionário específico do proletariado, político somente na medida em que se confronta com o poder das classes capitalistas, as quais determinam o caráter político de sua luta. Por si, o movimento do proletariado tende à abolição da política.

De acordo com o jovem Trotsky (1975, p. 168), Lênin e os “iskristas” põem *mais e menos* ali onde os “economicistas” põem *menos e mais*: luta política, luta econômica; organização extremamente centralizada, organização extremamente frouxa; é preciso levar a consciência socialista aos operários, é preciso deixar que os operários decidam por si mesmos. As tarefas do período impunham a uns e outros serem e conceberem-se como exteriores ao próprio proletariado, seja declarando que havia que deixá-lo atuar por si mesmo (espontaneísmo), seja declarando que havia que fornecer-lhe uma direção que ele teria sido incapaz de adquirir por si (dirigismo). “As condições russas” obrigavam o social-democrata a ser, na verdade, apenas um revolucionário no sentido burguês do termo (com uma ideologia “socialista”).

Como as questões organizativas exigiam solução, este foi o tema em que primeiro se manifestaram as divergências. Mais do que a posição das tendências internas à social-democracia russa, trata-se aqui de perceber que a tendência à centralização organizativa resultou tão espontânea quanto o aparecimento de organizações operárias em âmbito local e que, nas condições russas daquele momento, a centralização do POSDR apenas poderia ser formalmente feita em torno de um grupo situado fora da Rússia. Tais condições possibilitaram expor as diferenças entre “marxistas intelectuais” e “marxistas operários” dado que em diversas localidades, muitos operários revolucionários resistiram em admitir que a *intelligentsia* deveria infundir-lhes a consciência de classe proletária e acabaram excluídos do POSDR, conforme o próprio Trotsky escreveu em NTP. Inicia-se a separação entre partido e movimento que, durante a revolução de 1905, levou a maioria dos socialdemocratas russos a ignorar o surgimento dos *soviets* como forma organizativa mais importante das revoluções do século XX.⁸

⁸ Esta ausência de percepção continuou após 1905. Em relação aos bolcheviques, futura corrente de Trotsky, e suas relações com as organizações proletárias de base no período 1917-1921 consultar: BRINTON, 1975.

Assim, Trotsky escreveu RDS e NTP envolvido na atmosfera pré e pós II congresso, atmosfera essa por sua vez envolvida por uma conjuntura de acirramento das lutas sociais e de classe numa Rússia em que o capitalismo acabara de chegar, onde predominava a pequena produção independente que engendrava uma população composta por noventa por cento de camponeses. Praticamente inexistia a condição decisiva do socialismo que é a socialização do processo de produção. As opções para o proletariado, neste quadro, eram lutar por vantagens materiais ou derrubar a autocracia, ambas distintas e distantes de realizar uma revolução socialista.

O sujeito histórico da transformação social: a classe ou o partido?

A análise que Trotsky expressou em RDS do II Congresso do POSDR, contém a posição de um militante que se posicionou com o lado derrotado naquele momento na disputa interna de poder.⁹ A principal polémica foi jurídica, na definição de quem poderia ser considerado membro do partido. Segundo Trotsky em RDS, a maioria dos operários presentes consideraram tal divergência académica. De fato, ela já revelava que:

O corte entre a organização e o movimento tinha se reproduzido no próprio interior da organização. O esoterismo das polémicas entre dirigentes era a manifestação fatal desta realidade. Por outro lado, fossem ou não conscientes disso naquele momento, as duas frações representavam dois movimentos históricos diferentes. Cada uma delas reclamava sua própria forma organizativa. (AUTHIER, obra citada, p.30-31,).

Subjetivamente motivado pelas divergências ali expressas, o jovem Trotsky após o congresso decidiu ampliar as questões em debate e detectar as causas profundas daquelas posições. Esta foi a subjetividade com a qual ele se dedicou a escrever NTP entre os meses de abril a agosto de 1904.

O campo político em que Trotsky se inseria apresentou duas linhas de crítica às posições bolcheviques. Uma, limitada ao ideológico, via as posições de Lênin e dos bolcheviques como uma espécie de “mal-entendido histórico” (Martov, Plekhanov); outra procurou analisar as divergências até a descoberta de seu caráter de classe, concluindo que as posições majoritárias em termos de organização resultariam em um partido revolucionário da burguesia democrática que conduziria as massas proletárias da Rússia como um exército de combate (Axelrod). Foi sob o influxo destas linhas que Trotsky formulou NTP, que pode ser

⁹ O leitor interessado nos detalhes factuais do congresso pode se reportar à obra de Lênin (1978).

caracterizada como um esboço incompleto de uma teoria da Revolução Russa.¹⁰

Contudo, o alinhamento de Trotsky com os mencheviques foi breve. Ele divergia da inclinação de certos integrantes desta corrente em realizar uma aliança com a corrente liberal. Ao se afastar dos círculos mencheviques, adota uma posição intermediária, conciliadora, até o verão de 1917, mesmo tendo precocemente perdido as esperanças de reunificá-las.

Resgataremos aqui tão somente os elementos que possibilitam compreender que Trotsky encarava a espontaneidade proletária com olhos muito diferentes daqueles com que a enxergou após 1917. Além das críticas aos métodos de Lênin, e de acusá-lo de querer se apoderar da direção do partido e de nela apoiar sua ditadura sobre “antigos economicistas arrependidos”, merecem destaque dois elementos em particular: a crítica ao “jacobinismo” de Lênin e ao que Trotsky denominou “substitucionismo” da classe pelo partido.

A crítica marxista do jacobinismo leniniano foi bem sintetizada no artigo “Teses sobre o bolchevismo” redigido em 1934 por Helmut Wagner, o qual deu forma escrita à elaboração coletiva do Grupo dos Comunistas Internacionais da Holanda. As “Teses” apontam a identificação entre bolchevismo e jacobinismo nos seguintes termos:

O princípio de base da política bolchevique (conquista e exercício do poder pela organização) é jacobino; a grandiosa perspectiva política bolchevique é jacobina; a sua realização prática no decurso da luta pelo poder da organização bolchevique é jacobina; a mobilização de todos os meios e de todas as forças da sociedade capazes de derrubar o absolutismo, bem como o emprego de todo e qualquer método susceptível de levar a cabo esse projecto, as manobras e os compromissos do partido bolchevique com qualquer força social que pudesse ser utilizada, mesmo por um curto espaço de tempo e no sector menos importante... eis o espírito jacobino. Enfim, a própria concepção essencial da organização bolchevique é jacobina: a criação de uma organização rígida de revolucionários profissionais que se tornará o instrumento obediente de uma direção onnipotente. (WAGNER, 1978, p.34).

Para o jovem Trotsky, o jacobinismo é incompatível com o socialismo proletário, seja por seu idealismo, seja por desconfiar das “forças desorganizadas” (alusão às parcelas do proletariado não pertencentes ao partido. Partido que “se empenha em ser e continuar sendo o movimento de classe das massas operárias organizadas” conforme

¹⁰ Authier ressalta a similitude de pontos entre NTP e o artigo de Rosa Luxemburg intitulado “Problemas de organização da social-democracia russa”, possivelmente fruto das relações mantidas entre ambos em 1904.

o manifesto do I Congresso do POSDR). Qualifica a adoção dos métodos jacobinos no interior do movimento proletário como sinal do mais puro oportunismo, pois sacrifica seus interesses históricos “pela ficção de um benefício temporário”.

Em relação ao que denominou “substitucionismo político”, o jovem Trotsky percebeu que o desenvolvimento das ideias organizativas dos bolcheviques levariam em curto prazo à substituição do partido pela organização, da organização pelo comitê central e, finalmente, do comitê central pelo ditador. Esta concepção do jovem Trotsky no âmbito da polêmica partidária que ele travou em 1904 levou-o a demonstrar como estas diferenças desdobravam-se no trabalho do partido:

[...] minha intenção tem sido chamar a atenção para a diferença no princípio que separa dois métodos opostos de trabalho. E essa diferença, em essência, é decisiva, se vamos definir o caráter de todo o trabalho realizado por nosso Partido. No primeiro caso, temos um partido que pensa para o proletariado, que o substitui politicamente, e no outro temos um partido que educa e mobiliza politicamente o proletariado para exercer uma pressão consciente sobre todos os grupos e partidos políticos. Esses dois sistemas produzem resultados objetivamente diferentes. (TROTSKY, 2010).

A argúcia de tal percepção foi expressa pela formulação “fetiche da organização”, significando que em sua juventude Trotsky foi crítico do processo de inversão que ocorre na relação de uma organização com o movimento a partir do momento em que a organização deixa de ser uma forma e um instrumento da luta de classes para servir-se do movimento em benefício de seu autofortalecimento autonomizado. As lutas deixam de ser o fim, a razão da existência da organização, para tornarem-se o meio que alimenta e reforça a vida da organização. Para quem a integra, manter a organização passa a ser a finalidade última. Quando a luta que a fez nascer arrefece, e a prática social se altera, via de regra a organização inicia seu processo de institucionalização tendo por primeiro passo a criação de fins específicos, distintos dos fins da luta. Este “fetiche da organização” identificado por Trotsky é, segundo Authier (2002, p. 18), a revelação de algo oculto: “a organização já não é um instrumento das forças sociais que a criaram, mas o instrumento de outras forças, de forças inimigas.”

Em síntese, para evitar o “substitucionismo político” em termos organizativos, que sobrepõe a posição da organização sobre o movimento, e, consciente disso ou não, impedir que o sujeito histórico da transformação social se desloque da classe para o partido, o jovem Trotsky apresentou como alternativas educação e mobilização políticas para estimular e fortalecer a autoatividade do conjunto do proletariado, independente de estar ou não no partido. As razões pelas quais esta

concepção foi abandonada nos reportam para além destes dois escritos de juventude, pois se relacionam com o movimento histórico específico pelo qual a Rússia passava e a forma teórica encontrada por Trotsky para explicá-lo: a “revolução permanente”.

Trotsky na fronteira entre a teoria e a ideologia

Se, em 1904, Trotsky caracterizava o movimento revolucionário russo como “radical burguês”, anos mais tarde, transformou-se em um de seus principais agentes. Esta guinada política pode ser explicada pela “Teoria da Revolução Permanente”.

Originalmente formulada em 1905, em parceria com o judeu russo emigrado para a Alemanha Parvus (pseudônimo de A. L. Helphand, 1879-1924), Trotsky – escrevendo em 1930 - situa as origens dessa elaboração no contexto da polêmica com as outras forças políticas da época e a apresenta como tendo o seguinte conteúdo:

A ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou seja, empreender o rumo das medidas socialistas. (...) se se examinassem as minhas antigas divergências com Lênin à luz de uma justa perspectiva histórica (...) seria muito fácil compreender qual era, pelo menos para mim, o ponto principal da discussão. Não se tratava, então, de saber se a Rússia estava em fase de tarefas democráticas que exigiam métodos revolucionários para a sua realização, ou se a aliança dos camponeses com o proletariado era indispensável para esse fim. Tratava-se de definir que forma política de partido e de Estado poderia tomar a colaboração revolucionária do proletariado e do campesinato, e que consequências adviriam para a revolução. (...) Minha polêmica com Lênin girou sobre a possibilidade de independência (e sobre o grau dessa independência) do campesinato durante a revolução e, em particular, sobre a possibilidade de um partido camponês independente. Nessa polêmica acusei Lênin de exagerar o papel *independente* do campesinato. Lênin, por sua vez, acusou-me de subestimar o papel *revolucionário* dos camponeses. Tudo isso resultava do próprio caráter da polêmica. (TROTSKY, 1979, p. 21; 67-68;71).

Originalmente, Lênin e a maioria dos bolcheviques até 1909 sustentavam a formulação “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”, depois evoluíram para “o proletariado conduzindo atrás de si os camponeses” até chegarem à formulação de Trotsky “ditadura do proletariado apoiada nos camponeses”. Contra os mencheviques Trotsky sustentou que não havia a necessidade objetiva de uma longa e duradoura

fase de desenvolvimento capitalista e da democracia burguesa como preparação histórica para o socialismo.

Estes dois fatores combinados fizeram com que Trotsky, por meio da elaboração do conceito de revolução permanente, conseguisse captar a dinâmica da revolução como um mecanismo que era estritamente social (não econômico) e interno ao processo revolucionário.

Por ter se revelado, até este momento, melhor dialético do que bolcheviques e mencheviques é que Trotsky conseguiu deixar sua marca de originalidade no panorama político da época além de fornecer estas duas grandes contribuições para a conquista do poder em 1917.

Enquanto as duas grandes correntes do marxismo russo se mantinham iguais na apreciação da economia e divergiam no tocante às forças sociais em movimento (ambas caracterizavam a revolução como burguesa, donde os mencheviques extraíam o entendimento de que cabia a hegemonia da revolução à burguesia liberal, mas os bolcheviques consideravam que isto não determinaria qual classe a conduziria), Trotsky atentou para as potencialidades da espontaneidade operária e foi capaz de imaginar com antecedência de mais de uma década um horizonte que se confirmaria plenamente em outubro de 1917.

Até então a concepção da revolução permanente articulava de um modo inteiramente novo a relação entre forças produtivas materiais e relações sociais de produção, pois permitia conceber uma intervenção direta das relações sociais sobre as forças produtivas. Se a situação das diferentes classes fazia com que a hegemonia do processo fosse do proletariado, então tais condições precipitariam a revolução para o socialismo.

A operação que anos mais tarde irá alterar o fundamento da concepção da revolução permanente de Trotsky consistiu em substituir a dinâmica interna da revolução na Rússia impulsionada pela espontaneidade operária pela necessidade econômica de propagar a revolução para países mais desenvolvidos com o objetivo de ajudar a Rússia a superar o atraso de suas forças produtivas.¹¹

O elemento decisivo para tamanha reviravolta foi o desaparecimento do proletariado como ator político da cena da revolução para dar lugar aos antigos gestores capitalistas unificados com a nova burocracia do partido a partir de meados de 1918. E Trotsky cumpriu aí papel de destaque.¹²

¹¹ BIANCHI (2000, p. 106) identificou três formulações de Trotsky para a Teoria da Revolução Permanente.

¹² Sobre o papel de Trotsky neste processo consultar: (BERNARDO, 2003, p. 448-472).

Assim, pulverizado entre o Estado e o mercado, ao proletariado somente restava trabalhar. Estavam dadas as condições que forneceriam a base material para a alteração ideológica da concepção da Teoria da Revolução Permanente versão 1904/5-1918 para a versão de 1922 em diante.

Destruído o mecanismo central que permitiu a Trotsky conceber a revolução permanente (com a ajuda decisiva do próprio autor), torna-se elucidativo expor agora como se apresentam as Teses da Revolução Permanente no livro dedicado ao assunto que ele escreveu em 1929:

(...) No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução *permanente*. 9. Em lugar de por termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classe em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente de própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e parlamentarismo. 10. A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta. (TROTSKY, 1979, p. 139, grifo de Trotsky).

Neste mesmo livro de 1929, Trotsky procurará apresentar as duas versões de sua teoria como sendo três aspectos de uma mesma concepção (passagem da revolução democrática à revolução socialista; caracterização da própria revolução socialista; caráter internacional da revolução socialista), mas trata-se de um esforço para demonstrar a continuidade de uma elaboração que sofrera uma ruptura sensível por duas razões.

Primeiramente porque, como visto na formulação original de 1905, não havia este corte entre a passagem de uma revolução a outra e sua continuação socialista de modo que fosse possível distinguir fases distintas. Pelo contrário, elas constituíam um processo único.

Em segundo lugar porque originalmente o apelo à internacionalização da revolução estava assentado em sua dinâmica social,

na segunda versão esta necessidade decorria das condições nacionais da Rússia soviética que estaria impossibilitada de construir as bases socialistas em função do atraso das suas forças produtivas sem o auxílio do proletariado ocidental (ainda que, em 1909, Trotsky corretamente alertasse para a necessidade da internacionalização da revolução também para resolver problemas econômicos).

Enfim, neste aspecto, o pensamento do jovem Trotsky caminhou com o pensamento marxiano que concebe a necessidade de internacionalização do processo revolucionário. Isto não se confunde seja com a tese da “exportação da revolução”, tese que Trotsky jamais defendeu, seja com a ambígua “teoria da revolução permanente”. A síntese da evolução desse percurso de ruptura epistemológica pode ser assim sintetizada:

Se antes de 1917 Trotsky apresentara num plano social a expansão da revolução e abria o caminho para que se pudesse conceber uma aceleração das forças produtivas provocada pela mudança das relações sociais, a partir dos meados da década de 1920 a sua imaginação heterodoxa empalideceu e, de acordo com as convenções, Trotsky atribuiu às forças produtivas um ritmo de evolução meramente gradual e inteiramente autônomo, considerando que, em vez de serem elas a sentir as consequências das transformações sociais, era a revolução social que devia obedecer aos ditames das forças produtivas. Deste modo, o conceito de revolução permanente, que se havia referido a uma dinâmica social definida no interior de um mesmo processo revolucionário, passou a ser formulado em termos mais geoeconômicos do que sociais. Se a Alemanha não fizesse a revolução e não pusesse a sua economia à disposição da Rússia, o Estado soviético ficaria, na opinião de Trotsky, suspenso entre uma revolução socialista politicamente vitoriosa e umas forças produtivas incapazes de servir de base econômica ao socialismo. (Bernardo, 2003, p. 463-464).

Considerações Finais

Estes escritos de juventude nos apresentam um Trotsky vibrantemente comprometido com a revolução e de elevada capacidade de antecipação histórica (no caso dos desdobramentos a que pode levar a concepção do centralismo democrático leniniano). Além do mais, suas formulações neste seu curto período menchevique, se foram críticas do bolchevismo por um lado, por outro apontaram em um sentido oposto das posições políticas que se consolidaram como as posições clássicas do menchevismo.

Os argumentos apresentados pelo jovem Trotsky para demonstrar que o jacobinismo, se prestou contributos à revolução francesa, é estranho a qualquer revolução que se pretenda anticapitalista continuam válidos para

o analista dos processos históricos de transformação social. Seus escritos de juventude permitem vislumbrar que, ao se colocarem as tarefas revolucionárias, as forças engendradas pela sociedade a ser transformada organizam-se espontaneamente para resolvê-las, pois, a organização que um movimento revolucionário se dá, assim como seu programa e seus fins, estão determinados pela situação concreta da época, e as formas que assumem evoluem quando se modificam as condições do enfrentamento.

Contudo, sua trajetória posterior consolidou em seu pensamento e em sua prática política a centralidade da organização de tipo partidário em detrimento da autoatividade proletária. Em termos epistemológicos, a dialética deu lugar à lógica mecanicista que operou a transformação da “Teoria da Revolução Permanente na Rússia” (comprovada) em “Teoria da Revolução Permanente no mundo” (ideológica).

Se considerarmos que a revolução se constitui num processo de contínuas lutas sociais entre as classes que pode ter início em determinada estrutura de classes (região, nação, ou país) e com esta perspectiva admitir que possa se alastrar até outra(s) estrutura(s) de classes, fica evidente a atualidade da Teoria da Revolução Permanente na versão 1904/5. Isto não significa que o caráter mundial do capitalismo permita extrair uma lei histórica da simultaneidade de revoluções socialistas em todas ou algumas estruturas de classes ou mesmo uma sucessão sequencial e ininterrupta de revoluções em uma mesma conjuntura.

Ao aderir ao bolchevismo, o Trotsky maduro aderiu a uma perspectiva metodológica que cinde os conceitos de espontaneidade, consciência de classe e organização, opondo o primeiro deles aos outros dois. A relação entre consciência e ação deixa de constituir uma totalidade inseparável, abrindo caminho para o dirigismo típico das correntes que buscaram na revolução burguesa a sua fonte inspiradora.

Para agir, o indivíduo necessita perceber a conexão imediata entre ele e o objeto sobre o qual pretende agir, logo, em termos de ação revolucionária, o pressuposto metodológico deve ser a clareza e a exatidão sobre o caminho a seguir além da sensação de sua necessidade. Saber qual deve ter precedência (agir ou pensar a ação) indica caminhos metodológicos absolutamente distintos em política. O caminho metodológico escolhido incide em questões cruciais sobre o papel e o lugar da organização política na sociedade, sua inserção social e influência sobre os acontecimentos, sua capacidade de identificar o sentido da evolução da consciência da classe.

Em termos teóricos, a conversão do jovem Trotsky antibolchevique no Trotsky maduro bolchevique-leninista foi a conversão de uma nascente e abortada episteme dos processos revolucionários em uma ideologia para

encobrir a nova forma de realização da classe capitalista, inaugurada com o desfecho da Revolução Russa: o Capitalismo de Estado.

Referências

AGUADO, Felipe. *La Revolución Rusa y el partido bolchevique*. Madrid: ZYX, 1976.

AUTHIER, Denis. “Prefácio”. In: TROTSKY, Leon. *Informe de la delegación siberiana*. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2002.

BERNARDO, João. *Labirintos do Fascismo*. Porto: Afrontamento, 2003.

BIANCHI, Alvaro . O primado da política: revolução permanente e transição. *Outubro*, São Paulo, 2000, v. 5, n. 5, p. 101-115.

BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

LÊNIN V. I. *Um passo em frente, dois passos atrás*. Lisboa: Avante, 1978.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1979.

LUXEMBURG, Rosa. “Greve de Massas, Partidos e Sindicatos”. In: *Textos escolhidos*. Lisboa: Estampa, 1977.

TROTSKY, León. *1905*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2006.

_____. *A Revolução Permanente*. São Paulo: LECH, 1979.

TROTSKY, Leon. *Informe de la delegación siberiana*. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2002.

_____. “Our Political Tasks”. *Marxists Internet Archive*. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1904/tasks/index.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. *Nuestras Tareas Políticas*. México, D. F.: Juan Pablos Editor: 1975.

WAGNER, Helmut. “Teses sobre o bolchevismo”. In: *A contra-revolução burocrática*. Coimbra: Centelha, 1978.

NOTAS SOBRE O ESTADO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE RUY MAURO MARINI

Introdução

O Mineiro de Barbacena Ruy Mauro Marini (1932-1997) tornou-se conhecido nos meios acadêmicos e militantes do Brasil e do exterior por suas contribuições enquanto intelectual de esquerda e marxista engajado. Seu leque de investigações pode ser vasto, ultrapassando as próprias iniciativas pessoais motivadas pelo interesse acadêmico ou político, muito em função do contexto em que sua trajetória individual esteve inserida e pode partilhar. Basta citar que, além de uma vida marcada por três exílios, presenciou o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina (AL) e no Brasil, o que fez o seu pensamento transitar, por exemplo, da adesão à crítica em relação às elaborações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) das Nações Unidas.¹³

As preocupações que foram objeto de sua reflexão sistematizada vão desde a análise do processo de luta de classes que resultara no golpe militar no Brasil em 1964, bem como às suas causas econômicas profundas e às suas consequências, em especial na AL; múltiplos temas de política internacional; a questão do subimperialismo; o exame de categorias e teses marxistas aplicados ao estudo da AL; a tomada de posição no debate sobre as causas da queda do governo Allende no Chile em 1973; contribuições para caracterizar o poder em Cuba; as relações entre democracia e ditadura no capitalismo; o debruçar-se sobre a passagem do sistema mundial de poder da 'bipolaridade' à 'multipolaridade'; as características da crise econômica mundial e suas implicações para a AL; o papel das novas tecnologias em seus efeitos sobre as condições de trabalho; os rumos do socialismo mundial face à crise da esquerda européia em meados da década de 1970; até a passagem por temas tratados pontualmente como a questão da educação superior no Brasil, a relação entre concentração de renda e movimentos sociais, indústria automobilística e déficit público.

Some-se o fato de que Marini, juntamente com André Gunder Frank e Theotônio dos Santos, tornou-se um dos principais expoentes da chamada "teoria da dependência" que marcou a maioria do pensamento social latino-americano na sua relação com o pensamento social produzido nos grandes centros capitalistas.

No entanto, como o próprio Marini afirmou:

¹³ Para conhecimento deste percurso, consultar: TRASPADINI & STEDILE (2005).

[...] o centro, por excelência, de minhas pesquisas continuou sendo o desenvolvimento capitalista latino-americano e o modo como era percebido e influído pelo processo teórico.”(MARINI, 2008c)

Com toda esta horizontalidade de reflexões e posicionamentos, que lugar ocupa o Estado, como foi ele entendido e em que dimensões por Marini? É o que estas breves notas pretendem apontar, mais no sentido da apreensão do Estado nas suas diversificadas interconexões com outros campos da vida social, menos na tentativa de procurar extrair um conceito a ser aplicado a estas mesmas relações.

Por razões de espaço, nos limitaremos a abordar três destas relações: com a economia, com os regimes políticos do capitalismo na região da AL e na sua relação com o socialismo.

Estado e Economia

Ao escrever para o jornal mexicano *El Universal*, em agosto de 1977, sobre a crise latino-americana de meados daquela década, Marini demonstrava as umbilicais ligações entre Estado e economia. O primeiro ao desempenhar um “*papel clave en la dinámica económica de nuestros países [...] tanto para la creación de mercado como para la formación de la inversión*” e a segunda, para modificar as condições que a mantinham em crise, encontraria

la clave de la superación de la crisis cíclica esté, en una amplia medida, y sin perder de vista la acción de la economía internacional, en las manos del Estado, en un país como Brasil, lo mismo pudiendo decirse de México o Argentina. [...] de igual modo, si se quiere investigar las posibles modificaciones que sufrirá la economía nacional en el curso de la presente crisis y precisar las características que podrá tener en la eventualidad de una nueva fase expansiva, conviene preguntar hacia donde apunta el Estado. (MARINI, 2008a).

Dezessete anos mais tarde, em um texto de 1994, Marini - discutindo a relação Estado/sociedade civil, esta entendida como o lugar das classes sociais e da economia – apresentará em termos mais estritamente políticos esta relação. Valendo-se da definição de Pablo Gonzalez Casanova, em seu escrito *La Crisis del Estado y la lucha por la democracia en América Latina*, de que o Estado é “*el poder de disponer de la economía*”(citado por MARINI, 1994), Marini, não sem antes alertar para o fato de que a exatidão desta definição sofre variações consideráveis de acordo com a vertente teórica burguesa que se adote, sustentou que a concepção Hobbesiana, que delega *in totum* a soberania popular para o Estado e com isso retira dos cidadãos a possibilidade de estabelecer limites ao poder estatal, foi a que mais se aproximou da adotada pelas classes dominantes na AL durante as ditaduras militares instaladas na região a

partir de meados da década de 1960: uma relação de subordinação da economia à política. Relação esta que, segundo Marini, sofreu alterações a partir de meados da década de 1980, evoluindo para uma relação de autonomia do Estado na gestão econômica, ou seja, permanecendo imune às influências que os processos de redemocratização que se processavam desde então porventura fizessem incidir (MARINI, 1994)

Articulando as categorias de análise, Marini chega assim à concepção de que o regime político-estatal denominado Democracia se define como “*una forma de organización política que atribuye a la ciudadanía el derecho fundamental de disponer de la economía*” para, em contraposição ao modelo de democracia representativa, fazer a defesa “*de una verdadera democracia participativa, que afirme la dirección y el control de las masas sobre el Estado de manera directa y permanente.*” (Id., Ibid.).

Embora tenha o mérito inquestionável de apontar a insuficiência do modelo representativo da democracia liberal, fruto, entre outros fatores, de uma acertada sensibilidade face às contradições expressas teoricamente no interior do campo dominante, esta concepção de Marini padece também de insuficiências ao projetar a concepção de um Estado que pode vir a deixar de servir ao conjunto dos capitalistas enquanto classe. Formulações deste cariz - que abrem a possibilidade para que as instituições do Estado Capitalista possam ser dirigidas e controladas pelas classes exploradas sem a inversão da correlação de forças entre capitalistas e proletários, ou seja, sem a realização prévia de uma revolução social anticapitalista e apresentam como alternativa a chamada Democracia Participativa – confundem a autonomia do Estado frente aos burgueses, e até mesmo em relação à burguesia em momentos excepcionais, com a autonomia frente ao “*interesse geral da propriedade privada e de seu desenvolvimento enquanto propriedade capitalista*” (THOMAS, 2003, p. 37) e induzem a ilusões. Como bem afirmou Thomas (2003, p. 37-39):

o Estado Burguês [...] é a forma política que organiza a sociedade burguesa [...] mas também um aparelho autônomo em relação aos seus membros particulares, aos quais, por vezes, tem de impor medidas de interesse geral para a reprodução desta sociedade, que se opõem aos interesses pessoais imediatos destes ou daqueles. [...] veremos o Estado desenvolver-se, promover alianças entre classes e não apenas entre as diferentes fracções da grande burguesia, e tentar organizar o consenso social. [...] Porque insistimos nesta autonomia e nesta função geral do Estado? Porque [...] Uma vez que se compreenda que, ao contrário das aparências e da ideologia, ‘o Estado político é apenas a expressão oficial da sociedade civil’, sabemos que de nada serve, senão para enganar o povo, recorrer ao Estado ‘para mudar a vida’.

De resto, vale lembrar que tal fenômeno se encontrava nitidamente delineado pelo menos desde a primeira metade do século XIX, pois já

havia sido observado por Marx quando escreveu no artigo *La socialisation de l'impôt*, publicado na *Neue Rheinische Zeitung* em abril de 1850:

O Estado dos burgueses não é mais do que um seguro colectivo da classe burguesa contra os seus membros individuais e contra a classe explorada” (citado por THOMAS, 2003, p. 164).

Não se trata aqui de atribuir diretamente a Marini a defesa de um Estado “neutro” ou algo do tipo, mas de identificar em sua formulação aspectos que possibilitam uma justificação teórica para um “Estado de transição”. Feitas estas ressalvas, passemos à próxima relação.

Estado e Ditadura Militar

O pensamento político de Marini se deteve ricamente nesta relação que, em sua inexorável materialidade, perpassa a maior parte de sua existência dado que se trata de um perseguido por duas Ditaduras (primeiramente pela brasileira que se instaura em 1964 e posteriormente pela chilena em 1973). Isto significa que o pensamento de Marini parte da análise da situação concreta para construir os conceitos com os quais integrará o edifício de suas teorizações também neste âmbito relacional.

O ponto de partida adotado por Marini foi proceder a uma caracterização da situação política latino-americana à luz das lutas sociais e de classe na região, a qual resulta como contrarrevolucionária abrangendo um período que vai aproximadamente de 1960 a 1990, com variações no calendário dos países. É da incidência da contrarrevolução sobre o Estado, determinando sua estrutura e funcionamento, que nosso autor localiza o ponto de concentração para exercer seu rigor analítico neste tema.

Três são as vertentes que contribuem para conformar as ditaduras militares segundo Marini: a mudança de estratégia dos EUA, ocorrida em fins dos anos 1950/60 durante o governo Kennedy, para fazer frente ao avanço do pólo sob hegemonia da então URSS que consistiu em abandonar uma postura de relativa contemplação para passar a uma postura que Marini denominou de *resposta flexível*; A transformação estrutural das burguesias nativas que além de gerar alterações na composição do bloco de poder dominante, produziu uma burguesia monopolista integrada à burguesia dos países imperialistas centrais resultando na quebra do Estado Populista que favorecia a acumulação de todas as frações burguesas para fazer brotar um Estado voltado para o favorecimento da acumulação das frações monopolistas, subordinando as demais e a pequena burguesia; por fim Marini aponta o ascenso do movimento de massas durante os anos 1960 e até antes, o qual incide sobre as contradições no campo burguês no sentido de agravá-las e que exigia uma reação violenta dos capitalistas.

Marini destaca que tal caracterização não se resume à instalação de ditaduras militares, mas também que tal processo afetou Estados que não assumiram esta forma política. Isto se explica devido ao critério de Marini em situá-las no arcabouço mais amplo das “*formas particulares de la contrarrevolución burguesa*” (MARINI, 1978), inclusive para delimitar as especificidades de tais formas na AL quando comparadas às formas assumidas pelo fascismo europeu dos anos 1920-45. Cumpre enumerá-las.

Ao debruçar-se sobre o caso chileno três anos após o triunfo do golpe pinocetista, Marini demonstra que a base sobre a qual se assenta o Estado Militar difere da do fascismo europeu, em que pese a adoção dos recursos fascistas pelas ditaduras militares ser similar.

Primeiramente por não se tratar de uma debilidade conjuntural da burguesia e do imperialismo como ocorreu na primeira metade do século XX e sim de uma debilidade estrutural da burguesia dos países dependentes, fruto da perda de vigência do modelo de acumulação que vigorou até então, gerando a necessidade de redefinição do lugar de tais burguesias na economia mundial.

Em segundo lugar, diferentemente do fascismo europeu, Marini apontou que a contrarrevolução latino-americana dispensa a subordinação do exército à mediação de um partido político, exercendo os militares tanto a ocupação direta dos postos governamentais, de onde ditam as condições ao conjunto da burguesia, quanto o relacionamento direto com as instituições corporativas dos capitalistas.

Outra distinção importante destacada por Marini é a impossibilidade da burguesia monopolista nativa de atrair para o seu campo parcelas expressivas dos setores populares, diferentemente do fascismo europeu que conseguiu influencia real na pequena burguesia e em parte do proletariado, sendo capaz inclusive de obter vitórias eleitorais a exemplo do ocorrido na Alemanha de Weimar. Sendo assim, aos capitalistas latino-americanos o recurso possível é o exercício da força direta para fazer valer seus interesses.

No plano ideológico, Marini aponta que enquanto o fascismo europeu desenvolveu um discurso de negação da democracia burguesa, a contrarrevolução na AL desenvolveu o discurso inverso, o da sua defesa. Tal foi explicado pela busca de recomposição da unidade entre as diversas frações burguesas dado o limite de não conseguir reunir força social própria para enfrentar o movimento popular.

Para tentar solucionar as contradições não resolvidas no terreno da política, passou-se então para o terreno da guerra. Marini elabora então o

¹⁴ Para a enumeração que se segue, além do texto acima, conferir também MARINI (1976).

conceito de ‘Estado de Contrainsurgência’. Este conceito explica a necessidade de aplicar à luta política um enquadramento militar tanto pelas burguesias dependentes para conseguirem sua integração no sistema capitalista em condições menos desfavoráveis frente às burguesias centrais, quanto pelas burguesias imperialistas para lograrem a reestruturação da economia internacional naquele momento, pois ambas as necessidades requerem a submissão do proletariado pela força. Tarefa que a forma estatal ditatorial apresentava melhores condições de realização comparativamente às formas democráticas.

As características específicas desse Estado, que apresenta igualmente a outras formas de Estado capitalista um poder executivo hipertrofiado, radicam na existência de dois centros de decisão no interior do executivo, um militar e outro econômico. O primeiro constituído pelos órgãos militares ‘puros’ (Estado Maior das Forças Armadas, serviços de inteligência), o segundo pelos órgãos civis ocupados por tecnocratas e militares (ministérios econômicos, empresas estatais) e ambos se entrelaçando no Conselho de Segurança Nacional, órgão fundamental do Estado de Contrainsurgência. Marini sintetiza assim sua concepção:

el Estado de contrainsurgencia es el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las fuerzas armadas, independiente de la forma que asuma eses Estado, es decir, independientemente del régimen político vigente. Dicho Estado presenta similitudes formales con el Estado fascista, así como con otros tipos de Estado Capitalista, pero su especificidad está en su peculiar esencia corporativa y en la estructura y funcionamiento que de allí se generan. Llamarlo fascista no nos hace avanzar un paso en la comprensión de su significado.(MARINI, 1978).

Posteriormente, ao relacionar o Estado de Contrainsurgência com o processo de redemocratização, Marini identificou a tentativa de institucionalizá-lo após a abertura política por meio da preservação do fundamental de seu caráter. Formula então a concepção de ‘Estado de quatro poderes’ acrescentando as Forças Armadas ao tripé clássico do Estado representativo moderno (executivo/legislativo/judiciário) que cumpriria a função de tutelar o conjunto do aparelho estatal e a sociedade, esta última por meio da edição das chamadas ‘leis de segurança nacional’.

Neste âmbito de relações, podem-se identificar os méritos do pensamento de Marini pelo fato de descortinar as atenções para os fatores internos na explicação, por exemplo, dos golpes militares; pela acuidade na percepção das peculiaridades regionais para evitar que a caracterização da contrarrevolução na AL desembocasse numa justificativa para a formação de frentes policlassistas, nas quais a burguesia tendia a assumir papel hegemônico, e pela forma como detectou a estratégia de assegurar a continuidade dos traços dessa forma estatal por meio da sua institucionalização em situações de democracia burguesa.

Em sentido inverso, sua percepção de que o Estado de contrainsurgência se funda num momento de debilidade estrutural das burguesias locais enquanto o fascismo foi um momento de debilidade conjuntural das burguesias européias não se sustenta. Ambos os casos, seja a forma estatal fascista na Europa ou o Estado de ditadura militar na AL, foram antecedidos por uma derrota profunda das lutas dos trabalhadores, por esgotamento (caso da Europa) ou por incipiência (caso da AL), evidenciando que a fragilidade estava nos trabalhadores e não na burguesia - salvo se estivermos tratando de lutas no interior da classe burguesa. Neste caso, a análise da relação entre as classes em luta consideraria a presença das classes exploradas como elemento subordinado, sem autonomia.

No profundo e abrangente estudo dedicado ao fascismo que realizou, no qual este foi definido como sendo uma “revolta na ordem”, Bernardo presta-nos o seguinte esclarecimento:

A crer numa versão corrente ainda hoje muito divulgada, o fascismo teria constituído o último recurso do grande capital ameaçado pelas acções vitoriosas do proletariado. (...) Na realidade, porém, quando os fascistas conquistaram as ruas e os campos, para se apoderar em seguida da governação, eles jamais conseguiram ascender em confronto directo com as movimentações revolucionárias dos trabalhadores, mas somente após essas movimentações terem sido desarticuladas pelas suas contradições internas. (...) A manutenção de alguns mitos e, ao mesmo tempo, o apego a certas indecisões fatais dependem de se apresentar o fascismo e o movimento operário como dois mundos distintos e separados, em vez de desvendarem os mecanismos que levaram a dissolução de um a gerar a ascensão do outro. Sempre que se confrontou com o movimento operário organizado, o fascismo só alcançou a hegemonia depois de haver desaparecido do horizonte a alternativa social incorporada pelas manifestações de luta colectivas e activas, e desde que, por outro lado, persistissem entre os trabalhadores todos os motivos de insatisfação. Com o abandono da esperança revolucionária a hostilidade de classe assumia a forma degenerada do ressentimento. (BERNARDO, 2003, p. 33-34).

Diferentemente do local onde Marini situou sua análise, portanto, é em outro lugar que se deve procurar o surgimento do fenômeno do fascismo, pois como concluiu Bernardo

O triunfo do fascismo só começa a entender-se, em suma, se recordarmos que nessa ocasião as formas sociais inovadoras criadas pelo movimento operário haviam já sido derrotadas e tinham degenerado. Esta foi uma regra sem exceções, e encontra uma perfeita ilustração no primeiro de todos os fascismos. (BERNARDO, 2003, p. 35).

Ora, se o fascismo foi uma revolta na ordem que procurou recuperar para o capital a revolução dos trabalhadores e o Estado em geral, muito mais do que um conjunto de instituições a serviço dos capitalistas, deve ser entendido como “um princípio de organização geral das

instituições [...] que dita a organização interna da classe dominada.” (Id. *Ibid.*, p.26), logo, sem margens para teorizações que abrem fendas por onde podem passar possibilidades de ocupação e controle desse mesmo Estado pelo proletariado. Tanto o Estado fascista quanto as ditaduras militares não deixaram de atender a este objetivo com determinação - ainda que por certo prazo.

Do mesmo modo, visto desta perspectiva, onde Marini enxergou ‘ascenso’ do movimento de massas como um inimigo a ser vencido na AL, pode-se perceber lutas ainda incipientes que expressavam a elementar implantação do capitalismo industrializado. Tais lutas, consideradas no seu conjunto, já apresentavam uma debilidade estrutural (das lutas e não das burguesias) o que as tornava incapazes de fazerem frente aos golpes civil-militares que abriram caminho para a implantação das ditaduras.

Percebe-se então que o pensamento de Marini, ao tratar da relação do Estado com as ditaduras, revela a preocupação política clara de evitar compromissos entre o proletariado e a burguesia. Entretanto, suas formulações também possibilitam um outro campo de compromissos que, analisados na perspectiva do marxismo da luta de classes são, no mínimo, indicadores de influências herdadas dos quadros analíticos do bolchevismo.¹⁵ É o que veremos ao tratar do modo como o seu pensamento articulou a relação do Estado com o socialismo.

Estado e socialismo

Neste âmbito, Marini pode desenvolver seu pensamento e apresentar suas concepções em distintos momentos de sua vida, sempre movido por preocupações concretas. Ora buscou construir um diálogo entre forças de esquerda, como no seu envolvimento e colaboração regular com a revista *Chile Hoy* até o golpe militar naquele país; ora dedicou-se a combater a ideologia dos partidos comunistas de “revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal”, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. Também esteve inserindo no debate sobre a transição ao socialismo tanto para polemizar com concepções que subordinavam o socialismo à dinâmica própria do Estado Capitalista, como para forjar conceitos que auxiliassem na caracterização das experiências de poder que se reivindicavam do socialismo.

Para chegarmos ao papel do Estado no socialismo no pensamento de Marini, deve-se inicialmente localizar como nosso autor se situou na

¹⁵ Para conhecer a história do bolchevismo, consultar o excelente trabalho de ROSENBERG (1989). Para conhecer as origens da compreensão bolchevique do fascismo no âmbito da III Internacional e a sua crítica, vide RODRIGUES (1985).

célebre tensão entre Reforma *versus* Revolução e sua concepção de socialismo. Por exemplo, quando polemizou contra Lélío Basso - que sustentava que não se poderia abolir o ordenamento jurídico burguês durante a transição - Marini afirmou a necessidade da supressão das instituições jurídicas que consagram as relações de produção capitalistas. Marini, porém, encarou tal supressão como ponto de **partida** para o proletariado vitorioso revolucionariamente, apesar de reconhecer que tal medida seria insuficiente para promover a transformação de tais relações sociais num sentido anticapitalista. (MARINI, 1974).

Ao analisar o desfecho da acirrada luta de classes na Polónia que resultou numa ditadura militar parida de um bem sucedido golpe de Estado desfechado em dezembro de 1981, Marini desenvolveu elementos de sua concepção de socialismo enquanto processo histórico e procurou situá-lo na perspectiva das lutas de classes nacionais e internacionais. Neste escrito de 1982, embora reconhecesse que

el movimiento obrero polaco había generado una notable capacidad de iniciativa y organización por la base, que no comprometía de por sí, sino más bien afirmaba, el curso socialista del proceso (MARINI, 1982).

Marini considerou que

Para situarse ante la dictadura militar polaca, sin incurrir en el reemplazo de la realidad por planteamientos ideales o un dulce pero ingenuo obrerismo (que se expresa en ideas de hay que estar con los obreros, aunque no tengan razón), habrá que reseñar de manera menos emocional algunos aspectos que ella reviste. (Id., Ibid.).

O pensamento de nosso autor neste ponto toma por idênticos os distintos conceitos de ‘classe’ e ‘representação de classe’. Sem operar tal distinção, ele considerou o caráter das concepções programáticas apresentadas pela direção do movimento de oposição ao Estado Polonês como base para prever que

la dirigencia que cristalizará en el curso de éste y sus concepciones programáticas hacían probable que, el traspaso del poder a la oposición, hubiera significado abrir camino a la contrarrevolución. (Id., Ibid.).

Percebe-se nesta passagem que seu pensamento opera a partir da disjuntiva revolução/contrarrevolução aplicada ao caso concreto polonês como sendo governo/oposição sem distinguir o grau de identidade entre a massa proletária de opositores ao governo e sua liderança. Conseqüentemente, neste texto Marini se alinha com os que concebem a natureza social dos extintos regimes do Leste Europeu e da ex-URSS como socialista. Tal se deduz das expressões utilizadas (‘comunidade socialista’, ‘construção socialista com base no mercado capitalista mundial’) bem como pela forma cabal com que conclui o texto:

La lección que hay que sacar de allí [...] no es en suma la de negar que haya socialismo en Polonia: es más bien la de reconocer que el socialismo se realiza históricamente de forma imperfecta y contradictoria y que sus contradicciones pueden engendrar efectos tan

terribles como el golpe polaco del 13 de diciembre. Es la de alertarnos sobre la necesidad de considerar a la revolución proletaria, en su desarrollo histórico, como un proceso que se critica y se rehace todos los días [...]. (MARINI, 1982).

Posteriormente em 1991-93, já na fase final de sua vida, Marini apresentou em termos teóricos sua concepção de socialismo (MARINI 2008c). Inserindo as tentativas de superação do capitalismo ocorridas nos chamados ‘países socialistas’ no contexto da crítica do capitalismo enquanto modo de organização das relações humanas e afirmando que a falência do ‘socialismo real’ não invalida a busca por formas superiores de organização social, nosso autor, apoiando-se em Marx, entende que o socialismo se inspira na busca pela “recuperação em um nível superior da propriedade individual” (MARINI, 2008c) e em Lênin que

partindo da noção de socialismo como processo histórico, o assumia como uma das características centrais da nova etapa em que entrara a humanidade e que ele definia como sendo a era do imperialismo e das revoluções proletárias triunfantes. (MARINI, 2008c).

Marini chega assim à formulação do seu próprio conceito de socialismo:

período de transição de uma nova era histórica, caracterizada pela superação da propriedade privada em favor de uma nova forma de propriedade individual, baseada na socialização dos meios de produção, e pela substituição da burguesia como classe dominante pelo proletariado, i.e., a classe dos trabalhadores assalariados, cujo modo de apropriação da riqueza corresponde à ausência de propriedade privada dos meios de produção. A essa dominação de classe corresponde, no plano político, uma forma de democracia ampliada, correlativa ao fato de que a nova classe constitui a imensa maioria da sociedade, e – na medida em que qualquer dominação estatal supõe o uso da força, se é preciso, para subordinar as demais classes e se manifesta em relação a estas como ditadura – uma nova forma de ditadura. Democracia socialista e ditadura do proletariado são, neste sentido, apenas dois lados da mesma moeda. (MARINI, 2008c).

Adiante no texto Marini afirma que o socialismo pressupõe a conquista do poder político, luta ideológica por outra moral e visão de mundo, necessidade de realizar a revolução cultural. Reafirma o papel do partido enquanto “condutor e educador” embora critique a estratégia de depositar na vanguarda partidária a produção de novos valores que poderiam realizar o socialismo, tarefa que deve se dar pela própria experiência de vida das massas como condição para o desenvolvimento de suas capacidades revolucionárias, entendidas como exercício da condução do Estado socialista, apropriando-se do conceito de “cidadania” que no entender de Marini caberia à democracia socialista “dar-lhe foro efetivamente universal”: uma cidadania socialista que estabeleça a plena igualdade política.

Na concepção de Marini, democracia e socialismo são conceitos distintos, porém inseparáveis, e é dessa interdependência que extraímos a relação do Estado com o socialismo. Para além da centralização econômica dos meios de produção, com relativizações e flexibilizações, Marini concebe o papel político do Estado em termos muito próximos com os quais Lênin concebeu a aliança operário-camponesa no processo da Revolução Russa (cf. LÊNIN, 1979), por um lado, um Estado aliancista e democrático para dirimir as divergências entre as classes sociais integrantes da aliança socialista por meio da adoção de métodos persuasivos e, por outro, um Estado coercitivo para com as antigas classes exploradoras. Marini acresce aqui a possibilidade de que o Estado promova o que ele denominou de concessões à burguesia por meio de compromissos, levando inclusive à adoção do pluralismo sob certas condições.

Observa-se que a relação Estado/socialismo em Marini reconhece vigência nas suas principais linhas aos parâmetros em que foi pensada por Lênin para o contexto russo. Em que pesem as observações e os alertas feitos por Marini à luz das experiências revolucionárias do século XX sobre o protagonismo insubstituível das massas no processo da revolução, ao fundir no aparelho do 'Estado de transição' democracia e socialismo, ele se alinha com uma concepção de socialismo já ultrapassada, teoricamente e em fatos, pelo menos desde fins da segunda guerra mundial. Coube a Anton Pannekoek (1873-1960), escrevendo em 1947, extrair com profundidade as conseqüências das experiências das revoluções russa e alemã para o socialismo do futuro e aclarar o (não) lugar que o Estado nele deveria ocupar:

El socialismo, erigido como la meta de la lucha de los obreros, es la organización de la producción por el Gobierno. Significa el socialismo de Estado, el mando de los funcionarios del Estado sobre la producción y el mando de los gerentes, científicos, jefes, en la fábrica. En la economía socialista, este cuerpo, formando una burocracia bien organizada, es el amo directo del proceso de producción. [...] Los obreros, bajo la democracia, pueden escoger a sus amos, pero no son ellos mismos amos de su trabajo; reciben sólo parte de lo producido, asignado a ellos por otros; son aún explotados y tienen que obedecer a la nueva clase dominante. Las formas democráticas, que se supone o se pretende que la acompañen, no alteran la estructura fundamental de este sistema económico. El socialismo fue proclamado la meta de la clase obrera cuando, en su primer alzamiento, se sentía impotente, incapaz de conquistar por sí misma el poder sobre las fábricas, y buscaba en el Estado protección contra la clase capitalista por medio de reformas sociales.(PANNEKOEK, 1947).

O 'Estado de transição' se configura assim em um espaço por onde se legitima (na teoria) a reconstrução (na prática) da diferenciação de tipo classista, tendo em vista que

La meta de la clase obrera es su liberación de la explotación. Esta meta no se alcanza y no puede alcanzarse mediante una nueva clase dirigente y gobernante que sustituya a la

burguesía. Sólo puede ser realizada por los obreros mismos siendo dueños de la producción.(PANNEKOEK, 1947).

Destaque-se por fim que a concepção de Pannekoek demarca claramente do entendimento bolchevique, recepcionado pelo pensamento de Marini, mas não se confunde com uma concepção anarquista de ‘abolição’ do Estado, pois visa estabelecer outro conteúdo para o conceito marxiano da ‘ditadura do proletariado’ distinto daquele. No lugar do ‘Estado de transição’ leniniano, Pannekoek sustenta que os proletários devem constituir ‘Conselhos Operários’, organismos para coordenar a produção enquanto totalidade, encetar a luta contra o poder do Estado antes e assegurar o poder proletário após a derrubada da classe dominante.

16

Considerações Finais

Este trabalho pretendeu analisar o lugar ocupado pelo Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini. Se a pesquisa se concentrasse no pensamento econômico deste autor, forçosamente outras seriam as obras consultadas e se desenvolveria por outros caminhos. As três dimensões analisadas nestas breves notas são insuficientes para afirmações terminativas. Permitem, no entanto, duas observações.

O Estado esteve subjacente ao longo de sua obra e mereceu tratamento constante nos seus escritos. Em não poucas vezes, tratamento dado com originalidade e que contribuiu, por exemplo, para que suas elaborações não servissem para fins políticos reformistas no sentido de que estas pudessem substituir a necessidade da revolução socialista (embora Marini a conceba nas formas pacífica e violenta).

Afirmar a originalidade de seu pensamento em muitos aspectos, não significa romper com as influências que escolheu. E aqui reside o aspecto mais problemático da concepção de Marini sobre o Estado. Ela não foi capaz de ultrapassar o referente bolchevista da questão enquanto alternativa radical de teoria do Estado para o movimento socialista, situando-se neste particular em relação à teoria que o bolchevismo produziu, como um pensamento que procurou renová-la ao invés de substituí-la. E, diante dos impasses teóricos e práticos insolúveis do Estado bolchevique (insolúveis do ponto de vista do proletariado), não conceber a substituição deste modelo de Estado político é sua maior fragilidade.

¹⁶ Para conhecimento na integralidade da concepção dos Conselhos Operários, consultar: PANNEKOEK (1977), ao que se saiba, esta obra permanece inédita no Brasil.

Referências

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003.

LÊNIN. **A revolução proletária e o Renegado Kautsky**. Lisboa: Avante, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. ***Economía y democracia en América Latina***. (1994). Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/022_economia_democracia_es.htm. Acesso em 20 jul. 2008.

_____. ***El carácter del Estado Militar y sus implicaciones para la izquierda***. In: “*Correo de la Resistencia*”, órgano del Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile en el exterior, n. 13, agosto-octubre, 1976, (Editorial). Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/052_estado_militar_es.htm. Acesso em 23 jul 2008.

_____. ***El Estado de Contrainsurgencia***. In: “*La cuestión del fascismo en América Latina*”, Cuadernos Políticos, México: Ediciones Era, n. 18, octubre-diciembre, 1978, p.21-29. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/016_contrainsurgencia_es.htm. Acesso em 23 jul 2008.

_____. ***El Estado en la Economía***. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/108_latinoamerica_es.htm. Acesso em 23 jul 2008a.

_____. **Memória**. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm#4. Acesso em 22 jul 2008b.

_____. ***Polonia: el socialismo como problema***. In: *CIDAMO Internacional*, n. 4, México, enero 1982, p. 61-64. Disponível em:

http://www.marini-escritos.unam.mx/076_polonia_es.htm. Acesso em 26 jul 2008.

_____. **Reforma y Revolución: una crítica a Lelio Basso**. In: VVAA. *Acerca de la transición al socialismo*. Buenos Aires: Periferia, 1974. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/012_reforma_es.htm#_ednref3. Acesso em 23 jul 2008.

_____. **Sobre o socialismo**. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/040_sobre_socialismo_port.htm. Acesso em 26 jul 2008c.

PANNEKOEK, Anton. **Los Consejos Obreros**. Madrid: ZYX, 1977.

_____. **Tesis sobre la lucha de la clase obrera contra el capitalismo**. In: *Abogación Sureña por los Consejos Obreros*, n. 33. Melbourne, 1947. Disponível em: http://lastro.ufsc.br/?page_id=3143. Acesso em: 28 jul 2008.

RODRIGUES, Francisco Martins. **Anti-Dimitrov**. Lisboa: Ed. do autor, 1985.

ROSENBERG, Artur. **História do Bolchevismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

THOMAS, Tom. **O Estado e o Capital. O exemplo francês**. Lisboa: Dinossauro, 2003.

TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PARTIDOS POLÍTICOS: DA VISÃO DOS CLÁSSICOS AOS DESAFIOS DA (PÓS?) MODERNIDADE

Introdução

A chamada crise da modernidade colocou em questão, no plano político, todo o arsenal da política moderna. Conceitos e categorias como Estado, Parlamento, Democracia, Representação, Revolução, Militância, Sociedade Civil, Sujeito e Partidos Políticos são considerados inadequados para realizar a análise sociopolítica dos nossos dias. Há quem afirme – dentro e fora do meio acadêmico - que caminhamos para uma nova forma de fazer e de pensar a política, as relações entre Estado e sociedade, as formas como se estrutura e organiza o social, posto que os princípios democráticos e os mecanismos sob os quais se articula a racionalidade política moderna estão deslegitimados pela incapacidade de se efetivar na realidade as promessas que fez à humanidade (ALARCON e GÓMEZ, 2000, p. 01). Some-se a isto a deterioração dos espaços e mecanismos de representação política pela falta de credibilidade e participação das pessoas.

E mais, associado a todo o quadro descrito, assistimos também à progressiva perda de importância do chamado Estado de bem-estar-social (pela perda de objeto do compromisso que lhe deu origem no centro do sistema capitalista) e a um sistemático desmantelamento de todo o aparato estatal que lhe deu sentido.

Considerando este contexto e dentre tantos postulados questionados, este trabalho optou por analisar um aspecto em específico: a situação de crise pela qual passam os partidos políticos modernos desde a conceituação fornecida por dois clássicos da teoria social (Marx e Weber), passando por alguns desenvolvimentos no campo da Teoria Política até apontar elementos que possibilitem visualizar se tal crise é superável ou não.

Marx¹⁷, Weber, contexto histórico e partidos políticos

Traçando um paralelo com a evolução histórica da democracia, os partidos políticos modernos aparecem como um resultado não procurado

¹⁷ Para não desviar do objetivo deste trabalho (analisar a crise dos partidos políticos na modernidade à luz da teoria clássica de Marx e Weber) e pelas peculiaridades com que este autor tratou do tema – de forma dispersa por vários escritos - não nos deteremos aqui na análise textual de seus textos, limitando-nos a remeter o leitor interessado para algumas das principais obras nas quais Marx aborda o assunto: Manifesto do Partido Comunista; O dezoito Brumário de Luís Bonaparte; Miséria da Filosofia; Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas; As lutas de classe na França de 1848 a 1850; Crítica do Programa de Gotha; A guerra civil na França.

da massificação das sociedades e da expansão territorial dos estados, cujas dinâmicas produzirão um novo fenômeno: o da representação política.

A instituição da representação, como mecanismo por meio do qual a deliberação pública e as decisões de governo são transferidas do titular da soberania democrática (o povo) para seus agentes (os representantes), estabelece a fronteira histórica e teórica entre a democracia antiga ou direta e a moderna ou representativa¹⁸.

Simultaneamente se produz a separação gradual entre o governo por meio de pessoas - seja em assembleia, conselho ou monarquia - e o governo por meio de partidos.

A condição histórica do surgimento dos partidos foi o incremento da participação política e das divisões sociais que se verificaram fundamentalmente a partir do aprofundamento do processo de urbanização durante os séculos XVIII e XIX.

É com tal pano de fundo - embora o grau da importância atribuída ao aumento da participação política e do peso das divisões sociais seja matéria de debate ainda hoje com posições diferentes sobre o tema sustentadas por reconhecidos autores - que nossos clássicos da sociologia irão formular suas concepções de Partido.

Com relação a Marx, não se pode afirmar que ele tenha formulado uma teoria do partido político (diferentemente de Lênin, por exemplo), muito embora a preocupação com a organização política da classe proletária percorra toda a sua trajetória.

Pode-se construir uma tipologia dos partidos em função de três eixos: 1) **base social**, 2) **orientação ideológica** e 3) **estrutura organizativa** (Panbianco: 2005). A maioria dos trabalhos sobre esta temática, se não todos, desenvolvem-se sobre um destes critérios ou sobre uma combinação deles.

Os enfoques que colocam ênfase na **base social** dos partidos provêm, geralmente, ou de estudiosos da sociologia ou de adeptos das diversas vertentes do materialismo dialético. No entanto, vários escritores populistas e nacionalistas não marxistas também têm privilegiado esta perspectiva de uma apreciação oposta. Assim, enquanto os primeiros compreendem os partidos como agentes portadores da identidade de classe, que os transforma em veículos de divisão social nos marcos de uma sociedade estratificada horizontalmente, os segundos os concebem como o instrumento político de um movimento de integração policlassista, nacional e/ou popular, que dilui as diferenças de classe e processa o conflito de maneira vertical.

¹⁸ Segundo a formulação liberal clássica de Benjamin Constant (1985).

A taxonomia mais habitual para classificar os partidos, de acordo com sua base social, é aquela que os divide em operários e burgueses, ainda que seja necessário agregar a categoria de partido populista para os casos que abrangem uma ampla massa multiclassista. Os primeiros são (foram?) característicos dos países do centro do sistema e os últimos predominam nas nações da periferia do sistema. Em certos estados, a heterogeneidade social pode levar à formação de partidos camponeses, ou que representam minorias étnicas, linguísticas ou religiosas. Tal diversidade, para estes autores, não faz mais do que confirmar que o que define um partido é a sua sociologia.

Neste aspecto é fundamental a análise das clivagens¹⁹ sociais, as linhas de ruptura constituídas em torno de conflitos importantes que separam os membros de uma comunidade em função de suas posições a respeito. Os grupos então definidos cristalizam suas identidades em torno do problema em questão e os futuros antagonismos e alianças encontram significado à luz das causas que originaram as divisões.

É aqui que podemos situar os escritos não sistematizados de Marx sobre partido. Para ele, a organização política é sempre um momento eminentemente prático – logo plástico e mutável – do agir da classe proletária rumo ao seu objetivo de transformação radical da sociedade capitalista. Neste sentido, a organização expressa este movimento e não o antecede ou antecipa conteúdos e papéis.

Segundo Johnstone (1987), não é possível compreender as ideias de Marx – e, neste tema, também de Engels – fora de mutáveis contextos históricos e semânticos do desenvolvimento do movimento dos trabalhadores em determinadas fases temporais ou em países considerados particularmente. Neste sentido, ele identifica cinco “modelos” que correspondem a etapas de tal desenvolvimento:

- a) a pequena organização internacional de quadros comunistas (a Liga dos Comunistas – 1847-1852); b) o “partido” carente de organização (durante o refluxo do movimento operário – década de 1850 e princípios da de 1860); c) a ampla federação internacional de organizações operárias (Primeira Internacional – 1864-1872); d) o partido marxista nacional de massas (Socialdemocracia alemã – décadas de 1870, 1880 e princípios da de 1890); e) o amplo partido nacional dos trabalhadores (Grã Bretanha e Estados Unidos – década de 1880 e começo da de 1890) baseado no modelo cartista. (JOHNSTONE, 1987, p. 68).

Durante certo tempo, as posições de Marx sobre o partido foram confundidas com as elaborações leninianas muito em função da afirmação dos leninistas que o segundo extraía do primeiro a sua teoria de partido e

¹⁹ O conceito de clivagem pode ser definido como "divisão social politicamente relevante".

a questão do “partido revolucionário”. Trata-se de uma evidente “meia-verdade”, pois como bem expressou Rossanda (1987, p. 6), o “partido revolucionário” contraditoriamente tomava de Marx a perspectiva e o método de análise, mas negava o processo de luta-consciência que o próprio Marx havia delineado.

Max Weber por sua vez se situa entre os autores que, na tipologia de Panebianco, adotam a perspectiva de analisar os partidos por sua **estrutura organizativa**. Esta desloca o foco tanto da base social como da orientação ideológica, para centrar-se naquilo que distingue os partidos modernos de qualquer outro grupo organizado que historicamente tenha cumprido funções similares, ao mesmo tempo em que os aproxima do aparato burocrático dentro do qual funcionam e ao qual sem dúvida concorrem, aspirando em longo prazo controlá-lo: o Estado.

O que importa destacar aqui é o pressuposto segundo o qual os partidos, ao serem concebidos enquanto organizações, são movidos por fins próprios que vão além dos objetivos que lhes deram origem, e ao mesmo tempo também superam e transformam os interesses dos indivíduos que os integram - sejam estes interesses de classe ou de qualquer outro tipo.

Neste aspecto, a metamorfose descrita por Michels (1982) não seria uma perversão nem uma patologia, mas o *modus operandi* natural dos partidos: ao longo de sua existência, a sucessão ou articulação de fins tem lugar convertendo a associação em um ente cada vez mais simbiótico com seu ambiente, com menor capacidade (ou vontade) para reformá-lo em suas origens.

O grau em que um partido estabelece estratégias de adaptação ou de predomínio sobre a realidade exterior depende da força de sua institucionalização; em outras palavras, do modo como a cristalização histórica de suas características de fundação impactou sobre sua autonomia e seu nível de sistematização interna.

Além disso, Weber adota também uma classificação mais ampla dos partidos, retomada com pequenas variações pela maioria dos autores, que os distingue primeiramente entre **partidos de representação individual** e **partidos de representação de massas** (Weber: 2004; Duverger: 1980; Oppo: 2003; Panebianco: 2005). Ainda que o nome das categorias possa sugerir que é a base social que organiza a taxonomia, na realidade o critério chave é o histórico-organizativo. E isto é assim porque os dois tipos de partido são característicos de épocas consecutivas, separadas entre si pelo processo político que conduziu à adoção do sufrágio universal. Em consequência - e deve-se advertir que ambos os tipos de partido podem coexistir simultaneamente - o que se deu habitualmente foi a

transformação progressiva de um tipo em outro, na medida em que a necessidade de legitimidade e apoio (militância, financiamento e, sobretudo, votos) decretou a inviabilidade ou futilidade de uma existência sem maior respaldo eleitoral. O período chave desta metamorfose transcorreu entre a última década do século XIX e as duas primeiras do XX, tanto na região europeia como nas novas nações da América - justamente o período presenciado por Weber.

Aqueles que tomaram a iniciativa com relação a este aspecto foram os partidos socialistas e operários em geral, já que deveriam assumir o desafio de canalizar a participação política das massas incorporadas à arena eleitoral a partir da ampliação do sufrágio. Este fenômeno de massificação da política se manifestou fundamentalmente no âmbito destes auxiliares institucionais do Estado que são os partidos, dado que deveriam adequar-se às necessidades de socialização, mobilização, recrutamento e, sobretudo, busca de sentido que a realidade colocava diante dos novos cidadãos.

As associações de notáveis se caracterizaram por sua dependência total em relação aos *caballeros*, *gentlemen*, ou às famílias que as haviam patrocinado, e qualquer disputa pessoal entre seus membros podia implicar na ruptura do partido e o enfrentamento resultante entre as novas partes em conflito, constituídas pelos chefes e por seus seguidores incondicionais. Com a mesma facilidade se produziam também as aproximações e as alianças, baseados em interesses conjunturais que convergiam em necessidades comuns. A maneira como estas formações organizavam suas ações era diferente da dos atuais partidos de massas: o representante parlamentar tinha absoluta liberdade para decidir sua posição no recinto legislativo, de acordo com o leal "saber e entender" que as doutrinas da época estabeleciam aos homens probos. Os notáveis trocavam opiniões nos clubes, antecedentes distantes do comitê, onde transcorriam as tertúlias das quais estavam naturalmente excluídos quem não pertencesse aos setores de elite da população. Os eleitores eram representados apenas a título formal, vez que os representantes eram eleitos por distritos territoriais e expressavam seus interesses de grupo em nome e como sendo o "bem comum da nação".

O modo privilegiado de crescimento destas primeiras formações partidárias era a cooptação. O mecanismo consistia na atração individual das pessoas que foram consideradas, pelas camarilhas dos grupos estabelecidos, como importantes (ou perigosas) para a defesa dos objetivos traçados. Sua instrumentação exigia muitas vezes a distribuição de prebendas e benefícios estatais ou a promessa de uma carreira de sucesso, posto que a ideologia não era concebida como motivo para participar na honorável atividade política. Os exemplos mais notórios, e mais antigos,

deste tipo de partidos foram os agrupamentos tradicionais ingleses, os “*tories*” (conservadores) e os “*whigs*” (liberais).

Quando os apoiadores das teorias socialistas, majoritariamente se declarando marxistas, se viram diante da abertura eleitoral que as lutas operárias finalmente haviam conseguido, fundaram partidos que tiveram que recorrer a métodos totalmente novos de ação política. A imprensa se constituiu em ferramenta fundamental tanto para a agitação quanto para o doutrinamento. A força das organizações de esquerda no século XIX dependia essencialmente da importância de sua imprensa partidária. Cabe registrar que na época em tela todos os periódicos eram espaços de opinião, já que a informação tida como imparcial, como hoje se conhece, não era tecnicamente possível e nem valorativamente apreciada.

A incorporação de militantes, uma figura política nova, começou a ser realizada por meio do procedimento massivo do recrutamento. Este era praticado, sobretudo, nas fábricas e nas áreas de maior concentração urbana. Uma característica central foi que aqueles que ingressavam deste modo na estrutura partidária começavam sua carreira por baixo, ao invés de pela cúpula como ocorria nos partidos de notáveis.

Um dos elementos mais importantes desta fase da organização partidária foi, sem dúvida, a disciplina no parlamento. O mandato livre foi rejeitado como norma de ação, para ser adotada uma posição unificada de todos os representantes do partido frente a cada tema em debate na câmara. O corolário desta prática consistiu na fixação da linha política pelas autoridades colegiadas da organização, à qual todos os eleitos deviam seguir sob pena de revogação do mandato.

As consequências desta transformação sobre a teoria da representação e sobre as ideias políticas foram tão impactantes como as da nova estrutura interna dos partidos foram para a teoria da organização e para as práticas políticas. Em função deste último aspecto é que foram chamados **partidos organizativos de massas** ou, simplesmente, **partidos de aparato**, em alusão à poderosa estrutura burocrática que tiveram que construir para coordenar o gigantesco processo de mobilização das massas. O modelo histórico mais importante deste tipo de partidos foi o Social democrata Alemão, fundado em 1869 por Bebel e Liebknecht e fortalecido em 1875 a partir de sua unificação com os lasalleanos, tendo de fato servido de inspiração para as forças socialistas e comunistas da Europa que, em sua totalidade, se organizaram desta maneira.

Por sua vez, os partidos declaradamente burgueses que pretenderam competir com sucesso contra seus novos adversários tiveram que adotar mecanismos de articulação burocráticos, com funcionários profissionais de tempo integral dedicados às tarefas de contra-agitação e mobilização

eleitoral; caso contrário, suas possibilidades de sobrevivência teriam sido escassas.

Pouco a pouco, no entanto, o desenvolvimento econômico e os avanços tecnológicos foram modificando a estrutura clássica das sociedades europeias, diluindo as rígidas fronteiras de classe e multiplicando os níveis de estratificação horizontal. Juntamente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, esta transformação foi produzindo o enfraquecimento das identidades subculturais, homogeneizando internamente as sociedades nacionais no que tange à sua visão de mundo, ao mesmo tempo em que as fragmentava economicamente. Conseqüentemente, os partidos tiveram que ajustar suas estratégias de acumulação às novas condições, que exigiam uma redução da pureza doutrinária para ampliar a base de apoio – conservando o eleitorado tradicional - e, portanto, considerar as opiniões daqueles que não faziam parte da estrutura, mas podiam definir seu êxito ou seu fracasso.

A lealdade aos partidos deixa de ser uma exigência de grupo ou classe, pois a diversificação assim o determina; ao mesmo tempo, estes partidos também perdem sua indispensabilidade como organização mutualista, pois os serviços oferecidos previamente somente por eles²⁰ passaram a ser agora garantidos pela estrutura, à época, crescente do “estado de bem-estar social”.

Os novos partidos foram definidos como **eleitorais de massas** ou **profissional-eleitorais**, em função de seu apelo à sociedade em geral por cima das divisões de classe. Já não são os notáveis nem os militantes, mas os eleitores os donos formais do partido, que somente têm sua adesão solicitada na hora de votar, tratando de reduzir os demais custos da participação. As peculiaridades deste tipo são observadas mais claramente nos Estados Unidos da América. O peso da autoridade partidária é menor que o dos parlamentares, o que debilita a disciplina partidária, e é realmente o chefe do executivo (ou os líderes da oposição parlamentar) quem define a linha política. A mobilização se realiza especialmente durante o período de campanha, e o financiamento passa a ser feito pelas contribuições das empresas, de grupos, e eventualmente do governo substituindo as cotizações de filiados e simpatizantes.

Com relação às funções do partido, para a concepção liberal-democrática (para a qual Weber prestará aportes valiosos), a atividade que os partidos realizam pode ser resumida nos conceitos de representação (da sociedade no Estado) e governo (sobre a sociedade pelo Estado). Predominando o primeiro, estar-se-á na presença de uma nação mais pluralista e com maior autonomia de seus grupos de interesse ou de

²⁰ Estes partidos prestavam serviços desde creches infantis até sepultamentos e crematórios.

identidade. Predominando o segundo, será o caso de responder a uma pauta de menor autonomia societal, maior controle dos governantes sobre os governados e hierarquização mais rígida das relações sociais.

As características que os partidos podem apresentar e que os diferenciam entre si para além de suas funções comuns, foram descritas exaustivamente por Panebianco (2005) na sua análise dos modelos de partido. Este autor define seis áreas de incerteza, cujo maior ou menor controle pela direção partidária determina o perfil da organização e suas expectativas de sobrevivência e êxito. São elas a) a competência, ou indispensabilidade para cumprir uma função, o que excede o mero saber técnico; b) as relações com o entorno, que inclui a capacidade para estabelecer alianças e conflitos com outras organizações; c) a comunicação, isto é, o controle exercido sobre os canais de informação interna e externa; d) as regras formais, entendida como a faculdade de interpretação para aplicar ou deixar de aplicar os estatutos; e) o financiamento, ou controle do fluxo de dinheiro; e f) o recrutamento, que implica na definição dos requisitos de admissão, carreira e permanência. Todos estes recursos, como já haviam percebido entre outros Michels e Weber, são tendencialmente acumulativos; portanto, a concentração de alguns gera como resultado frequente o aumento dos demais.

Em que consiste a crise dos partidos políticos na modernidade?

Para a teoria liberal-democrática (que assimilou muito de Weber), as contradições da governabilidade que atingem as sociedades contemporâneas, particularmente sob a forma de democracias, e seus reflexos naqueles que são seus principais agentes de gestão constituem sério problema. A crise fiscal do “estado de bem-estar social” e a sobrecarga de demandas que pesa sobre os governos têm transmitido seus efeitos deslegitimadores sobre os partidos, que vêm reduzindo progressivamente suas bases de identificação social e suas margens de autonomia institucional em relação, fundamentalmente, à imprensa dita independente, às associações de interesses e aos grandes grupos econômicos.

Outra questão que para a literatura política atual abre a maior interrogação sobre a capacidade de gestão das democracias é o problema da emergência, entendida como disfunção (crise) econômica que altera o cenário da ação dos grupos sociais, modificando seus marcos de referência valorativos. Neste contexto, todas as instituições de governo - incluindo os partidos - se adaptam aos imperativos da governabilidade e da obtenção de resultados por cima das deliberações e dos procedimentos formais, o que

resulta num princípio orientador baseado na eficácia enquanto fonte primordial de legitimidade.

Este fenômeno tem sido genericamente qualificado como crise de representatividade, colocando especial ênfase no fato de que os partidos já não responderiam às exigências dos cidadãos e sim aos seus próprios interesses e os de seus dirigentes. No entanto, a utilização do ambíguo termo crise para caracterizar a realidade descrita permite ir além da visão daqueles que se manifestam contra os partidos, para abarcar também as oportunidades de transformação que se abrem perante estas abaladas – e até hoje não substituídas - organizações.

Nesta linha de argumentação, não se pode deixar de reconhecer que uma das mais enriquecedoras contribuições para a análise dos partidos foi realizada por Lipset e Rokkan (1992), que rastream a origem dos partidos ocidentais numa série de crises históricas. Estas grandes fraturas sociais foram, na Europa, quatro: a primeira colocou, após o desmembramento dos grandes reinos medievais, as zonas do centro imperial contra as da periferia, dando nascimento aos partidos centralistas ou nacionais e aos separatistas ou regionais; a segunda deu lugar, frente às tentativas de unificação dos estados nacionais, a uma violenta oposição aos poderes terrenos da Igreja que, temerosa de ver diminuídas suas atribuições sobre os territórios reorganizados, encabeçou a luta contra os monarcas seculares e protestantes, fundando os partidos confessionais em oposição aos laicos; a terceira expressou uma secular rivalidade entre o campo e a cidade, eixo sobre qual se organizaram os partidos urbanos e agrários, divididos em torno da questão da industrialização; por último, a mais profunda das linhas de ruptura produzidas na idade moderna foi a que opôs o capital ao trabalho, conformando a estratificação em classes sociais que caracteriza as sociedades ocidentais do século XX - principalmente porque, diferentemente das demais, esta cisão se manifestou em todas as comunidades nacionais dando lugar aos partidos operários, por um lado, e aos partidos burgueses, por outro.

Como se vê, a própria utilização do conceito de crise remonta à origem histórica dos partidos e se funde com suas identidades, o que diminui seu valor para descrever a situação atual. O modo como serão resolvidos os dilemas colocados, determinará o tipo de organização que predominará no futuro, seja no sentido de reforçar a autonomia dos partidos em relação ao ambiente e fortalecer suas estratégias de predomínio ou, mais provavelmente, no sentido de obrigá-los a adaptar-se mais simbioticamente ao entorno - com o custo de reduzir suas margens de ação.

Os desafios que colocaram em risco a capacidade de gestão dos partidos até agora, variaram em relação à sua natureza, bem como em relação às suas consequências. De fato, alguns fenômenos contribuíram para definir novos papéis partidários, constituindo-se em elementos complementares ao invés de concorrentes. Tais são os casos do neocorporativismo e dos meios de comunicação social: num caso, as práticas centro-europeias de processar os conflitos trabalhistas por meio da negociação direta entre empresários e trabalhadores geraram um mecanismo de acordos paralelo aos sistemas de partido, conciliando a representação de interesses com a político-territorial por meio da delegação da primeira, por parte do Estado, de certas faculdades de ordem pública, mas mantendo seu poder de regulação última.

No caso da massificação dos meios de comunicação, o que se produziu foi a prescindibilidade dos partidos como comunidades de sentido, como outorgadores de significação da realidade social. A informação dita imparcial e supostamente neutra da grande imprensa substituiu as “tribunas de opinião” e os órgãos partidários de difusão de doutrina. Por sua vez, articulados com a educação básica obrigatória, os meios de comunicação de massa tem se constituído em formadores de opinião dos indivíduos.

Como consequência do aumento da complexidade social, a partir dos anos 1960 se expandiu o fenômeno dos novos movimentos sociais em todo o mundo ocidental, chegando a se manifestar - como mobilizações pró - democracia - inclusive em países não ocidentais que carecem de um regime liberal. Estes agrupamentos de caráter relativamente espontâneo, com motivações do tipo de demanda única, reclamam antes autonomia que representação, impugnando a legitimidade do velho sistema institucional para tomar decisões que afetem certas áreas ou interesses. Os mais conhecidos destes movimentos são os ecologistas ou verdes, os feministas e os pacifistas, que tem enriquecido o processo político seja transformando-se em partidos, seja preservando-se como atores sociais que influem e não participam da competição eleitoral. Ainda que as expectativas que os movimentos sociais possam ter gerado alguma vez, sobre sua capacidade para substituir os partidos, tenham demonstrado ser uma ilusão (Offe: 1988), seu impacto sobre a política nas últimas décadas tem sido muito grande.

A mais arriscada encruzilhada que os partidos enfrentam na atualidade é uma forte investida *antiestablishment*, exercida como rechaço ao monopólio partidário das candidaturas e pela revalorização do papel da cidadania sem intermediação (Panbianco: 2005). Esta atitude se manifesta na proliferação de *outsiders* – personagens sem trajetória política que, de

fora dos partidos, se promovem como alternativas às velhas direções, alegando executividade e relação direta com a população. Fomentados pela mídia, principalmente a televisão, estes novos líderes podem ser encontrados tanto em países com partidos débeis como os Estados Unidos quanto naqueles com fortes histórias partidárias como Itália; com a mesma facilidade em sociedades com sistemas de partido gelatinosos como o Brasil ou esgotados como Peru e Venezuela.

No campo do marxismo, a crise atual dos autodenominados partidos comunistas expressa, na verdade, a crise do bolchevismo que, em todas as suas variantes (maoista, stalinista, trotskista), desde a década de 1920, é a expressão de uma concepção que se impôs, a ferro e a fogo, como hegemônica.

Tal concepção encontra suas bases para se expandir além das fronteiras da ex-URSS na aprovação e perenização das chamadas “condições para a admissão dos partidos na internacional comunista” aprovada pelo II Congresso da III Internacional realizado em 1920.

As “21 condições” (como ficaram conhecidas) expressavam no terreno da organização a bolchevização da Internacional – significando que o bolchevismo não se manteria no poder na URSS sem uma disciplina rigorosa e uma centralização incondicional – vista como uma necessidade premente.

A maioria do II Congresso foi convencida de que “todos os traços fundamentais” da revolução mundial correspondiam à revolução Russa e que ocorreria em escala internacional a repetição inevitável dos acontecimentos que se sucederam na Rússia a partir das afirmações peremptórias de Lênin no seu trabalho *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, escrito para este congresso, no qual aliava passagens de teoria política com as questões da revolução situadas numa totalidade (como necessitava ser o trabalho da Internacional).

No entanto, ao oferecer um modelo pronto e praticamente acabado de partido para o proletariado mundial - e contrariamente a Marx - Lênin e a III Internacional cometeram pelo menos três graves erros que hoje, depois de tantas derrotas, a análise crítica das experiências revolucionárias possibilita enxergar.

Primeiro, desconsiderou o processo crescente de complexidade e diferenciação que o desenvolvimento do capitalismo produz na sociedade civil burguesa e as repercussões de tal processo na construção partidária. Segundo, desconsiderou o papel e a necessidade de estabelecer em parcela expressiva do proletariado de cada país a **hegemonia política comunista** como condição prévia para o sucesso da revolução. Terceiro, negou aos partidos comunistas de todos os demais países – em sua maioria muito

jovens - a experiência da construção partidária como processo, anulando as particularidades pela supressão.

Tau Golín realizou uma síntese filosófica desse processo:

No modelo soviético anulavam-se as experiências individuais e coletivas. Negando um desenvolvimento particular (para o universal), o modelo soviético se impunha como dominante vitorioso e internacional. A inversão do universal (soviético) para o particular (países) é por demais evidente na formulação leniniana do período aqui tratado. (GOLIN, 1989, p. 18).

Da elevação de tais concepções à condição de teoria e de sua aplicação prática, resulta o aparecimento do que denomino “sistema dos PC’s tradicionais” com todas as suas supostas perversões que vale apontar resumidamente.

Unidade para a ação prática é confundida com unidade permanente – cuja expressão é o monolitismo – sempre justificada como uma barreira à penetração de ideias “inimigas” e, ao ser erigido como dogma inquestionável e transformado em mito, chega ao ponto de ser identificado com a verdadeira e única marca da identidade comunista, acima das questões teóricas relativas à estratégia e tática políticas; adoção das linhas mais escandalosamente contrapostas ao longo de sua história.

O desenvolvimento de um autêntico temor de que as divergências internas sempre conduzissem a cisões – que eram percebidas como um mal em si mesmas - associado à omissão em identificar erros, irregularidades ou falhas, cristalizou a impossibilidade de construir coletivamente novas hegemonias no interior de tais partidos que fossem mais condizentes com os interesses proletários.

Congressos partidários unânimes, reduzidos à condição de legitimadores do grupo dirigente do Comitê Central que passa a controlar a totalidade dos assuntos, inclusive os locais, as questões táticas regionais ou aspectos de políticas setoriais.

A Estrutura interna evolui e se consolida como uma autêntica estrutura burocrática de tipo empresarial. Para perceber o significado desta evolução basta citar apenas o caso do partido bolchevique que, segundo dados fornecidos pelo historiador E. H. Carr, teve o Secretariado do Comitê Central começando a funcionar em maio de 1919 com 30 empregados; em março de 1920, já tinha 150; em março de 1921 contava 602 empregados, mais um destacamento militar de 140 homens que atuavam como guardiões e mensageiros (CARR, 1979, p. 222).

Pode-se ainda mencionar que a noção de **partido único** é também filha legítima da tradição bolchevique em termos de concepção partidária, embora este aspecto tenha merecido “retificações” ou flexibilizações de muitos partidos que se mantêm nesta tradição organizativa.

Outra mazela é o culto ao chefe de autoridade e perspicácia infalíveis, que se expressou em figuras replicadas de Stalin pelos PC's mundo afora, todos inclusive ocupando o mesmo cargo na estrutura interna, encarnando o “mito do secretário geral”. Basta lembrar os casos de Luís Carlos Prestes no PC Brasileiro, Álvaro Cunhal no PC Português, Mao Tsétung no PC Chinês e analisar o papel objetivo que desempenharam – indivíduo e partido - nos momentos mais agudos da luta de classes em seus respectivos países para conhecer os resultados de tal mitificação.

Impera a figura do “possibilismo” político que concebe o socialismo e as formas de alcançá-lo por meio de projetos evolucionistas e de implantação pacífica. No fundamental tais projetos não se diferenciam do socialismo da social democracia, residindo a diferença apenas no fato de que não rejeitam formalmente o arcabouço teórico marxista. A prática de ocupar espaços nas instituições capitalistas como um fim (aparelhismo) surge como um desdobramento lógico, vez que os métodos revolucionários estão descartados. Tudo passa a ser, sob esta ótica, uma questão de conquista de posições – entendendo-se aí, cargos, mandatos e funções no aparelho de Estado capitalista ou em estruturas do movimento social para os membros do partido.

O bolchevismo foi a expressão de um amálgama de classes entre operários amordaçados, pequenos burgueses em ascensão e gestores capitalistas recém-transformados em “comunistas”.

Transcorrido este longo percurso de mais de 80 anos de experiências práticas, fica fácil compreender as motivações profundas que levam os partidos de tipo bolchevique a efetivarem políticas radicalmente anticomunistas.

Entende-se, por exemplo, por que o PC do Iraque integrou a coalizão das forças de ocupação contra seu próprio país; ou por que o PC do Brasil se funde com tal amplitude com o aparato de governo, apoiando e sustentando todas as suas políticas antiproletárias, ao ponto de fazer do futuro do governo Lula o seu próprio futuro.

Considerações finais

Após as derrotas que ocorreram ao longo do século XX de todas as tentativas de derrubada revolucionária do capitalismo, as concepções de Marx sobre o partido político – refletindo e em consonância com a profundidade deste processo de derrotas - ficaram relegadas a pequenos grupos e indivíduos espalhados pelo mundo com pouca ou nenhuma

influência social, que se debatem com imensas dificuldades para contribuir com a retomada da iniciativa dos trabalhadores na luta de classes.

Mais do que reafirmar a validade dos postulados marxianos sobre o partido e para além da dispersão, da fragmentação e do enfrentamento teórico e prático contra os andrajos do que restou da influência da ortodoxia bolchevique junto aos trabalhadores, trata-se de encontrar caminhos - e esta é a verdadeira tarefa hercúlea - para recolocar na ordem do dia a substituição revolucionária da formação social do Capital, pois, como vimos o partido em Marx somente faz sentido se situado no contexto da revolução proletária. Se esta se encontra num horizonte longínquo, a teoria do partido político na perspectiva de Marx torna-se algo secundário e até dispensável.

Nesta ordem de ideias, pode-se afirmar que, enquanto perdurar esta situação de refluxo/ausência das lutas proletárias autônomas de grande envergadura e generalizadas em nível internacional contra os fundamentos do Estado e da sociedade capitalistas, a organização política concebida como instrumento auxiliar de tal ação, perpetuará sua “crise”.

Quanto à crise dos PC's tradicionais, pode-se afirmar que a crise deste tipo de partido apresenta sintomas de uma crise irreversível, sobrevivendo apenas enquanto organizações políticas completamente transformadas em partidos de tipo liberal que se recusam a mudar sua simbologia e conservam um estilo discursivo que faz lembrar sua tradição.

Com relação à teoria weberiana do partido político, Peter Mair (1994) desenvolveu um marco conceitual inovador para entender a transformação contemporânea dos partidos. Sua tese sustenta que o processo que estão sofrendo estes atores deve ser concebido mais como sendo de mudança ou adaptação do que de declínio. Mair demonstra que, embora haja uma queda na taxa de filiação ou inscrição partidária, há respectivamente crescimento em termos de empregados e de recursos partidários, devidamente providos pelo Estado.

Sugere também que há uma mudança na concepção tradicional dos partidos: já não seriam intermediários entre o Estado e a sociedade, mas que o Estado se havia transformado na conexão entre a sociedade e os partidos. Consequentemente, os partidos são hoje mais fortes, mas mais distantes; tem maior controle, mas menos poder e gozam de mais privilégios, mas de menor legitimidade. Surgiram como representantes da sociedade junto ao Estado, hoje se encontram exercendo o papel inverso.

As transformações sofridas pelos partidos no seu percurso histórico da sociedade para o Estado cristalizam uma separação clara entre cidadania e representantes partidários. A insatisfação que o eleitorado das democracias pós-industriais manifesta para com seus partidos e órgãos

institucionais de representação, o déficit de governabilidade denunciado desde a década de 1970, a aparição de novos partidos liderados por *outsiders* e a redução da participação eleitoral seriam alguns sinais visíveis desta tendência.

Se for certa a máxima de que não existem no mundo democracias sem partidos, também se pode afirmar uma de suas deduções: que a qualidade da democracia depende da qualidade com que seus partidos representam, recrutam e governam. A julgar pelos resultados, os partidos políticos liberais vêm cumprindo seu papel coerentemente com os objetivos para os quais foram concebidos.

Referências

ALARCON, Luís e GOMEZ, Irey. **Repensando lo politico**. Disponível em <http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/maffesoli.pdf>. Acesso em 10 julho 2007.

CARR, E. H. *A conquista e organização do poder*. In: **A Revolução Bolchevique 1917-1923, Tomo I**. Alianza Universidad, 1979.

CONSTANT, Benjamim. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: **Revista Filosofia Política**. Porto Alegre, n. 2, 1985, p. 9-25.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 2 ed. 1980.

GOLIN, Tau. *Introdução*. In: **A III Internacional Comunista Teses e Resoluções do II Congresso**. São Paulo: Brasil Debates, 1989.

JOHNSTONE, Monty. *Marx y Engels y el concepto de partido*. In: **Cuadernos de Pasado y Presente/7. Teoría Marxista del Partido Político/I**, 10ª ed. México: Siglo XXI, 1987.

KATZ, Richard & MAIR, Peter (eds.). **How Parties Organize. Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies.** London: Sage, 1994.

MITCHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: UnB, 1982.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales.** Madrid: Editorial Sistema, 1988.

OPPO, Anna. **"Partidos políticos"**. Em *Dicionário de Política*/Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino. 6ª ed. Brasília: UnB, 2003.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSSANDA, Rossana. *De Marx a Marx: classe y partido.* In: **Cuadernos de Pasado y Presente/38. Teoría Marxista del Partido Político/III**, 5ª ed. México: Siglo XXI, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** 4ª ed. Brasília: UnB, São Paulo: IOESP, 2004.

JOSEPH DIETZGEN: A EPISTEMOLOGIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Introdução

Toda área do conhecimento científico possui um campo que teoriza sobre a sua própria teoria, que discute e analisa os postulados e princípios produzidos, seja avaliando sua validade cognitiva, seja descrevendo suas trajetórias evolutivas e/ou seus paradigmas estruturais, seja estudando conclusões e métodos praticados e disponíveis, seja ainda estabelecendo relações com a sociedade e a história.

Este campo, denominado metateoria ou epistemologia, incorpora uma reflexão em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano particularmente relacionando os dois pólos do processo cognitivo e das múltiplas relações que se estabelecem entre o sujeito e o objeto.

No âmbito das Ciências Sociais contemporâneas três metateorias clássicas continuam importantes: a Fenomenológica, a Sistêmica e a Histórico-Dialética. Este texto procura abordar sinteticamente as contribuições de um autor fulcral para a última, Joseph Dietzgen. Adota como procedimento acompanhar o itinerário intelectual deste autor por meio de textos e obras selecionadas, apoiando-se supletivamente em especialistas comentadores.

Além de apresentar, em apertada síntese, a concepção Dietzgeniana em aspectos considerados relevantes para uma teoria do conhecimento, procura-se analisar sua abordagem enfatizando o modo pelo qual se articularam, no conjunto de suas elaborações, temas como consciência, objetividade, subjetividade, pensamento, matéria.

Presente ainda o esforço para captar a forma específica pela qual Dietzgen em suas reflexões/formulações apresentou conexões diretas ou indiretas com as Ciências Sociais. Por fim, do entrecruzamento crítico entre perspectivas analíticas próximas, porém diferenciadas, são apontadas especificidades, problemas e limites com potencial para comprometer sua validade e atualidade, esboçando-se elementos para uma avaliação acerca da pertinência de suas contribuições para a contemporaneidade.

Breve apresentação de Joseph Dietzgen, o “filósofo do proletariado”

21

Nascido em 1822, em Blackenberg, cidade alemã próxima de Colônia, e filho de um casal camada média, Joseph Dietzgen era o mais velho de cinco irmãos. Da mãe herdou a aparência física e do pai a profissão de curtidor. Em sua juventude estudou de forma autodidata literatura, economia política, filosofia e língua francesa.

Atraído pelo socialismo graças ao estudo da economia política francesa, participou da Revolução Alemã de 1848, ocasião em que entrou em contato pela primeira vez com os escritos marxianos. Esta participação o obrigou a emigrar para os EUA no ano seguinte e lá viver até 1851, quando retornou para trabalhar com seu pai.

Dietzgen casou-se em 1853, retornou aos EUA em 1859 – durante a guerra civil estadunidense em 1861, escreveu seu primeiro artigo em que tratou do tema da escravidão - e lá permaneceu até 1864, ano em que assumiu um cargo técnico em um curtume na cidade russa de São Petersburgo.

Em 1867 escreveu uma carta a Marx para “[...] fazer-lhe uma breve comunicação sobre *meus* esforços científicos, com o reconhecimento de que sou apenas um operário curtidor com educação elementar.” (DIETZGEN, 1978, p. 204). Sobre esta carta de Dietzgen, Marx teceu o seguinte comentário em carta a Kugelmann: “Engels observa, muito justamente, que a filosofia autodidata – seguida pelos próprios trabalhadores – fez grandes progressos no caso desse curtidor [...]” (MARX, 1978, p. 202).

De fato, podem ser encontrados na carta de 1867 os primeiros esboços de uma epistemologia muito útil para as Ciências em geral e as Ciências Sociais em particular:

O fundamento de toda ciência reside no conhecimento do processo do pensamento. *Pensar significa desenvolver o geral a partir do que é dado pelos sentidos, do particular.* A aparência deve formar o material *necessário* do pensamento. Ela deve estar presente antes da essência, o geral ou o abstrato a ser descoberto. [...] A essência do pensamento é número. Todas as lógicas são quantitativas. Todo ser é uma aparência mais ou menos duradoura, toda *aparência* é um ser mais ou menos duradouro. Todas as causas são efeitos e vice-versa. Em uma sequência de fenômenos, aquele que *geralmente* precede é tido como causa. [...] É verdade que não vemos as coisas “elas mesmas”, mas apenas seus efeitos sobre nossos olhos. A matéria é imortal; o que significa que apenas ela é, sempre e em toda parte, matéria. A matéria tem

²¹ Esta apresentação baseou-se em BLUNDEN, 2010; DIETZGEN, 1975, 1976; DIETZGEN, E., 1977.

aparência e os fenômenos são materiais. A diferença entre aparência e essência é apenas *quantitativa*. O poder do pensamento retira do numeroso a unidade; das partes, o todo; do transitório, o imperecível; dos acidentes, a substância. (DIETZGEN, 1978, p. 204-205).

No ano seguinte (1868) publicou uma resenha de “O Capital”. Marx também conheceu e reconheceu as ideias econômicas de Dietzgen, posto que a elas se referisse elogiosamente no prefácio à segunda edição alemã do primeiro tomo de “O Capital”.

Ao regressar à Alemanha em 1869, Dietzgen encontrou-se com Marx e publicou sua principal obra “A natureza do trabalho intelectual humano”, sobre a qual abordaremos adiante. Tornou-se membro ativo do SPD ²² – partido pelo qual se candidatou ao parlamento alemão pela circunscrição de Leipzig em 1881, tendo sido derrotado por uma coalizão de partidos conservadores - e colaborador em numerosos periódicos socialistas: *Volksstaat* (A República do Povo) de Leipzig entre 1870-1876, *Vorwärts* (Avante) de Leipzig em 1877, *Sozialdemokrat* (O Social-democrata) de Zurique na Suíça, *Neue Zeit* (Novo Tempo) de Stuttgart e o estadunidense *New Yorker Volkszeitung* (Diário do Povo de Nova York).

Além de abordar assuntos e temas de natureza econômica, publicou diversos escritos filosóficos tais como “Socialismo científico” (1873); “A religião da social-democracia” (1875); “A moral da social-democracia” (1875); “A filosofia da social-democracia” (1876); “Os limites do conhecimento” (1877); “Incursões de um socialista no campo da epistemologia” (1887) e “O resultado positivo da filosofia” (1887).

Desde cedo fortemente influenciado pelo materialismo de Ludwig Feuerbach (1804-1872), com quem também se correspondeu, Dietzgen foi um ateu militante.

O epíteto de “filósofo do proletariado” nos meios socialistas surgiu em 1872, após a participação de Dietzgen no Congresso de Haia (Holanda), ²³ na qualidade de delegado, como uma derivação da forma como Marx apresentou Dietzgen à assembleia de representantes operários: “Eis aqui nosso filósofo” (DIETZGEN, E., 1977, p. 143).

Em carta ao filho Eugen em 1880, Dietzgen escreveu que um problema lógico o perseguia desde a juventude: “as questões últimas de todo o conhecimento [...] até o ponto em que, nestes últimos anos, adquiri

²² Sigla em alemão de *Sozialdemokratische Partei Deutschland*, Partido Social-Democrata da Alemanha.

²³ O Congresso de Haia da Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT (1864-1876), também conhecida como I Internacional, realizou-se entre 2 e 7 de setembro de 1872. Contou com a participação de 65 delegados de 15 organizações nacionais (MIA, 2011). Este congresso ficou marcado pela cisão organizativa entre marxistas e bakuninistas, e suas deliberações constituíram-se no primeiro passo para a criação de partidos políticos operários de massas em vários países, modelo de organização que se consolidaria na II Internacional (1889-1914).

a convicção de que era a tarefa de minha vida”. (DIETZGEN, E., 1977, p. 143, traduzi).

Em 1884 retornou aos EUA onde colaborou com o órgão central do partido socialista estadunidense, o periódico *Socialist*. Esta mudança para os Estados Unidos pareceu ter modificado o ânimo de Dietzgen, pois se na Alemanha ele pouco se reunia com seus companheiros de SPD, demonstrando baixo interesse pelos assuntos de partido, ao se mudar para os EUA, a militância política de Dietzgen se transformou, intensificando-se desde a sua chegada, especialmente a partir de 1886 quando se mudou de Nova York para Chicago.

Dois dias após a “Revolta de Haymarket”, Dietzgen apresentou-se voluntariamente para colaborar na redação do *Chicagoer Arbeiter-Zeitung* (Diário dos Trabalhadores de Chicago), um periódico anarquista redigido em alemão. Esta colaboração não apenas foi aceita pelos anarquistas, como estes o elegeram por unanimidade para a função de redator-chefe, e Dietzgen assumiu a função em caráter provisório em substituição a August Spies (1855-1887) que havia sido encarcerado.²⁴

Durante os dois últimos anos de sua vida Dietzgen atuou politicamente para reconciliar anarquistas e marxistas. Em seu entendimento as divergências que os separava eram de menor importância e considerava que ambas correntes necessitavam imensamente de formação. Esta seria, em seu entendimento, a grande responsável pela reintegração dos anarquistas ao movimento operário e socialista. Tendo sido criticado pelo Partido Socialista por oferecer sua colaboração aos anarquistas, Dietzgen sempre reafirmou a justeza de sua atitude. Faleceu subitamente de ataque cardíaco em 1888 e está sepultado a poucos metros dos “Mártires de Chicago”.

Um perfil da figura humana Joseph Dietzgen, foi escrito em 1896 pelo doutor Bruno Wille ao jornal berlinense *Der Sozialistische Akademiker* (O Estudante Socialista), que assim exprimiu suas impressões:

²⁴ Imigrante alemão, ativista anarquista. Spies é um dos “Mártires de Chicago”. Julgado, condenado à morte e enforcado injustamente por ter sido considerado culpado de conspiração durante a “Revolta de Haymarket”. Episódio ocorrido no dia 4 de maio de 1886 em Chicago, um dos eventos que originaram o “1º de Maio”. Durante uma manifestação pacífica pela jornada de trabalho diária de 8 horas, uma bomba explodiu próxima ao local onde policiais estavam posicionados, matando um imediatamente e ferindo outros 7 que morreram mais tarde. A polícia imediatamente abriu fogo contra os manifestantes, ferindo dezenas e matando onze. Os oito organizadores da manifestação, militantes anarquistas, foram presos e incriminados pelo acontecimento, mesmo na ausência de provas de que teriam sido eles os autores do lançamento da bomba. Apesar de uma grande campanha ter sido organizada para salvar os “Mártires de Chicago”, Spies e mais três foram executados, um suicidou-se antes do enforcamento, e os três remanescentes tiveram suas sentenças de prisão revogadas em 1893, quando o governador de Illinois concluiu que os oito acusados eram inocentes. (Cf. HAYMARKET, 2011).

[...] fiquei assombrado com a erudição especializada de Dietzgen e com a extensão de sua cultura, que poderia confundir pessoas pretensiosas que costumam olhar com desprezo para quem não estudou. [...] Esta erudição e superioridade intelectuais eram expressas com naturalidade e simplicidade, sem qualquer sinal da fanfarronice que frequentemente se nota nos autodidatas. [...] Dietzgen não era de uma natureza fria, dedicada unicamente à abstração. Aliava a um pensamento conceitual sutil e penetrante, certo gosto pela poesia. [...] mas se abstinha de toda trivialidade. (Citado por DIETZGEN, E., 1977, p. 146-147).

Resulta claro que o principal legado filosófico de Dietzgen ao marxismo foi uma sistemática exposição de epistemologia, a elaboração dos princípios fundamentais de uma teoria do conhecimento materialista e dialética. Ao conseguir separar o pensamento humano do elemento fantasmagórico e torná-lo parte da natureza, e, como tal, algo que se transforma e desenvolve ao longo da história, que deve ser conhecido por meio da experiência. No dizer de Pannekoek, a obra dietzgeniana

[...] oferece a si mesma como uma realização acabada e provisória deste objetivo. Como tal, deverá ser melhorada e aperfeiçoada pelas aquisições de pesquisas ulteriores. Sua obra difere radicalmente das filosofias anteriores e é também superior a elas, precisamente porque é menos ambiciosa. Apresenta-se como uma conquista da filosofia para a qual contribuíram todos os grandes pensadores, mas contemplado, examinado, reunido e reproduzido pela mente serena de um socialista. Ao mesmo tempo, comunica seu caráter de verdade imperfeita aos sistemas precedentes, que já não aparecem como especulações arbitrariamente mutáveis mas como fases do conhecimento que progride segundo uma relação natural e que contém cada vez mais verdade e menos erro. (PANNEKOEK, 1975, p. 204-205).

Contudo, após a sua morte, o legado teórico de Dietzgen – que se sempre se considerou um marxista – sofreu uma séria tentativa de separação do tronco marxista por iniciativa, dentre outros, de seu próprio filho. Esta interpretação tão divergente do pensamento do próprio autor, certamente faria Dietzgen declarar-se um não dietzgenista do mesmo modo que Marx, em divergência com o modo como seus seguidores na França interpretavam seu pensamento, declarou não ser marxista. Com a diferença que este último ainda vivia para reagir às tentativas de desvirtuamento de suas ideias. Pelas prováveis implicações futuras que o “dietzgenismo” pode ter tido sobre o peso das ideias dietzgenianas no movimento socialista, torna-se necessário explicitar, em termos sintéticos, como se deu esta tentativa de desvincular as ideias de Marx e Dietzgen por meio da apresentação das posições assumidas pelos principais envolvidos na polêmica.

Como lembrou Malandrino (1987, p. 44), por volta do ano de 1910 houve um forte interesse pelas ideias de Dietzgen na Alemanha quando foi debatida intensamente a relação entre o seu pensamento e o de Marx, com a polêmica centrada principalmente acerca do nível de interdependência entre ambos, o que esclareceria se a contribuição dietzgeniana se situava no interior da tradição marxista ou se, pelo contrário, dela era autônoma e crítica e constituiria um “dietzgenismo”. Esta segunda posição foi sustentada pelo filho mais velho de Dietzgen, Eugen (1862-1929), e por Ernst Untermann (1864-1956). No polo oposto situou-se Franz Mehring (1846-1919). Por fora da polêmica, pois não se considerava um seguidor de Dietzgen, Anton Pannekoek (1873-1960) expressou uma terceira vertente que divergiu de ambos os polos.

Contra os “dietzgenistas”, Pannekoek argumentou que as formulações de Dietzgen se integravam no marxismo, enriquecendo-o sob o aspecto gnosiológico, dado que, em sua avaliação – obtida por meio do estudo de uma coletânea de correspondências trocadas entre Marx e Engels ²⁵ – nenhum dos dois fundadores do marxismo produziu algum escrito que abordasse de modo tão profundo a questão da teoria do conhecimento como Dietzgen o fez. Mas Pannekoek estava de acordo com o próprio Dietzgen pai que afirmou que o conjunto de sua obra dependia organicamente do materialismo histórico de Marx. Ademais, Pannekoek avaliou como positivistas as teorias de Untermann e identificou como principal problema o método por ele adotado que se caracterizava por ser subjetivo e não histórico. ²⁶

Contra Mehring - que produziu um artigo intitulado *Kant, Dietzgen, Mach und der historische Materialismus* (Kant, Dietzgen, Mach e o materialismo histórico) o qual na parte dedicada ao “dietzgenismo” considerou, de modo crítico e satírico, a contribuição de Dietzgen muito limitada - Pannekoek sustentou que sua posição expressava uma incompreensão acerca do valor e profundidade gnosiológica da crítica de Dietzgen a Kant. Tarefa que Marx e Engels, no entender de Pannekoek, não realizaram por ainda estarem vinculados à problemática que caracterizava a escola hegeliana.

²⁵ Uma abrangente compilação contendo 234 das correspondências de Marx e Engels pode ser encontrada em MARX; ENGELS, 1973.

²⁶ Embora o livro de Untermann situado no coração da polêmica tenha sido *Die logischen Mängel des engeren Marxismus* (As falhas lógicas do marxismo estrito), publicado em 1910, Pannekoek já conhecia o pensamento de Untermann, pois havia resenhado seu livro anterior *Science and Revolution* (Ciência e Revolução) de 1905. Neste livro Untermann expressou a opinião segundo a qual os marxistas eram igualmente seguidores de Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903). Para Pannekoek isto estava muito distante do marxismo, pois foram autores que aplicaram a teoria da evolução a uma filosofia burguesa. (MALANDRINO, 1987, p. 44).

Também Karl Korsch (1886-1961) foi um adversário do “dietzgenismo”, inserindo-o no bojo dos chamados socialistas “filosofantes” juntamente com o chamado marxismo kantiano,²⁷ divergindo da pretensão destes em completar o marxismo por considerá-lo desprovido de conteúdo filosófico (KORSCH, 2008, p. 25, 65-66).

Apresentado o percurso biográfico, passemos à análise de suas contribuições.

A epistemologia de Dietzgen

A teoria do conhecimento de Dietzgen foi especificamente desenvolvida em seus dois principais trabalhos: “A natureza do trabalho intelectual humano” (NTIH) de 1869 e “O resultado positivo da filosofia” (RPF) de 1887. Segundo Robinson (2011), NTIH é o primeiro trabalho de filosofia marxista não escrito por Marx e Engels.

Em NTIH, Dietzgen principia discutindo a natureza da filosofia em contraste com a ciência. Em seu entender, os avanços científicos reduziram o campo da filosofia especulativa que desenvolve a razão do próprio pensamento desconectado à materialidade, ao mundo experimentado pelos sentidos. Assim, Dietzgen entende que cabe à filosofia explicar a natureza geral do processo de pensamento ao invés de se ocupar com especulações ociosas.

No texto de 1869, a proposta dietzgeniana é expor a faculdade de pensar como instrumento do universal, para conseguir deste modo distinguir de modo geral o que foi bem entendido do que está equivocado, a opinião do saber, a verdade do erro. Criticando a filosofia especulativa, sustentou que a experiência antecede o pensamento e que, mesmo valorizando a imaginação, não se deve confundir conjectura com ciência.

²⁷ Possivelmente a maior representante do marxismo kantiano tenha sido a escola austríaca também denominada “austromarxismo” que procurou estabelecer uma relação de conciliação e não de antagonismo entre as concepções epistemológicas de Marx e Kant. Seus representantes mais destacados foram: Otto Bauer (1882-1938), Karl Renner (1870-1950), Max Adler (1873-1937), Rudolf Hilferding (1877-1941), Friedrich Adler (1879-1960) e Gustav Eckstein (1875-1916), e se aglutinaram em torno da revista *Marx Studien*. Em sentido oposto situou-se a escola holandesa que se aglutinou em torno da revista *De Nieuwe Tijd* (O Novo Tempo) e concebia que entre os pensamentos de Marx e Kant não havia pontos de contato. Os Principais expoentes da escola marxista holandesa foram, além de Pannekoek, astrônomo de profissão, o poeta Hermann Gorter (1864-1927), a poetisa Henriette Roland Holst (1869-1952) e o professor de economia Frank van der Góes (1859-1939). Tal divergência expressou-se também em termos políticos, sendo o austromarxismo um dos principais sustentáculos teóricos do reformismo da II Internacional, enquanto a escola holandesa teria grande influência na formação posterior da corrente conselheira ou comunismo de conselhos, crítico da II e III Internacionais (cf. MENDONÇA, 2011; BRAVO e MALANDRINO, 1990).

Concebeu a consciência como um produto ideal da matéria (matéria concebida por ele como eterna e em perpétuo movimento, chamando-lhe a "*universum*"), e explicou que o ser natural e social é o conteúdo da consciência.

Sua concepção materialista o fez definir o pensamento como uma função do cérebro e do sistema nervoso central do mesmo modo que a escrita é uma função da mão. Assim, para Dietzgen o pensamento tem de ser explicado em termos de faculdades mentais e não por meio do exame fisiológico das funções do cérebro, do mesmo modo que o estudo da anatomia da mão não nos elucidava acerca da faculdade de escrever. Este procedimento possibilita compreender o pensamento como uma atividade corporal e não imaterial ou incompreensível (DIETZGEN, 1975, p. 55). Esta atividade corporal realizada pelo cérebro difere de acordo com seu conteúdo, mas não na sua forma. Logo, o poder de pensar é um poder material, um fenômeno sensível, que aparece sempre em relação com outros fenômenos sensíveis e necessita de um objeto para se exteriorizar. Assim, para Dietzgen, todo fenômeno é produto tanto do sujeito quanto do objeto.

Dietzgen rejeitou a separação radical entre pensamento e matéria, atribuída por ele a formas arcaicas de materialismo, e ao examinar o que fazemos quando pensamos, ele descobriu que o pensamento é um processo que implica dois processos de oposição: generalização e especialização. Todo o pensamento é, portanto, um processo dialético.

Fundado no monismo filosófico – que refuta a separação entre matéria e mente – o mundo concebido por Dietzgen aparece como um todo interligado, a forma mais abstrata e geral de existência. Todos os nossos pensamentos apenas se relacionam com as partes desse todo e se definem em contextos particulares.

O trabalho do pensamento consiste em transformar os fenômenos em conceitos simples por meio da extração de suas similitudes, sua identidade ou generalidade valendo-se da análise “somente pela análise chegamos a conceber as coisas de modo conceitual, formal ou teórico” (DIETZGEN, 1975, p. 60). Preocupado em captar as coisas em geral como essência e não como fenômeno, Dietzgen afirma que a matéria consiste nas alterações, naquilo que muda, permanecendo portanto apenas a mudança, o que significa que “a essência do mundo é a alterabilidade absoluta. Fenômenos aparecem, isso é tudo.”(p. 69). Isto significa que não há nada, nenhuma “coisa em si” incognoscível por trás das manifestações da existência em geral que experimentamos através dos nossos sentidos. O conhecimento nunca é completo, entretanto não tem limites *a priori*.

A definição dietzgeniana de “conhecer” como uma espécie particular do pensar, um pensar objetivo e verdadeiro, distinto portanto do “opinar” do “acreditar” e do “imaginar”, faz com que todo conhecimento seja relativo. Segundo Dietzgen, a cognição origina-se nas formas abstratas e sensoriais como um processo do movimento, partindo das verdades relativas para a verdade absoluta. Ele entendia essa cognição como uma imagem do mundo comprovável pelas experiências dos indivíduos. Não existem pensamentos verdadeiros ou falsos, mas somente o são ou não em relação a um dado objeto. Assim, para Dietzgen, um conhecimento completo é impossível fora de limites determinados, as verdades têm validade apenas mediante certos pressupostos e vice-versa. E quanto ao erro?

O juízo que produz o erro é um *preconceito*. A verdade e o erro, o conhecimento e o desconhecimento, a compreensão e o equívoco têm sua sede comum no poder de pensar, órgão da ciência. O pensamento em geral, incluído o erro, é expressão geral dos fatos da experiência sensível. Mas o erro se distingue da verdade por pretender atribuir, ao fato determinado que expressa, um ser mais amplo, extenso e geral do que o que nos mostra a experiência sensível. A essência do erro é a pretensão. [...] O erro conhece *a priori*, a verdade, pelo contrário, conhece *a posteriori*. (DIETZGEN, 1975, p. 77 e 79).

Dietzgen define a ciência como um trabalho, e como tal um conhecimento limitado posto que adquirido *a posteriori*, em contraposição à fé, que conhece *a priori*, cujo conteúdo é obtido sem esforço. Afirma que a ciência não se limita ao mundo científico, pois, ao extrapolar todo tipo de particularidades, pertence ao ser humano pensante em geral, à vida em toda a sua extensão e profundidade (idem, ibidem, p. 96). Pare ele a ciência é uma questão social tanto quanto a produção material da vida. Mesmo sem abordar diretamente o problema do surgimento e partilha dos conceitos científicos, Dietzgen concebe que o método que distingue a verdade do erro é o científico, e que a comprovação de uma verdade teórica se dá pela prática.

Em relação à pretensão metafísica de estabelecer um conhecimento autônomo, de uma realidade “em si” completamente autônoma que seria o fundamento de todos os fenômenos, foi rejeitada por Dietzgen em função da não autonomia da razão, sempre vinculada a algum material sensível, dependente de algum objeto dado de modo sensível. Para Dietzgen, as impressões dos sentidos não são apenas o que é fisicamente palpável, audível, etc, forças imperceptíveis, tais como gravidade, magnetismo e energia elétrica também são materiais.

Este conjunto de definições também foi utilizado por Dietzgen no terreno da moral – definida por ele como um conjunto regras morais as

mais diversas e que se contradizem, cujo objetivo é o de regular as formas de ação dos seres humanos em relação a si mesmos e aos demais no presente e no futuro -. Aqui, o ser humano é sujeito de necessidades, e são elas quem estabelecem a medida das verdades morais, ou seja, são as necessidades humanas que determinam as formas de comportamento dos humanos, “o objeto da determinação moral, da ‘razão prática’ é o *sentimento corporal do homem*. Sobre a diversidade contraditória das necessidades humanas se apoia a diversidade contraditória das determinações morais.” (DIETZGEN, 1975, p. 101).

Desse modo, além da demonstração de que o fundamento de falsidade de uma moralidade eterna consiste em tomar estas formas históricas como absolutas, encontra-se em Dietzgen uma teoria da moral que concorda com o princípio segundo o qual “os fins justificam os meios”, não no sentido de que todos os meios estão justificados *a priori* em relação a determinado fim, mas no sentido de que os meios estão condicionados pelo fim, e com ele devem guardar estrita correspondência.

Por sua vez, no texto RPF de 1887, um ano antes de sua morte, Dietzgen retomou a temática epistemológica que, em seu entender, se constitui no objeto especial da filosofia moderna que se tornou específico: conhecer o método pelo qual a mente é capaz de adquirir conhecimentos, de obter suas representações do mundo.

Baseado em conhecimentos obtidos durante o intervalo de tempo que medeia ambos os escritos, Dietzgen repassou o caminho percorrido pela filosofia e considerou que o cerne da conquista obtida por sua evolução consistiu na “conexão consciente de nossos pensamentos com a vida real”, isto é, o resultado favorável a que chegou a filosofia foi conhecer “a forma monística com que a aparente dualidade do universo opera ativamente no entendimento humano” (DIETZGEN, 1976, p. 19 e 25).

As possibilidades que os seres humanos possuem de conhecer são, ao mesmo tempo, universais e limitadas. Universais pela possibilidade sempre aberta de conhecer, entender e julgar. Limitadas por serem uma força dentre outras, e justamente por estarem entre outras coisas são por elas limitadas.

Dietzgen destaca neste trabalho a importância da linguagem. Se a mente tem a finalidade de fornecer ao ser humano um quadro do mundo, a linguagem

[...] é o pincel da mente. Por sua própria construção pinta a inter-relação universal de todas as coisas [...] dá a cada coisa não somente seu próprio nome, mas, além disso, acrescenta outro que indica sua família, outro que indica sua raça, outro para indicar a espécie, o gênero, e finalmente um nome geral que proclama que todas as coisas integram uma única e

indivisível unidade chamada mundo, existência, universo, cosmos. Esta construção diagramática da linguagem nos proporciona uma ilustração da inter-relação gradual das coisas e do modo como a raça humana chega a seu conhecimento, suas percepções ou representações. (DIETZGEN, 1976, p. 67-68).

É por meio da linguagem que se pode considerar que a função do cérebro também é tão material/real/física quanto qualquer outra, mesmo que o desenvolvimento de um dado campo científico provoque conflitos com os usos da linguagem pela necessidade de criar ou alterar significados de termos, expressões ou palavras já existentes.

Dietzgen denominou esta teoria do conhecimento como uma “lógica ampliada”, na medida em que a lógica tradicional se limita a explicar as formas e as leis do pensamento, e a lógica dialética explica o original do qual o pensamento é um reflexo. Operando com o conceito de totalidade, ele afirma que a natureza é eterna, embora nenhum de seus componentes particulares o seja, daí a afirmação de que “nada é infinito a não ser o próprio infinito” (DIETZGEN, 1976, p. 101). Esta relação da totalidade para com suas partes variáveis inclui, na teoria de Dietzgen, “uma concepção perfeita da mente humana”.

Ao final, Dietzgen concluiu sua exposição oferecendo a seguinte resposta à questão que havia se colocado no início de sua obra sobre o método pelo qual a mente é capaz de adquirir conhecimentos, de obter suas representações do mundo:

Assim, nossa ciência do entendimento acaba culminando na regra: dividirás, subdividirás e voltarás a subdividir taxativamente e ao máximo o conceito universal, o conceito de universo, mas respaldado pela consciência de que esta classificação mental é uma formalidade que o homem busca para sua própria informação, para registrar e situar sua experiência, e continuarás consciente de tua liberdade para melhorar progressivamente a experiência adquirida por ti ao longo do tempo, modificando sua classificação. As coisas são ideias e as ideias nomes e coisas. Ideias e nomes estão sujeitos a contínuo aperfeiçoamento. O movimento estável e a estabilidade móvel constituem a contradição reconciliadora que nos permite reconciliar todas as contradições. (DIETZGEN, 1976, p. 166).

Este conjunto de elaborações resumidamente comentadas, esta crítica da filosofia especulativa e do marxismo mecanicista, pelas implicações políticas nelas contidas, forneceu uma filosofia da ação que influenciou muitas frações situadas na extrema esquerda do leque de concepções do chamado movimento operário e socialista, a exemplo da mencionada escola marxista holandesa que – fundindo-se com a esquerda

formada durante a Revolução Alemã de 1918 ²⁸ – formou a chamada esquerda germano-holandesa, ²⁹ a qual em seu movimento evolutivo foi a predecessora e o principal embrião do que se constituiu posteriormente na corrente conselhistas ou dos comunistas de conselhos,³⁰ em oposição direta aos comunistas e socialistas de partido (respectivamente bolchevismo e social-democracia).

Cumpre-nos a seguir, apresentar e analisar algumas avaliações feitas ao pensamento dietzgeniano antes de proceder a um balanço geral de suas contribuições.

Críticas pertinentes e impertinentes a Dietzgen

Robinson (2011) aponta algumas insuficiências às formulações dietzgenianas contidas em NTHI: 1) no momento em que abordou a relatividade dos opostos tais como verdade e erro, matéria e mente, causa e efeito, parte e todo, meios e fins, Dietzgen apagou distinções importantes contidas nos conceitos rebaixando o nível de complexidade destas polaridades; 2) certas afirmações acerca da materialidade e realidade do intangível foram expressas de modo questionável; 3) O estilo adotado por Dietzgen para expressar suas ideias apresenta-se pontilhado de repetições, bem como deixa transparecer pouca habilidade no padrão de expressão escrita.

Em relação aos dois últimos pontos pode-se argumentar que seria previsível que tais traços – reveladores de uma formação científica com insuficiências – se fizessem presentes em se tratando de um trabalhador manual autodidata, pioneiro na tradição marxista em um campo do conhecimento de tamanha complexidade no qual os próprios fundadores do marxismo não deixaram uma produção nesta temática voltada especificamente para servir de apoio ao seu desenvolvimento da parte de futuros continuadores.³¹ Aliás, como o próprio Robinson (2011) deixa entrever.

²⁸ Sobre a esquerda alemã em 1918 e seus desdobramentos consultar: MEIJER, 1975; AUTHIER, 1975.

²⁹ Para conhecimento das concepções da esquerda germano-holandesa em confronto com o bolchevismo e a social-democracia consultar: KORSCH, GORTER & PANNEKOEK, 2004; MENDONÇA, 2011.

³⁰ Para conhecimento desta corrente política, sob distintos ângulos e perspectivas de abordagem, consultar: MATTICK, 1978; LINDEN, 2004; RACHLEFF, 1976; SHIPWAY, 1987; WRIGHT, 1991; FETTES, 1999.

³¹ Em Marx a temática encontra-se dispersa em vários de seus escritos tais como “Contribuição para a crítica da Economia Política”, “O Capital” e “A ideologia alemã”. O próprio Marx reconheceu esta necessidade ao afirmar que pretendia escrever um livro especificamente sobre Dialética. Engels, por sua vez, produziu duas obras sobre a temática: “Anti-Düring” e “Ludwig

O mesmo não se pode afirmar em relação ao primeiro ponto, pois ele nos remete para um aspecto que continua sendo fonte atual de debates inconclusos no interior do marxismo: o de se avaliar o peso da influência de Hegel e de Feuerbach no pensamento de Marx.

Ao lado de muitas virtudes e qualidades, e da mesma forma que Robinson, Marx e Engels também detectaram as repetições e os problemas de escrita de Dietzgen (MARX; ENGELS, 1973, p. 211). No entanto, a lacuna mais sensível percebida por todos tenha sido o fato de Dietzgen não ter lido Hegel e em nada ter sofrido sua influência para a elaboração de suas formulações. Como afirmou Robinson (2011): “embora seu ponto de partida seja semelhante ao de Hegel, sua dialética não forma um sistema e ignora algumas categorias importantes para a dialética de Marx”.

A filosofia dietzgeniana, sendo uma filosofia baseada tão somente no materialismo de Feuerbach ainda está por ser devidamente cotejada com a dialética idealista hegeliana, o que exigiria ir além dos limites deste artigo. Logo, segue aberto o problema de esclarecer a medida das potencialidades e limites de uma filosofia marxista ancorada em Feuerbach ao invés de Hegel. Para o momento, é possível afirmar que a epistemologia de Dietzgen deve ser recepcionada sem dogmatismos, ser criticada sendo incorporada, e não negada, para ser desenvolvida.

De conteúdo distinto consiste o balanço das contribuições dietzgenianas levado a cabo por Lênin. Escrevendo para o jornal *Pravda* em maio de 1913, por ocasião do vigésimo quinto aniversário da morte de Dietzgen, Lênin o criticou por fazer concessões ao idealismo e ao agnosticismo, ao mesmo tempo em que o elogiou por ser possuidor da “teoria do reflexo” da consciência. Ou seja, a teoria segundo a qual a consciência é apenas o real refletido no cérebro, limitada a refletir o mundo exterior no órgão do pensamento humano:

Dietzgen escreveu que “a teoria materialista do conhecimento está encaminhada a constatar que o órgão humano do conhecimento não irradia nenhuma luminária metafísica, mas que é um pedaço de natureza que retrata outros momentos naturais”. Esta é precisamente a teoria materialista do “reflexo” – na consciência do ser humano se reflete a matéria em permanente movimento e transformação. (LÊNIN, 1975, p. 224).

Trata-se de um duplo erro de Lênin.³²

Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. Pelo contexto em que foram produzidas – a primeira era uma peça de polêmica e a segunda um prefácio - apresentaram um conteúdo de incompletude que lhes deu, segundo Pannekoek, um caráter fragmentário e meramente descritivo. (cf. MENDONÇA, 2011, p. 34).

³² A principal obra filosófica de Lênin foi “Materialismo e Empirio criticismo” escrita em 1908 (LÊNIN, 1990). Para um estudo crítico das concepções filosóficas de Lênin, consultar a obra de Pannekoek: “Lênin Filósofo” de 1938. (PANNEKOEK, 2004).

Erro na crítica, vez que sua concepção de materialismo impossibilitou que, da leitura dos escritos de Dietzgen, Lênin compreendesse que o primeiro ao afirmar que o pensamento pode ser tomado como seu próprio objeto - e com isso abrir a possibilidade para que a filosofia especulativa se separe das impressões sensoriais – estivesse em verdade procurando explicar como o idealismo se manifesta. É justamente essa concepção do pensamento como real que fornece também a chave para a correção do erro tanto de materialistas vulgares quanto de empiristas: “O idealista considera a razão como a fonte de todo o conhecimento, enquanto o materialista olha para o mundo das impressões dos sentidos da mesma maneira. Para resolver a contradição é preciso compreender que essas duas fontes de conhecimento se condicionam reciprocamente.”(DIETZGEN, 1975, p. 92).

Erro no elogio, pois sendo o próprio Lênin portador da “teoria do reflexo”, portanto inserido no campo do materialismo burguês segundo Pannekoek (2004), desconsidera que para Dietzgen a condição de existência e o objeto do pensamento são as impressões captadas pelos sentidos e levadas ao cérebro pela passagem de múltiplos “fenômenos fugazes e polimorfos da natureza e da vida”. (id., *ibid.*, p. 74) sem se limitarem a definir o conteúdo do pensamento. Mais que isso, constituem a “matéria-prima para nossa atividade cerebral.” (p. 69) para serem transformadas em formas de pensamento. O pensamento é ao mesmo tempo ativo na organização do mundo e criador das ideias quando baseadas em uma realidade material. Pensamento que fornece aos sentidos formas de pensamento, e não apenas refletor de uma realidade exterior à mente. Especificamente, o pensamento abstrai da infinidade de interconexões o seu objeto e generaliza a partir da percepção imediata e individual dos sentidos (o “concreto”) em categorias que utiliza para fins de compreensão (o “geral”). Por este motivo, são possíveis diferentes abstrações e generalizações a partir de um determinado conjunto de impressões sensoriais. Em oposição ao materialismo da “teoria do reflexo”, Dietzgen posteriormente descreveu essa sua filosofia com o termo “materialismo dialético”.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o pensamento de Dietzgen em relação ao de Marx e Engels representou um passo adiante nos desenvolvimentos conceituais além do ponto onde seus mentores deixaram inconclusas suas análises, e interrompidos os processos de clarificação de determinados conceitos. Dietzgen, mesmo depois de haver elaborado autônoma e

independentemente o materialismo dialético pouco depois de Marx e Engels, desde que entrou em contato com os trabalhos da dupla, tornou-se um dos seus mais firmes defensores.

Parece se confirmar a posição de Pannekoek, um marxista esquecido, o qual havia sustentado à época do debate sobre o “dietzgenismo” que, do ponto de vista gnosiológico, a contribuição dietzgeniana não goza de independência em relação ao marxismo. Mesmo com imperfeições, as concepções de Dietzgen se integram plenamente no interior do marxismo e dele não podem ser autonomizadas ou mesmo consideradas absolutamente críticas.

Quem se situa no campo do materialismo histórico-dialético pode encontrar na obra de Dietzgen a explicitação filosófica da metodologia que serviu de base para as pesquisas de Marx, isto é, uma epistemologia desenvolvida sistematicamente, uma teoria do conhecimento que não deixou em aberto o problema da consciência, de suas formas, da realidade e da verdade do objeto expressos em formulações claras da essência dos conceitos e das abstrações.

Os aportes marxianos para o estudo da sociedade ficam complementados com o monismo filosófico dietzgeniano (unidade filosófica entre natureza e mente). Ao conceber que a moral e todas as demais manifestações da atividade espiritual do homem são originadas pelo mundo exterior, conduz à ideia de que o espírito é determinado por esse mesmo mundo exterior. Desse modo, Dietzgen – ao equacionar a relação entre pensamento e ser, entre espírito e matéria – conseguiu demonstrar como o ser determina a consciência e isso fez com que ele desse um passo além de Marx, que havia explicado essa determinação sem esclarecê-la, o que reveste seu trabalho de grande atualidade.

Contudo, assim como Pannekoek, Dietzgen hoje é mais um dentre tantos pensadores esquecidos do marxismo. Sem tentar elucidá-las neste espaço e apenas a título de reflexão, algumas hipóteses podem ser levantadas no sentido de compreender tal esquecimento: 1) A experiência problemática do “dietzgenismo” que tisonou a obra de Dietzgen com fortes marcas de positivismo e idealismo, dificultou que as gerações posteriores distinguíssem entre o que seria responsabilidade do autor e o que seria responsabilidade de seus seguidores; 2) o desaparecimento do chamado “movimento operário e socialista” ao longo do século XX com a integração de partidos políticos e sindicatos de trabalhadores ao capitalismo. No âmbito teórico, esta integração assumiu a forma da integração do pensamento marxista pela academia, que em regra atribui, como estratégia de autorreprodução, mesmo involuntariamente, maior relevo a autores desta tradição que tenham conseguido atravessar os

caminhos da escolarização, ao mesmo tempo em que, em relação ao conhecimento adquirido de forma autodidata, adota o procedimento de ressaltar as suas limitações em comparação com os méritos; 3) a derrota e extinção prática (não teórica) dos movimentos, organizações e correntes políticas que se inspiraram em Dietzgen, o que retirou o substrato de verificação concreta dos postulados de sua filosofia. Em sentido inverso, a vitória de correntes político-ideológicas integradas e integradoras ao atual modo de produção destacou e manteve o interesse por autores e concepções antagônicas ao pensamento de Dietzgen.

Ainda que marginalizada, a epistemologia de Dietzgen não despertou apenas interesse histórico nas áreas da filosofia ou do pensamento político. Repercutiu em campos do saber como psicologia, educação, linguagem, marxologia e sistemas de informação.³³

Do ponto de vista sociológico tem valor a noção de que as transformações sociais profundas não resultam somente de ações de força física, mas também de novos pensamentos, novas mentalidades. Ao destacar o papel da consciência nas lutas sociais e colocar em primeiro plano o desenvolvimento da subjetividade previamente a qualquer alteração na materialidade, Dietzgen torna-se uma referência intelectual incontornável para os cientistas sociais preocupados em rejeitar a concepção materialista vulgar de “mente”, definida como simples reflexo da matéria.

E mais, ao congregar um complexo de qualidades inseparáveis tais como consciência, inconsciência, psicologia e racionalidade, a obra de Dietzgen serve de instrumento contra qualquer marxismo simplificado (ao estilo do fatalismo econômico kautskiano) e contra o engessamento do método e dos resultados do materialismo histórico.

Além disso, se consideradas de um ponto de vista de uma sociologia comprometida com transformações sociais profundas, as formulações de Dietzgen oferecem uma contribuição relevante por ressaltarem pelo menos três aspectos: 1) o papel ativo da consciência sobre a realidade, da qual não

³³ Ao resenhar o relançamento nos EUA, em 2010, da primeira tradução para o inglês – feita em 1906 - da sua principal obra de 1869, Robinson assim expressou a atualidade de Dietzgen: “[...] mais do que interesse meramente histórico. Há várias ideias em NTIH que são importantes em si mesmas. Em primeiro lugar, o monismo dialético de Dietzgen o capacitou a desenvolver uma teoria do conhecimento que ele usou para atacar a ideia de que há aspectos do mundo que são incognoscíveis. Mais tarde, ele a usou para criticar a emergente escola neo-kantiana, na Alemanha. Em segundo lugar, sua insistência sobre a necessidade de uma teoria da mente, bem como dos pontos de atividade cerebral como necessários para uma psicologia crítica, em um momento em que a disciplina sequer existia. Sua afirmação da materialidade do pensamento sustenta isso e permite-lhe dar uma explicação materialista para o pensamento especulativo. Finalmente, a explicação de Dietzgen sobre os processos de abstração e generalização na formação de conceitos continua a ser de ampla aplicação.” (ROBINSON, 2011)

é o reflexo e sim o próprio conteúdo; 2) a importância da teoria, como apreensão e transformação radical da realidade, conseqüentemente rechaçando qualquer empirismo reducionista; 3) a relatividade da teoria, que muda de acordo com a mudança da “matéria social”.

Assim, de acordo com um posicionamento sociológico que concebe que o agente da evolução social é a luta de classes, e que essa luta corresponde a modificações no meio material da sociedade (tecnologia, produção, maquinaria, modos materiais de vida), Dietzgen nos mostra que tal luta deve se situar a um nível *consciente*. Os seres humanos devem *pensar* as transformações antes de as realizarem, por tratar-se de um processo que depende simultaneamente do desenvolvimento da consciência de classe e da organização da produção material da vida. Por tal concepção, as lutas sociais são o produto tanto da experiência cotidiana quanto do desenvolvimento da subjetividade.

Entretanto, a ênfase nos aspectos subjetivos não nos autoriza a proceder como Collins (2009) que opera um enquadramento sociológico unificado da perspectiva weberiana e marxista na chamada “tradição do conflito”, por tratar-se de enquadramento puramente intelectual, que desconsidera que a fenomenologia e o materialismo histórico-dialético, constituem-se em metateorias que adotam pontos de partida opostos. Menos ainda assumir a posição pós-moderna de negação de validade a quaisquer metateorias.³⁴

Não se trata de colocar barreiras intransponíveis ao diálogo entre cientistas sociais identificados com epistemologias diversas – dado que sempre é possível encontrar desenvolvimentos enriquecedores para o trabalho científico de desvendar o funcionamento social, de compreender e explicar os processos sociais – mas, no caso da filosofia política de Dietzgen, de como pode o conhecimento melhor contribuir para transformar a sociedade.

Referências

AUTHIER, Denis. **A Esquerda Alemã 1918-1921: “Doença infantil” ou Revolução?**. Porto: Afrontamento, 1975.

BLUNDEN, Andy. **Joseph Dietzgen (1828-1888) Biography**. MIA [s.d]. Disponível

³⁴ Para uma crítica sintética e bem humorada ao pensamento pós-moderno consultar: EAGLETON, 1998.

em:<<http://www.marxists.org/glossary/people/d/i.htm#dietzgen-joseph>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAVO, Gian Mario; MALANDRINO Corrado. **Socialismo e Comunismo**. 2ª ed. Milano: Franco Angeli, 1990.

DIETZGEN, Eugen. *Joseph Dietzgen por E. Dietzgen*. In: **La esencia del trabajo intelectual humano**. Madrid: Fundamentos, 1977, p. 131-160.

DIETZGEN, Joseph. **La esencia del trabajo intelectual**. Salamanca: Sígueme, 1975.

_____. **La resolución positiva de la Filosofía**. Barcelona: Laia, 1976.

_____. *Carta a Marx*. In: MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 203-206.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FETTES, Neil. **Council communism**. 1999. Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/left-wing/1999/council-communism.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

GAMBONE, Larry. *Cosmic dialects, The libertarian Philosophy of Joseph Dietzgen*. In: **The Nature of Human Brain Work**. Oakland: PM Press, 2010, p. 115-136.

HAYMARKET MASSACRE ARCHIVE. Disponível em: <
http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/haymarket/Haymarket.html>. Acesso em: 23 out. 2011.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KORSCH, Karl; GORTER, Herman; PANNEKOEK, Anton. **La izquierda comunista germano-holandesa contra Lenin**. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *En el 25 aniversario de la muerte de Joseph Dietzgen*. In: DIETZGEN, Joseph. **La esencia del trabajo intelectual**. Salamanca: Sígueme, 1975, p. 223-225.

_____. **Materialismo e Empiriocriticismo**. São Paulo: Mandacaru, 1990.

LINDEN, Marcel van der. **On council communism**. 2004. Disponível em: < <http://www.marxists.org/subject/left-wing/2004/council-communism.htm> > Acesso em: 24 out. 2011.

MALANDRINO, Corrado. **Scienza e Socialismo**. Milano: Franco Angeli, 1987.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Correspondencia**. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973.

MATTICK, Paul. **Anti-Bolshevik Communism**. London: Merlin Press, 1978.

MEIJER, Henk Canne. **Movimiento de los Consejos Obreros en Alemania (1917-1921)**. Madrid: ZYX, 1975.

MENDONÇA, José Carlos. **Além de partidos e sindicatos: organização política em Anton Pannekoek**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MIA – MARXISTS INTERNET ARCHIVE. **Dicionário Político: verbete “Congresso da Haia”**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/congresso_hai_a.htm> Acesso em: 22 out. 2011.

PANNEKOEK, Anton. *Situación y significación de la obra de Joseph Dietzgen. (1902)*. In: DIETZGEN, Joseph. **La esencia del trabajo intelectual**. Salamanca: Sígueme, 1975, p. 205-222.

PANNEKOEK, Anton. *Lênin Filósofo*. In: KORSCH, Karl; GORTER, Herman; PANNEKOEK, Anton. **La izquierda comunista germano-holandesa contra Lenin**. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2004, p. 257-382.

RACHLEFF, Peter J. **Council Communist Theory**. 1976. Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/left-wing/1976/revolutionary-theory.htm>> Acesso em: 24 out. 2011.

ROBINSON, Bruce. [Review of book: *The Nature of Human Brain Work: An Introduction to Dialectics*]. In: **Marx & Philosophy Review of books**, 2011. Disponível em: <<http://marxandphilosophy.org.uk/reviewofbooks/reviews/2011/276>> Acesso em: 12 maio 2011.

SHIPWAY, Mark. **Council communism**. 1987. Disponível em: < <http://www.marxists.org/subject/left-wing/1987/council-communism.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

WRIGHT, Steve. **Revolutionary Traditions: Council Communism**. 1991. Disponível em: < <http://www.marxists.org/subject/left-wing/1991/revolutionary-traditions.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

UMA CRÍTICA SEMINAL AO KEYNESIANISMO

MATTICK, Paul. *Marx e Keynes, os limites da Economia Mista*. Lisboa: Antígona, 2010, 496 p.

A crise no capitalismo mundial em 2008 produziu ao menos um pequeno subproduto favorável ao leitor de língua portuguesa em Portugal. Impulsionou a publicação, com 40 anos de atraso em relação ao original em inglês de 1969, de *Marx e Keynes, os limites da Economia Mista* (MK), obra que critica pela raiz as proposições e ideias do maior ideólogo da economia mista John Maynard Keynes (1883-1946). Terminou para os portugueses em 2010, o que para os franceses havia terminado em 1972, e para os dinamarqueses em 1973.³⁵

Escrita por Paul Mattick (1904-1981) – um operário alemão autodidata emigrado para os EUA – que anunciou logo na introdução que sua tese era demonstrar o caráter efêmero da solução proposta pelo keynesianismo aos problemas econômicos do mundo capitalista, bem como que as condições que possibilitavam tal eficácia passageira estavam por desaparecer. Considerando que a crítica marxiana da economia política ganhava nova importância pela “capacidade de compreender e transcender simultaneamente a ‘velha’ e a ‘nova’ economia”, Mattick se propôs nesse livro a “submeter a teoria e a prática keynesianas a uma crítica marxista, e, para além disso, tentar explicar os acontecimentos e tendências políticos e econômicos com a ajuda da análise marxiana.” (p. 8)

Para comprovar suas teses, Mattick estruturou MK em vinte e duas partes, mas alertou ao leitor não se tratar de um livro apresentado “na forma de uma narrativa encadeada: algumas das suas partes foram escritas em ocasiões diversas e em diferentes épocas. Mas todas elas são indispensáveis e referem-se ao tema único da economia mista e às diferenças entre Marx e Keynes.” (p. 8)

Mattick inicia por apresentar os pontos característicos da escola de economia keynesiana, que foi adjetivada de “socialista” pelos neoclássicos e de “marxismo da nossa época” por “socialistas inconsistentes” que “tentaram amalgamar Marx com Keynes” afirmando que a descrença de Marx quanto ao futuro da sociedade burguesa devia-se “a sua incapacidade ou relutância de criticar os clássicos em termos *construtivos*. E que Keynes

³⁵ A menção à tradução de MK para o dinamarquês não é fortuita. Foi da Dinamarca que partiu o convite para que Mattick realizasse uma série de conferências na Universidade Roskilde, instituição em que posteriormente se tornou professor visitante no ano letivo de 1974-75.

concretizara as aspirações de Alfred Marshall de um capitalismo reformado e melhorado.” (p.10) No entanto, Mattick reconhece uma conexão necessária entre os dois, pois Marx antecipou a crítica de Keynes da teoria neoclássica ao criticar a teoria clássica, ambos reconheceram o dilema capitalista numa situação de baixa da taxa de formação de capital. Mas Keynes apontou a causa como carência de incentivo ao investimento, e Marx foi à raiz do dilema: “o caráter da produção enquanto *produção de capital*.” (p. 34).

Na concepção de Mattick, que admite muita dificuldade em considerar que as teorias de Keynes tenham revolucionado o pensamento econômico, aquelas são uma versão “moderna, repensada, e possivelmente, aperfeiçoada” (p. 21) da teoria da acumulação de Malthus (1766-1834). Mas revela que o termo revolucionário pode ser tranquilamente aplicado se for utilizado no sentido de ter produzido resultados teóricos distintos do que produzia o pensamento econômico contemporâneo à sua elaboração. Tal aparência revolucionária deveu-se ao modo como Keynes rejeitou a “lei do mercado” de J. B. Say (1767-1832)³⁶ e não às propostas Keynesianas para suavizar os problemas da economia por meios monetários.

Dialogando criticamente com autores marxistas como Paul Sweezy (1910-2004), Rudolf Hilferding (1877-1941), Karl Korsch (1886-1961), e Rosa Luxemburg (1871-1919), Mattick percorre a teoria do desenvolvimento do capital, ou lei do valor-trabalho, de Marx, e perpassa as categorias marxianas fulcrais para o entendimento do sistema capitalista e sua dinâmica. Embora esclareça, citando o próprio Marx, tratar-se de um esquema abstrato, um instrumento metodológico para captar o que não está aparente na realidade imediata, as interconexões internas do desenvolvimento do capital. Insuficiente para possibilitar previsões sobre o mundo real, sequer com poder explicativo sobre as crises a ponto de dispensar a necessidade de colher empiricamente dados “da produção capitalista, da concorrência e do crédito”. (p. 85) Esta permanente atenção em explicitar a distinção entre modelo e realidade fez com que Mattick interpretasse o pensamento de Marx sem qualquer conteúdo apologético.

Preocupado em observar o desenvolvimento do capitalismo enquanto um processo contínuo e regular, portanto fora de seus momentos de alterações intensas de expansão e contração, a interpretação mattickeana de Marx situa as crises como parte desta normalidade. Em tais momentos de regularidade, observa-se uma pequena taxa de acumulação

³⁶ Resumidamente, a lei do mercado de Say afirma que para se ter uma fundação efetiva para demanda é derivada de uma prévia fonte de oferta. Keynes interpretou que “a oferta automaticamente cria demanda”. Mattick nos lembra que, para Marx, a lei de Say era absurda pela “[...] discrepância crescente entre as exigências de lucro para a expansão do capital e as exigências produtivas da sociedade [...]” (p. 34).

que oculta “as múltiplas convulsões e lutas sociais que envolve.” (p. 116)
Assim, para Mattick, as crises capitalistas são

[...] o modo específico como se dá a acumulação de capital no quadro do mercado concorrencial em que as inter-relações da produção capitalista como um todo se impõem por si próprias, por via da crise. [...] sendo a auto-expansão do capital, o factor determinante do desenvolvimento, a “lei do valor” revela-se cada vez menos em termos de flutuações quotidianas de preços no mercado; ela exige, sim, uma crise generalizada. [...] E é justamente porque é preciso uma crise para restabelecer as proporções necessárias à continuação da formação de capital que os vários elementos de crise se acumulam em cada período de expansão sem serem detectados nem combatidos. (p. 116-117).

Pela perspectiva marxiana, Mattick demonstra que as teorias que explicam as crises por fatores como subconsumo ou superprodução de mercadorias, estão restritas a descrever “o aspecto exterior dos mecanismos da crise capitalista” (p. 126), dado que as flutuações do poder de compra são determinadas pelo ciclo econômico, e não o inverso. Na verdade, esta contradição entre produção e consumo segundo Marx, frisa Mattick, apenas pode ser eliminada, temporariamente, pelo aumento da acumulação de capital.

Ao enxergar na teoria do valor de Marx do desenvolvimento capitalista, uma teoria que é ao mesmo tempo “uma teoria geral da acumulação e uma teoria especial da crise”, Mattick afirma que ambas apenas podem ser analisadas conjuntamente. E, contra os que vislumbram um “catastrofismo” em Marx, ou a visão de que teria ele teorizado sobre uma “crise final”, Mattick expõe uma concepção que articula teoria/prática/crise/luta de classes/revolução:

Embora a lei geral da acumulação mostre os limites históricos do capitalismo, não é possível dizer quando é que esses limites serão atingidos [...] Mas, uma vez que o capitalismo é assediado por crises com um grau de destrutividade cada vez maior, as convulsões sociais suscitadas por qualquer delas poderão – com sorte – conduzir a acções sociais passíveis de por fim ao sistema capitalista. Com a ascensão do capitalismo, surgiu também uma nova classe de trabalhadores industriais. Se estes trabalhadores tomarem consciência da sua situação de classe e da obsolescência histórica do capitalismo, não é inconcebível que decidam abolir as suas próprias condições de exploração e de privação e derrubem o sistema capitalista por meios políticos. Isto não só não é inconcebível, como, em certa medida, ocorreu mesmo, expressando-se no aparecimento de um movimento operário anticapitalista. [...] Numa palavra, Marx não previa um colapso ‘automático’ ou ‘económico’ do capitalismo. Só a força das acções revolucionárias poderia mostrar se uma situação de crise particular iria ser a ‘crise final’ do capitalismo. (p. 133-134).

O caráter altamente abstrato da análise marxiana do capital, não impediu que ela demonstrasse elevada capacidade de previsão. O desenvolvimento do capitalismo seguiu as grandes linhas previstas por Marx, que por isso nunca foi negado. O que existe, de acordo com Mattick, são outras explicações fornecidas para estas tendências. Keynes representa uma destas explicações, posto que aclara a tendência de produção do capital no “longo prazo” (as aspas são de Mattick) diferentemente de Marx, porém na descrição da “tendência em si mesma e das condições de crise observáveis” (p. 145), sua discrepância com Marx se resume à perspectiva e à terminologia empregada.

Ao longo dos capítulos de MK, Mattick apresenta-nos um Keynes defensor da teoria neoclássica, mas partidário do protecionismo sempre que os interesses britânicos estivessem em questão (p. 164-166); alguém que aceita as conclusões de Marx sem o afirmar e procura, em nome da conservação das relações de produção existentes, remediar as contradições identificadas “por intervenções conscientes no mecanismo de mercado” (p. 173).

Por outro lado, o Marx interpretado por Mattick, foi alguém que concebeu a teoria menos como fundamento lógico de ações políticas de seu tempo, e mais como ferramenta de identificação da tendência geral do desenvolvimento do capitalismo no exato momento de sua expansão internacional. Alguém cujas previsões políticas ainda não se realizaram, e que não imaginou que o próprio “marxismo” se transformaria em ideologia legitimadora do capitalismo de Estado, acelerador, pela via política, da concentração e centralização próprias da acumulação competitiva do capital.

Após aclarar o leitor que a economia mista é na verdade uma economia na qual o Estado intervém, sendo esse dirigismo estatal que a caracteriza e não a propriedade pública, Mattick esquadrinha a economia mista percorrendo a elucidação de sua dinâmica pela compreensão da relação entre moeda e capital; as contraditórias relações com a tecnologia, automação e cibernética; a imbricação com a geopolítica. Tal profundidade analítica vem entremeada com a exposição de contraposições de ultrapassagem do capitalismo tais como a importância dos ócios sem necessidades, a centralidade da ação política para resolver o grau de ciberneticização, a eliminação do caráter capitalista do comércio. Para Mattick, uma economia mista próspera apenas se sustenta temporariamente ou enquanto transição entre o *laissez-faire* e o capitalismo de Estado (p. 245).

Por fim, o capitalismo de Estado como modelo de desenvolvimento econômico, o imperialismo como imperativo da expansão, as ambiguidades

de Marx como senda para a social-democracia e o bolchevismo, a formação de uma nova classe capitalista além da burguesia, o papel do proletariado e as possibilidades de superação do capitalismo são temas que, por razões de espaço, apenas registramos para realçar o alcance da obra.

Produzida pela editora Antígona, esta bem cuidada edição de MK vem acompanhada de índice remissivo e nos brinda com um sofisticado posfácio, de autoria de Jorge Valadas, que proporciona ao leitor o conhecimento da trajetória biográfica e intelectual de Mattick.

Valadas nos informa que o filho de imigrantes pobres da Pomerânia (região na costa sul do Mar Báltico que hoje pertence à Polônia), adere à Liga Espartaquista de Rosa Luxemburg em 1918, aos 14 anos, e participa ativamente na revolução alemã. Sempre na linha de frente das greves, combates insurrecionais de rua e levantes, liga-se ao KAPD ³⁷ em 1920, aos 16 anos. O refluxo da revolução, aliado ao crescimento do nacional-socialismo e da repressão às tendências mais radicalizadas, tornam muito difíceis as condições de militância, sobrevivência material e integridade física de Mattick. Em 1926, aos 22 anos, ele decide emigrar para os EUA.

Nos EUA, Mattick combinou o trabalho como operário metalúrgico, a militância junto ao IWW ³⁸, o estudo aprofundado, principalmente de Marx, e a produção teórica. Envolveu-se no movimento dos desempregados pós-crise de 1929, e, a partir de 1934, seu trabalho de escritor coloca-o na condição de diretor de revistas teóricas das correntes comunistas antibolcheviques nos EUA até 1943. ³⁹

Durante a guerra fria, Mattick se vê obrigado a sair do meio industrial, retirando-se com sua mulher e filho para uma propriedade rural no extremo nordeste dos EUA (Vermont).

Apenas em fins dos anos 1960, Mattick será retirado de seu isolamento forçado em função do renovado interesse pelas concepções do comunismo antiautoritário. A partir de então, e até a sua morte em 1981, aos 77 anos, realizou palestras pela Europa e América relacionadas a temas como “história do movimento operário e da relação entre fascismo e crise capitalista” (p. 437).

³⁷ Sigla em alemão do Partido Comunista Operário da Alemanha, organização de caráter antiparlamentar e crítica do sindicalismo integrador.

³⁸ Sigla em inglês de *Industrial Workers of the World* (Trabalhadores Industriais do Mundo), sindicato internacionalista de orientação revolucionária fundado nos EUA em 1905 e existente até os dias de hoje com seções em alguns países. Seus militantes são denominados *nobbles*.

³⁹ Sucessivamente: *Internacional Council Correspondence* (Correspondência Conselheira Internacional) de 1934 a 1937, *Living Marxism* (Marxismo Vivo) de 1938 a 1941, e *New Essays* (Novos Ensaios) de 1942 a 1943.

Chegados a este ponto, surge uma explicação crível para ajudar a entender como uma obra tão importante permanece inédita para o leitor brasileiro após 42 anos.

Assim como uma materialidade revolucionária vivida estabelece na subjetividade de um trabalhador da Siemens (cujo único certificado é o de operário metalúrgico fornecido pelo centro de formação dessa empresa em Berlim em 1923), certos pressupostos que fazem com que pessoas participantes das grandes lutas anticapitalistas da segunda metade da década de 1960 e primeira metade da década de 1970 queiram debatê-los; uma materialidade sindicalista vivida estabelece na subjetividade de um trabalhador da Villares (com certificado de torneiro mecânico fornecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI), certos pressupostos que fazem com que pessoas participantes de lutas pela inclusão democrática e pela integração social e econômica no capitalismo, no mesmo período mencionado, queiram transformá-lo em líder maior desse processo de integração.

Portanto, não se trata de conhecer falsos remédios que transitoriamente prolongam a saúde do capital, mas de encontrar novas medicações para que o capital possa se curar de algumas mazelas sem precisar morrer. E como, no Brasil, muita energia e iniciativas foram despendidas para o segundo caso, faz sentido pensar que as energias e recursos para o primeiro caso permanecem insuficientes para editar livros de leitura obrigatória, como este “Marx e Keynes” de Paul Mattick.

PREFÁCIO AO LIVRO “ROSA LUXEMBURGO E A AUTOGESTÃO SOCIAL”

Como frequentemente sucede com autores revolucionários, o reconhecimento institucional de suas vidas e obras costuma acontecer, se acontecer, após a sua morte e, em regra, de modo distorcido e negador do conteúdo de seu pensamento. Para escapar desta característica, quem procura conhecer, se aprofundar e desenvolver as ideias e as práticas de um pensador revolucionário, as alternativas possíveis tem sido recorrer a escritos esparsos e marginais, traduções precárias e a comentaristas desconhecidos ou igualmente marginalizados. Pelo menos em termos de Brasil, historicamente tem sido o caso de Rosa Luxemburg, cuja obra esteve durante anos relegada a círculos restritos de simpatizantes, de militantes ou de estudiosos.⁴⁰

Por ampla gama de aspectos, trata-se de uma injustiça com esta polonesa de nascimento e participante ativa da Revolução Alemã de 1918. Dois em especial merecem aqui serem destacados.

Em primeiro lugar, Rosa percebeu com acuidade que a efetivação da máxima marxiana “a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores” implica o desenvolvimento de ações autônomas de massas e que estas por sua vez exigem formas de organização distintas das consagradas pelo bolchevismo.⁴¹

Igualmente merece relevo a manutenção por parte de Rosa da perspectiva da totalidade dialética, pois em seus escritos e em sua prática não cindiu organização, esclarecimento e luta em momentos separados. Isto significa que, segundo Luxemburg, a centralidade se situa na ação espontânea das massas e não no produto teórico da cabeça genial de um dirigente.

Este livro de Nildo Viana contribui para minimizar tal injustiça em relação a Rosa Luxemburg ao mesmo tempo em que auxilia na difusão de seu pensamento.

Escrito a partir da versão ampliada de palestra proferida em junho de 2009, durante o Seminário Internacional “A Teoria Política de Rosa

⁴⁰ Somente em 2011 a obra de Rosa foi editada de forma abrangente e recebeu uma tradução de alto nível, com a publicação pela editora da UNESP de seus textos escolhidos em três volumes, organizados por Isabel Loureiro.

⁴¹ Pela concepção de Lênin, o bolchevismo se define como uma prática política e organizativa que busca recrutar partidariamente os indivíduos politicamente ativos do proletariado, ou seja, sua vanguarda, agrupando-os no partido juntamente com intelectuais. A este organismo ficavam atribuídas as tarefas de conquista e exercício do poder de Estado, enquanto à classe reservava-se o papel passivo circunscrito ao âmbito econômico. Por esta acepção a ideia de práxis política fica resignada à ação de dirigentes, a quem a classe deveria seguir e subordinar-se.

Luxemburgo”, realizado na cidade de Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte, e organizado pelo Departamento de Ciências Sociais e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal daquele estado (UFRN). Foi neste evento - voltado para a criação de um espaço de debate e reflexão sobre as contribuições de Rosa Luxemburg no âmbito da teoria política, com o objetivo de despertar o interesse para a importância de suas análises sobre os fenômenos políticos, e que contou com a presença de figuras de renome internacional para estabelecer uma interlocução de alto nível no exame das concepções de Rosa sobre democracia, participação, autodeterminação popular, revolução e socialismo – que tivemos a oportunidade de compartilhar uma mesa redonda com a mesma denominação que intitula este livro.

Pesquisador dotado de dilatada iniciativa e autonomia intelectuais, Nildo Viana edificou uma estrutura conceitual própria, com a qual se pode concordar ou discordar, e a utiliza para analisar os vínculos do pensamento de Rosa com a transformação radical da sociedade. Do manejo dos próprios conceitos explicativos elaborados resulta uma análise rica, mesmo se considerado o inconveniente da excessiva autocitação que compele o leitor mais escrupuloso a possuir certa familiaridade com os escritos do autor.

Assim, em um esforço metodologicamente comprometido com a aplicação do materialismo histórico-dialético ao próprio materialismo histórico-dialético, Nildo Viana nos fornece uma interpretação do pensamento luxemburgueano que enfatiza sua coerência, que averigua como Rosa concebeu a sociedade comunista, que afere o teor revolucionário de suas críticas, que aponta seus méritos e os coloca em perspectiva.

Ademais, pelas lentes de Nildo podem-se enxergar as limitações do pensamento de Rosa ao não perceber o aparecimento dos Conselhos Operários e de uma nova classe social capitalista, ao criticar de modo incompleto as organizações burocráticas, ao formular de modo controverso sobre a acumulação capitalista, ao se posicionar diante da democracia representativa, ao se manter atada ao modelo partidário da II Internacional (partido de massas). Embora, quanto a este último aspecto, Nildo Viana se absteve de indicar que foi precisamente este o principal ponto que permitiu a apropriação do pensamento de Rosa tanto pelo bolchevismo quanto pela social-democracia, justamente pela defesa que Luxemburg elaborou de um partido policlassista, seja no programa, seja em sua composição.

O polêmico também reluz da interpretação de Nildo Viana. Afirmações tais como a de que Rosa entendia o comunismo como

autogestão social, ou de que ela teria integrado a corrente dos comunistas de conselhos caso tivesse vivido o suficiente para tal, podem ensejar elucidativos debates.

Posto isso, deixemos à perspicácia do leitor a descoberta de outras tantas possibilidades que a leitura deste livro poderá oferecer.

Contudo, se é possível que Rosa seja a pensadora e ativista revolucionária que mais concentrou em sua obra a tensão resultante das relações entre organização/espontaneidade, vanguarda/massas, classe/partido, não restam dúvidas de que tais tensões encontram-se devidamente valorizadas neste trabalho de Nildo Viana.

José Carlos Mendonça
Junho de 2012.

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA DO LIVRO “OS SOCIALISTAS REVOLUCIONÁRIOS DE ESQUERDA NA REVOLUÇÃO RUSSA: UMA LUTA MAL CONHECIDA”

Ao vencedor as batatas.⁴² E a condição de escrever a história como lhe aprouver.

Negar às gerações do futuro uma apreciação menos unilateral sobre acontecimentos do passado tem sido uma tentação irresistível para quem se apropriou do poder após duros processos de enfrentamento. No caso da Revolução Russa de 1917 - parte mais sensível de um processo revolucionário europeu único desencadeado pela I Guerra Mundial (1914-1918) - iniciada quando a frente russa derrocou e a insurreição bolchevique triunfou, a corrente política que se apropriou do poder esteve muito distante de se constituir em exceção.

Assim, documentos que possibilitem conhecer a História da Revolução Russa por fontes outras que não as da historiografia oficial ligada aos vencedores,⁴³ contribuem para uma nova reflexão de conjunto do processo revolucionário e em seus desdobramentos posteriores.

Mesmo ideólogos e apologistas do bolchevismo admitem que os bolcheviques foram, passo a passo, eliminando todas as outras correntes que com ele lutaram pelo fim do regime dos tsares. O que a ideologia e a apologia não revelam é que, em escala crescente, as justificativas utilizadas foram perdendo base real na medida em que as etapas do processo avançavam no sentido de assegurar o monopólio do poder pelo Partido Bolchevique e para que este aplicasse a sua ditadura sobre todas as novas instituições revolucionárias, em especial sobre os soviets (conselhos) de operários, camponeses e soldados. Tal escalada culminou com as mais grosseiras falsificações do período Stálin.

Uma combinação de artifícios foi utilizada para obtenção deste resultado de eliminação de adversários *internos ao campo da revolução socialista*. E se o conhecimento de tais artifícios é válido desde suas origens, conhecê-

⁴² Alusão a trecho do romance *Quincas Borba*, publicado em 1891, de Machado de Assis. Quincas Borba é um filósofo que sintetiza sua filosofia pelo seguinte exemplo: duas tribos famintas diante de um campo de batatas suficientes apenas para alimentar um dos grupos. Com as energias repostas, os vencedores podem transpor as montanhas e chegar a um campo onde há uma grande quantidade de batatas. Então, Quincas Borba finaliza: "Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas". Quincas Borba comenta ainda: "A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação". Assim, o desfrute das batatas pelos vencedores simplifica ao máximo o preceito básico de que, na luta pela sobrevivência, quem vence é o mais forte.

⁴³ A tardia oposição encabeçada por Trotsky não pode ser excluída do campo dos vencedores, pois se tratou de uma derrota pelo controle dos aparelhos do partido e do Estado. Por tentarem se colocar como "mais bolcheviques que o bolchevismo" assumiu a feição de uma oposição "oficial", expressão de uma confluência e partilha das mesmas premissas do bolchevismo oficial.

los em suas primeiras manifestações oficiais, do momento em que adquirem a força de ações de Estado, e a partir de fontes vindas de um tipo de vencidos a quem não se aplica a elástica acusação de contrarrevolucionário, torna-se crucial.

Não se trata, portanto, de forças políticas vencidas em etapas anteriores do processo, como as correntes liberais (caso dos Constitucionais Democratas - Cadetes) ou da esquerda reformista, impedidas de existirem enquanto forças de oposição legal após a queda dos governos provisórios instaurados a partir de fevereiro de 1917 (caso dos mencheviques e socialistas revolucionários de direita), tampouco dos anarquistas (que muito cedo conheceram as prisões bolcheviques e na sequência conheceram na Ucrânia a tragédia do massacre do exercito negro a traição pelo exército vermelho).⁴⁴ Trata-se de uma corrente político-partidária que não era adversária da Revolução de Outubro, nem dos soviets e nem mesmo, em uma primeira fase do processo, dos próprios bolcheviques. Com tais características, a única corrente existente na Rússia à época era o Partido dos Socialistas-Revolucionários de Esquerda (internacionalistas) – PSRE.

A obra que o leitor brasileiro, pela primeira vez, tem à sua disposição abrange o período que compreende os primeiros nove meses do governo revolucionário (outubro de 1917 a julho de 1918), escrita por integrantes do PSRE que conseguiram sobreviver à repressão bolchevique. Está composta por dois textos: o primeiro, de autoria coletiva, se intitula *A Rússia Socialista (acontecimentos de julho de 1918)* e o segundo, de autoria de Isaac Steinberg, primeiro Comissário do Povo (Ministro) da Justiça da Rússia Soviética, intitulado *Por que somos contra a paz de Brest-Litovsk*.⁴⁵

Além destes dois textos, foram também traduzidos por Plínio Augusto Coelho o prefácio e o posfácio da edição francesa de 1983, o primeiro da autoria de G. Bedrossian e o segundo de autoria de Guy Sabatier, que nos fornecem além da devida contextualização com

⁴⁴ Trata-se da *makhnovtchina* ou Movimento Makhnovista. Leva o nome de seu principal expoente, Nestor Makhno (1891-1935). Baseados em forças armadas de tipo guerrilheiro, combateram ao mesmo tempo o exército alemão, o exército branco e o exército vermelho, chegando a controlar uma área de 150.000 km² com uma população aproximada de 10.000.000 de habitantes. Aplicaram na prática parte das concepções do comunismo libertário em cerca de um terço dessa área.

⁴⁵ Acordo assinado pela Rússia Soviética com os chamados “impérios centrais” (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Império Turco-Otomano) em 3 de março de 1918 na atual cidade Bielorrussa de Brest (antiga Brest-Litovsk) em que, em troca de territórios (Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Bielorrússia e Ucrânia, distritos turcos de Ardahan e Kars e distrito georgiano de Batumi) se reconhecia a retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Estes territórios continham um terço da população da Rússia, metade de sua indústria e 90% de suas minas de carvão. As implicações internas e internacionais desse tratado para a revolução europeia são objeto do texto de I. Steinberg.

informações complementares, esboços analíticos para uma crítica do PSRE livre da perspectiva bolchevique.

Vale ressaltar o compromisso de *Éditions Spartacus*, a editora francesa, de retirar de um esquecimento de 65 (sessenta e cinco) anos estes documentos. Fundada em 1936 por René Lefreuve, militante e editor até a sua morte em 1988. Desde então a editora é administrada pela Associação *Les Amis de Spartacus* (Os Amigos de Spartacus) que mantém a linha editorial caracterizada pela divulgação de conteúdos que impulsionem o pensamento crítico e transformador de modo radical e independente.⁴⁶

Em seu posfácio, Sabatier corretamente nos alerta que estes dois documentos constituem uma contribuição para o esclarecimento das posições do PSRE, mas que estão longe de significar uma história geral do PSRE na Revolução Russa, tarefa que continua por se realizar. Registremos de passagem alguns estudos que, depois de sua publicação em 1983, apareceram no mundo acadêmico anglo-estadunidense que ajudam a minimizar esta lacuna e constituem indicações para o leitor interessado em ampliar conhecimentos sobre o tema.

Em 1990, a Editora da Universidade do Estado de Ohio nos EUA publicou *The Socialist Revolutionaries and the Russian anti-war movement, 1914-1917* (Os Socialistas Revolucionários e o movimento antiguerra na Rússia, 1914-1917) de autoria do Professor da Universidade de Auburn, Michael Melancon, que aborda, em termos programáticos e de atividades práticas, o trabalho dos socialistas-revolucionários durante o período que abrange do início da I Guerra Mundial até a Revolução de Fevereiro de 1917.

Em 2007, o Professor Francis King traduziu e compilou para a *Socialist History Society* (Sociedade de História Socialista) do Reino Unido uma série de 47 (quarenta e sete) documentos dos SR elaborados durante o ano de 1917 e reunidos sob o título *The Narodniks in the Russian Revolution - Russia's Socialist-Revolutionaries in 1917* (Os Narodniks na Revolução Russa - Socialistas-Revolucionários da Rússia em 1917).

Em 2011, dois trabalhos apareceram de ambos os lados do Atlântico Norte.

A Obra *Captives of revolution: the socialist revolutionaries and the Bolshevik dictatorship, 1918-1923* (Prisioneiros da revolução: os socialistas revolucionários e a ditadura bolchevique, 1918-1923), publicada pela Editora da Universidade de Pittsburgh (EUA) e de autoria de Scott B. Smith, Professor do *Linfield College*, que analisa o período iniciado pelos dois documentos aqui publicados e apresenta tanto um quadro convincente da derrota dos SR quanto uma reflexão mais profunda do

⁴⁶ Sobre a trajetória histórica desse esforço editorial consultar <http://atheles.org/spartacus/page/historique.html>

significado da dinâmica política da guerra civil para a história soviética posterior.

Por sua vez, em *The socialist alternative to Bolshevik Russia: the Socialist Revolutionary Party, 1921 – 1939* (A alternativa socialista para a Rússia Bolchevique: o Partido Socialista Revolucionário, 1921 – 1939), publicado pela Editora Routledge, a autora, Elizabeth White, Professora da *University of Ulster* (Irlanda do Norte), examina as atividades e a vida intelectual dos SR que se encontravam exilados na então Checoslováquia mas continuavam a observar e a comentar os desenvolvimentos da cena política na Rússia.

Quanto ao conteúdo dos dois documentos ora publicados, torna-se possível conhecer as razões que levaram o PSRE a romper com o Governo Soviético, que integravam em coalizão com o Partido Bolchevique e no qual ocupavam 07 pastas ministeriais (comissariados do povo), além de serem expostas, uma a uma, todas as questões palpitantes daquele momento: o Tratado de Paz de Brest-Litovsk, a insurreição fracassada de julho de 1918, o debate sobre a pena de morte e a política do governo revolucionário diante dos camponeses são alguns dos temas que o leitor conhecerá pela perspectiva e pelas próprias palavras daqueles que venceram reacionários e contrarrevolucionários, mas foram vencidos internamente ao campo revolucionário. Uma leitura incontornável para interessados seja na história da Revolução Russa, seja em transformações sociais profundas.

Posto isso, que a acuidade do leitor possa descobrir e ampliar outras tantas possibilidades que o acesso a estes textos poderá oferecer.

Por fim, algumas palavras sobre a subjetividade que orientou o coletivo de editores nesse esforço de publicação. Do mesmo modo que Marx, ao concluir o prefácio de sua obra “Contribuição à Crítica da Economia Política”, inspirou-se em Dante Alighieri para afirmar que nenhum temor pode ter lugar diante da ciência; e a Associação *Les Amis de Spartacus*, para justificar sua linha editorial radical e independente, se inspirou em Condorcet para reafirmar que a verdade pertence aos que a procuram e não aos que alegam detê-la, nós, da Editoria Em Debate, estamos convencidos que não devemos temer as lições de nenhuma experiência, de nenhuma contribuição crítica, se quisermos prosseguir nossa busca interminável por novas verdades provisórias, que nos sirvam de apoio para outras verdades mais sólidas e igualmente provisórias.

Porque, se na Revolução Russa, as batatas ficaram definitivamente com os bolcheviques, que a História não seja escrita apenas pelo viés do vencedor.

José Carlos Mendonça.
Dezembro de 2012.